

EMILIANO JOSÉ

INTERVENÇÃO DA IMPRENSA NA POLÍTICA BRASILEIRA

1954-2014



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EMILIANO JOSÉ

INTERVENÇÃO DA IMPRENSA NA POLÍTICA BRASILEIRA

1954-2014



INTERVENÇÃO DA IMPRENSA NA POLÍTICA BRASILEIRA 1954-2014

EMILIANO JOSÉ

São Paulo, 2015

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Revisão: Andrea Antonacci

Capa, projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

ISBN 978-85-7643-242-5

Este livro obedece às regras do Novo Acordo da Língua Portuguesa.

Todos os direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J83i José, Emiliano.
Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014) / Emiliano José. –
São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
184 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-279-1

1. Política - Brasil. 2. Imprensa - Brasil. 3. Política - Brasil - História. I. Título.

CDU 32(81):070

CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

07	Prefácio As tarefas críticas de um intelectual público Venício A. de Lima
15	Capítulo 1 - Sangue no espelho
21	Capítulo 2 - Mãos sujas de sangue
29	Capítulo 3 - Espada no ventre
35	Capítulo 4 - O silêncio dos inocentes
45	Capítulo 5 - Maiorias silenciosas
53	Capítulo 6 - Lula e o incêndio do Reischtag
62	Capítulo 7 - O homem errado
69	Capítulo 8 - 1994: Real silêncio do Brasil profundo
79	Capítulo 9 - 1998: Jânio, FHC e o diabo conhecido
87	Capítulo 10 - Entreato para um estrondoso silêncio
95	Capítulo 11 - 2002: a mídia busca uma solução à Lampedusa
101	Capítulo 12 - 2002: Lula vence a velha mídia
107	Capítulo 13 - Nem renúncia, nem suicídio, nem golpe
113	Capítulo 14 - Vitória da opinião pública, derrota da opinião midiática
121	Capítulo 15 - 2010: Dilma contra os millenaristas
129	Capítulo 16 - Operação Tempestade no Cerrado
137	Capítulo 17 - A terceira vitória
143	Capítulo 18 - O golpe de <i>Veja</i> na eleição de 2014
161	Capítulo 19 - Navalha na carne
175	Referências bibliográficas

AS TAREFAS CRÍTICAS DE UM INTELLECTUAL PÚBLICO

No final da década de 1980, Russell Jacoby, professor de história contemporânea na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), apresentou o conceito de *intelectual público* em seu livro *Os últimos intelectuais* (original 1987, Trajetória/Edusp, 1990).

O autor cunhou tal conceito ao relacioná-lo com o empobrecimento da cultura pública em decorrência do cenário intelectual daquele momento. A responsabilidade pelo esmaecimento cultural nos Estados Unidos foi por Jacoby atribuída, em boa parte, às transformações ocorridas na universidade estadunidense: burocratização da carreira referenciada em si mesma e individualismo competitivo, que persegue obcecadamente a satisfação de metas de produção. Esse *modus operandi* universitário garante a rápida ascensão funcional e o sucesso profissional. Nele, a vida acadêmica se desenvolve quase inteiramente nos próprios *campi* e o jargão universitário se torna inacessível e desconhecido para o cidadão comum. Tudo isso leva ao inexorável declínio dos *intelectuais* independentes e compromissados com uma linguagem e um mundo públicos.

Mesmo não tendo sido escrita para o contexto brasileiro e mais de um quarto de século depois, arriscaria dizer que a crítica de Jacoby se aplica ao que ainda ocorre em nosso país: a carência de *intelectuais* que coloquem abertamente – no espaço público – suas posições sobre as questões centrais de nosso tempo. Pensadores que expressem a pluralidade e a diversidade existentes na sociedade, atuando em busca da formação de uma opinião pública republicana e democrática.

Claro, não se pode reduzir a responsabilidade apenas ao processo pelo qual passaram as universidades brasileiras, sem dúvida semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, de onde copiamos acriticamente o modelo educacional. Há de se levar também em conta, dentre outras razões, a avassaladora presença dos oligopólios privados de mídia, pautando e conduzindo a vida cultural do país e constituindo seletivamente uma casta de “intelectuais deferentes” (Bourdieu/Bouveresse). Tal fato deu origem àquilo que já se chamou de “a moderna tradição brasileira” (Ortiz).

UM INTELLECTUAL PÚBLICO

Relembro Russell Jacoby para afirmar que o (a) leitor (a) deste *Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)* tem em mãos uma coleção de ensaios escrita por um *intellectual público*, que nunca abdicou de sua tarefa crítica. Uma atuação destinada a elucidar a relação entre os oligopólios privados de mídia e a disputa pelo poder político no Brasil, entrave histórico à nossa consolidação democrática.

O autor em questão, Emiliano José, já atuou na política como vereador, deputado estadual e deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT-BA). É jornalista profissional e tem os títulos de mestre e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, trabalhando ainda como professor na Universidade Federal da Bahia (UFBA) por 25 anos. Escritor de talento ímpar, articulista desde 1974 de jornais e revistas, é também autor de mais de uma dezena de livros sobre o tempo em que esteve preso político. Suas narrativas apresentam personagens históricos da resistência democrática e sobre os anos de chumbo da ditadura militar¹.

Sobre o tema deste livro – mídia e poder –, Emiliano é autor de dois títulos anteriores, nos quais, respaldado por pesquisas submetidas ao crivo acadêmico, antecipa a ideia principal, que agora reafirma:

A Imprensa continua sólida na sua posição de camuflar suas opções políticas, tão evidentes, sob o manto sagrado daquilo que ela arbitrariamente qualifica como notícia, sob a postura olímpica de quem apenas cobre os acontecimentos. Nunca admite ter lado, preferência, partido – e ela sempre os tem (...). Ela sempre toma partido. Sabe de que lado está. Politiza sua ação. Têm consciência disso. Imprensa e Poder - Ligações Perigosas, Edufba, 1ª ed. (1996).

No mesmo diapasão, confirmava cerca de quinze anos depois:

No Brasil as críticas a uma atitude conspiratória da imprensa têm que ser relativizadas porque, de fato, em muitas ocasiões, a imprensa conspira a favor de suas posições, e quando o faz, de modo geral, coloca-se a favor também de propostas do próprio Estado *strictu sensu*, quando for o caso, ou de setores das classes dominantes, opondo-se a qualquer governo que eventualmente fira seus princípios programáticos, e não há descuido ao se declarar que a imprensa tem princípios programáticos porque ela os tem, e claros. (...) Uma mesma visão de mundo é construída cotidianamente a partir de ângulos implicitamente pactuados da realidade, de técnicas comuns de abordagem dos fatos, de rotinas produtivas consagradas que

1. Uma relação comentada desses livros pode ser encontrada em <www.emilianojose.com.br>.

a levam a uma impressionante consonância temática. E quando há interesses a defender, especialmente quando se trata de defender o poder político que representa ou quando o problema é outro poder que a contrarie, a imprensa integra um bloco histórico e dele participa, sempre. Nesses casos, a imprensa não tem dúvida em se envolver diretamente na luta. (2010)

O detalhamento minucioso que já havia sido feito por Emiliano José em relação ao papel da imprensa na ascensão e queda de Collor de Mello e, depois, em relação ao papel de ator político que ela desempenhou nas reformas neoliberais promovidas na Constituição de 1988 ao longo dos dez anos que se seguiram à sua promulgação, são complementados agora por análises que percorrem a segunda metade do século passado e chegam até as eleições presidenciais de 2014, em particular nos períodos de campanhas eleitorais.

Com sabor literário ímpar, Emiliano visita episódios e momentos cruciais de nossa história política recente. Sem querer subtrair o prazer da leitura que se antecipa, registro breves passagens, esta, a seguir, sobre o suicídio de Getúlio Vargas:

Antes de se matar, [Getúlio] passou em revista toda a sua vida. Especialmente quando tivera a intenção de ampliar a liberdade de expressão e de imprensa ao propiciar a criação do jornal *Última Hora*. Foi atacado por toda a imprensa, um escândalo foi montado, uma CPI instalada. (...) A imprensa adversária de Getúlio não pretendia dividir o poder da palavra, não queria a intromissão na construção da opinião pública, queria manter o monopólio do discurso nas mãos de algumas poucas famílias, e queria ser uma espécie de partido único do pensamento, como quer até hoje. (2015)

Sobre o apoio quase unânime da mídia ao golpe de 1964:

Tenho a pretensão de, aligeiramente, contribuir para que se dê um adeus às ilusões, para que se alcance a consciência de que a mídia hegemônica brasileira não se transformará por dentro. Ou se constituem outras vozes, outros polos, ou estaremos sempre submetidos ao discurso único, com uma visão de mundo da direita. (...) Não sei se dirigentes da imprensa brasileira chegaram, em algum momento, a viver alguma crise de consciência pelo monstro que produziram, ou se resolveram apascentar a alma com a ideia de que não tiveram culpa no que houve a seguir. Pelo visto, pelo que continuam a fazer, a crise nem sequer lhes resvalou a alma. Fosse lhes dada a chance, repetiriam a dose. Com gosto. Não recolheram lições do episódio, ainda. Nem sei se há qualquer perspectiva de que venham a fazê-lo. (2015)

Sobre a narrativa construída pelo jornalismo político da grande mídia na cobertura da crise de 2005/2006:

A mídia (...) usou e abusou do adjetivo suposto, como se com esse artifício estivesse anistiada para fazer todo tipo de acusação sem se comprometer, como se pudesse. Produziu inúmeras denúncias vazias, insinuou, acusou, fez ilações, generalizações, lançou suspeições a torto e a direito, desde que alcançassem sempre dirigentes do PT e membros do governo Lula. Com isso, construiu quase que uma cláusula pétreia no desenvolvimento de sua cobertura: a presunção de culpa. Bastava ter qualquer indício, ou inventá-lo, para em seguida concluir que a pessoa envolvida era culpada. Cabia ao acusado correr atrás do prejuízo, tentar provar sua inocência, se inocente fosse. A mídia hegemônica tornou-se um tribunal de exceção, e o cidadão brasileiro restou inteiramente desamparado. (2015)

As *interferências* explícitas e diretas da mídia no processo político brasileiro, desde a redemocratização de 1945, têm sido de tal forma frequentes e rotineiras. Dessa forma, pode-se acrescentar às análises oferecidas por Emilianno José ainda uma ampla gama de exemplos.

O importante papel de organização da resistência democrática desempenhado pela chamada imprensa alternativa nos anos da ditadura; a tentativa de fraude nas eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982; a autocensura interna na cobertura jornalística da primeira greve de petroleiros, setor considerado de segurança nacional, em 1983; o boicote parcial à campanha para a realização das eleições diretas, em 1984; a campanha de difamação contra o ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, em 1985; a ação coordenada na Constituinte de 1987/1988; a campanha de difamação contra o então ministro da Saúde, Alcení Guerra em 1991/1992; o papel de Roberto Marinho na nomeação do ministro da Fazenda de José Sarney, em 1988; o acerto de Antonio Palocci com a Rede Globo antes da redação da *Carta ao povo brasileiro*, em 2002; o acordo, em 2004, entre a Rede Globo e a Justiça Eleitoral de São Paulo para suspensão do Horário Eleitoral Gratuito de Propaganda Eleitoral e a reprimenda pública do blogueiro Ricardo Noblat (*O Globo*) ao senador Pedro Simon, dentre vários outros ².

OS ESCÂNDALOS POLÍTICOS MIDIÁTICOS (EPM)

Uma das principais estratégias de atuação dos oligopólios privados de mídia analisada por Emilianno José – que, aliás, não constitui uma exclusividade brasileira – foi inicialmente identificada e estudada pelo pesquisador britânico John B. Thompson. Trata-se dos *escândalos políticos midiáticos*, ou EPM (*O escândalo político* – Poder e visibilidade na era da mídia, Vozes, 2002).

2. Cf. “Imprensa e poder político depois de 1930: casos exemplares” In: Venício A. de Lima, *Regulação das Comunicações – História, poder e direitos*, Paulus, 2011.

É o surgimento do chamado *jornalismo investigativo* – aliás, devidamente criticado por Emiliano neste livro – combinado com o crescimento dos oligopólios de mídia e a disseminação das TICs (tecnologias de informação e comunicação) que possibilitam o surgimento dos *escândalos midiáticos*. De outro lado, as transformações na natureza do processo político, que o tornaram dependente da grande mídia, fazem surgir os escândalos *políticos* midiáticos (EPM). Mas, afinal, o que os caracteriza?

Em primeiro lugar, trata-se de um fenômeno que tem a ver com a própria noção do que constitui um *evento público*. Antes do desenvolvimento dos meios de comunicação modernos – jornais, revistas, rádio e televisão – um *evento público* implicava o compartilhamento de um lugar (espaço) comum; copresença; visão, audição, aparência visual, palavra falada; diálogo.

Com o surgimento da mídia de massa, um evento para ser *público* não está mais limitado ao compartilhamento de um lugar comum. O *público* pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a mídia não só suplementa a forma tradicional de constituição do *público*, mas também a estende, transforma e substitui. O *público* agora é midiaticizado. Esta é uma das principais diferenças entre um escândalo localizado e um escândalo midiático.

Outros fatores são a consolidação dos oligopólios de mídia, a emergência do jornalismo como profissão e, sobretudo, o *ethos* profissional, que deu origem ao chamado jornalismo investigativo, no qual “a busca de atos ocultos se combina com as ideias que os jornalistas têm de uma responsabilidade moral de erradicar o mal e mostrar as enfermidades sociais”. A divulgação de escândalos e comentários sobre eles tornou-se uma atividade que corresponde à imagem que os jornalistas têm de si mesmos. A revelação de segredos do poder é vista como uma forma de exercer sua autoatribuída missão de guardiães do interesse público.

Ademais, o que está em jogo num EPM é o capital simbólico do político, sobretudo, sua reputação. Como a grande mídia se tornou a arena decisiva onde as relações do campo político são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas, a apresentação e o comentário sobre os EPM não são características secundárias ou acidentais. Ao contrário, são partes constitutivas dos próprios EPM.

EPM, portanto, é o evento que implica a revelação, por meio da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica do processo se deslocam dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para os oligopólios de mídia. Passa a prevalecer uma lógica parecida com aquela que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais e que já foi comparada às corridas de cavalo: o que importa é saber qual jornalista e/ou

empresa de mídia está à frente da outra, qual consegue “esticar um pouco mais a corda” e avançar com novas denúncias.

Muitas das mais importantes crises políticas do mundo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1960, têm como origem um EPM. Isso é verdade no Japão, na Itália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Argentina e, também, no Brasil. As sucessivas crises políticas que o país tem enfrentado nos últimos anos, como se verá nos ensaios deste livro, não existiriam se não fosse *na e pela* grande mídia.

POLÍTICA E COMUNICAÇÃO GENETICAMENTE CONSTITUÍDAS

De outro lado, os ensaios de Emiliano José neste *Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)* corroboram a tese de que é insuficiente pensar a relação entre política e comunicação como interdisciplinar entre duas áreas de estudo que contêm zonas de confluência. Trata-se, ao contrário, de enfrentar o desafio de constituir um campo de conhecimento. Um campo no qual a própria política e a comunicação, mútua e geneticamente, constituem-se em seus conceitos fundamentais. Política e comunicação são dimensões que não podem ser analiticamente isoladas sem o risco de se perder a compreensão do próprio objeto investigado.

Há várias razões que sustentam esta tese³. A maior parte das teorias democráticas e das teorias da comunicação contemporâneas não reflete, em seus fundamentos, sobre as condições comunicativas democráticas de sua prática política. Tampouco pensa sobre as condições públicas democráticas de seu exercício comunicativo. No novo campo de conhecimento que se propõe construir, o diagnóstico desta falta é, em si mesmo, uma denúncia.

Toda teoria que se pretende democrática, mas que não pensa as dimensões públicas da liberdade de expressão, as relações constituintes entre a construção da cidadania e o direito à voz pública, esbarrará em impasses ou antinomias centrais. Toda teoria da comunicação que despolitiza o seu objeto, negando ou marginalizando as fundações políticas da comunicação que se faz em sociedade, está na verdade optando por conceber a liberdade de expressão como um direito que se privatiza ou que se realiza na ordem do privado, em geral mercantil.

Outra razão é que vivemos cada vez mais em sociedades centradas na mídia e em processo dinâmico de mutação. A mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular a esfera da política.

3. O argumento de sustentação desta tese está desenvolvido na “Introdução” de Venício A. de Lima e Juarez Guimarães (orgs.), *Liberdade de expressão – As várias faces de um desafio*, Paulus, 2013.

A interação constitutiva entre mídia e política ocorre em todas as fases do processo democrático: na construção da agenda, por meio do filtro das informações publicadas, do modo de editá-las, da seleção e ênfase das opiniões, na visibilidade e dramatização de temas selecionados; na ponderação e presença dos próprios atores políticos, pela superexposição de porta-vozes ou do silenciamento de outros, na apresentação positiva ou negativa com que são noticiados, influenciando assim no próprio pluralismo e nas assimetrias do processo político de participação e competição política; no grau de exposição e crítica dos governos e de suas políticas, contribuindo decisivamente para a formação da opinião e dos juízos públicos.

Mais ainda, a relação entre a política e as grandes empresas de comunicação não é de exterioridade. É sim de compenetração, organicidade e até simbiose, conformando redes doutrinárias e de interesses entre o sistema político e o sistema de mídia. Assim, fenômenos de partidarização, parcialidade, ausência de pluralismo ou até censura sistemática de informações e opiniões antagonistas constituem fenômenos recorrentes e típicos.

Torna-se necessário, então, recorrer aos recursos da filosofia política – a sua disposição a abarcar largas temporalidades e construir conceitos unitários além da rigidez das diversas disciplinas – imprescindíveis para se fundar um campo de pensamento que unifique política e comunicação e resolva o impasse dialógico sobre o que é liberdade de expressão e como esta deve ser regulada em uma sociedade democrática. Na verdade, são as diferentes tradições conceituais do que é liberdade construídas pelas linguagens formadoras da modernidade que esclarecem os contrastantes discursos públicos em defesa da liberdade de expressão.

O impasse dialógico sobre a liberdade de expressão se dá na democracia brasileira contemporânea sob a forma de um impasse constitucional, que condiciona fortemente toda a práxis democrática. Dessa forma, se a democracia brasileira for incapaz de pensar os fundamentos da comunicação democrática entre os cidadãos, ela estará perdendo a autoconsciência sobre seus impasses fundamentais.

Este Prefácio está sendo escrito em tempos sombrios de grave crise política que se desenrola com enorme protagonismo dos oligopólios privados de mídia (março de 2015). Não é possível prever o que ocorrerá no futuro: o fortalecimento do processo democrático ou o desastre golpista. De qualquer maneira, estará, ainda uma vez mais, demonstrada a necessidade de se debater publicamente as relações constitutivas entre mídia e política na sociedade brasileira.

Essa tarefa crítica, certamente, só pode ser levada a cabo pela coragem e comprometimento republicano de *intelectuais públicos* como Emiliano José e

por reflexões como a deste *Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)* que se publica em momento histórico e oportuno.

Venício A. de Lima

Professor Titular de Ciência Política e Comunicação
Universidade de Brasília, UnB (aposentado)

SANGUE NO ESPELHO⁴

EMILIANO JOSÉ

15

(...) *Los acontecimientos sociales no son objetos
que se encuentran ya hechos en alguna parte
en la realidad y cuyas propiedades e avatares nos
son dados a conocer de inmediato por los medios
con mayor o menor fidelidad. Sólo existen en la medida
en que esos medios los elaboran.(...)*
*Los medios informativos son el lugar en donde las sociedades
industriales producen nuestra realidad.*⁵
Eliseo Verón

Faltavam poucos minutos para as 9 horas, 24 de agosto de 1954. O jornalista Pompeo de Souza barbeava-se pacientemente, os olhos fixos no espelho, em seu apartamento no Rio de Janeiro, o rádio ligado, quando ouve a seguinte notícia: “o presidente Getúlio Vargas está morto. Suicidou-se com um tiro no coração às 8h25 desta manhã”.

– Fiquei paralisado e me senti um assassino. E chorei muito, convulsivamente. Nunca mais pude sentir raiva do Getúlio.

Pompeo de Souza tinha razões para chorar, fosse ele, como era, um homem honesto.

O choro era do jornalista que havia sido convictamente cérebro e mentor principal do que ficou conhecido como *República do Galeão*, que conduziria até ali as investigações em torno do atentado do dia 4 de agosto do mesmo ano contra Carlos Lacerda. O atentado levava à morte o major Rubens Florentino Vaz, segurança do político e jornalista e, presumivelmente, ferira os pés de Lacerda. Essa *república* era, em si, o prenúncio do golpe contra Vargas.

Pompeo fora o condutor da imprensa golpista, que construía de alguma forma aquele momento.

4. Este texto está baseado quase inteiramente no capítulo “Getúlio: Rio, mar e lama”, do livro *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*, de Flávio Tavares (Editora Record, 2004), que naturalmente não tem nenhuma responsabilidade com os erros que porventura tenham sido cometidos, nem com as análises políticas que o autor desenvolveu. Foi mantida a grafia Pompeo, utilizada por Tavares, ao invés de Pompeu, mais corriqueira. Como Tavares o conheceu de perto, penso que utilizou a grafia verdadeira. Vali-me também do verbete de nomes de *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir (Boitempo Editorial, 2004).

5. VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento – los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island*. Barcelona, Editorial Gedisa, 1995, p. 2.

A Aeronáutica, à revelia do presidente da República, instalou um Inquérito Policial Militar (IPM) e passou a conduzir tudo, arbitrariamente, constituindo-se numa espécie de república paralela, que não dava satisfações a ninguém, não obedecia à lei alguma e era guiada exclusivamente pelo antigitulismo raivoso. Não se envergonhou, sequer, de ter chamado o mais notório torturador da polícia carioca, Cecil Borer, para ser o principal interrogador, com a prática constante da tortura. À Aeronáutica juntou-se na conspiração golpista parte da Marinha e do Exército, sediada na Base Aérea do Galeão.

Não se imagine – como não se pode imaginar hoje quando forças golpistas se movimentam contra Lula, um ex-presidente – que falar em antigitulismo raivoso e golpista seja apenas uma tentação panfletária. A movimentação contra Getúlio Vargas era intensa, com nítidas inspirações golpistas, e Lacerda era o principal líder. Tudo isso ecoava por toda a grande imprensa, cuja vocação contra governos reformistas é antiga, como pode se ver, à exceção apenas do jornal *Última Hora*. A Aeronáutica ocupou o Rio de Janeiro, quase literalmente e ostensivamente, a demonstrar ao presidente da República que a lei e a hierarquia não eram mais parâmetros pelos quais se guiava.

Lacerda tinha força na Aeronáutica, embora também na Marinha e no Exército. O Estado é, desde sempre, complexo. Enganam-se os que acreditam se tratar de um ente uno, a obedecer linearmente ordens de cima. Não nos enganemos – às vezes, ações golpistas vêm do interior do Estado, de órgãos hierarquicamente subordinados, como naquele momento.

Os lacerdistas da Aeronáutica, e não eram poucos, esperavam uma oportunidade como aquela, desejavam um atentado como aquele, que fora providencial, como confessou alguns anos mais tarde o coronel Adhemar Scaffa Falcão, subcomandante da Base Aérea do Galeão, uma espécie de faz-tudo da insólita *república*.

O objetivo era político, revelou ele, como se precisasse fazê-lo. Foi claro, em entrevista ao historiador Hélio Silva:

– O objetivo não era bem apurar a morte do major Vaz, e sim transformar o atentado em motivo para uma modificação política, e assim foi feito.

Mais claro, impossível. O golpe estava em marcha acelerada.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda tinha uma reiterada vocação golpista. E tinha talento, determinação. Não restara nada do comunista que fora na juventude. Tornou-se um iracundo porta-voz do antigitulismo, sempre em nome da moralidade pública. Não tinha escrúpulos, não cultivava a exatidão ou respeito aos fatos como jornalista. Pensava e agia com a meta de destruir o adversário, não importando os métodos. E induzia seus seguidores a agir da mesma maneira. Ao olhar a mídia nos dias de hoje, podemos notar vários profissionais com a mesma índole, os mesmos métodos.

Voltemos ao espelho, às lágrimas de Pompeo de Souza. Jornalista respeitado, correto e moderado, conforme a avaliação de Flávio Tavares, católico e filiado ao Partido Socialista, credenciais que poderiam colocá-lo à esquerda do espectro político. No entanto, era amigo íntimo de Lacerda.

Chefe de redação do *Diário Carioca*, Pompeo de Souza era amigo também de Café Filho que, naquele momento e depois, se incluía entre os golpistas. Foram o talento e a habilidade de Pompeo de Souza que deram forma política, penetração e prestígio popular àquela *república* truculenta.

Passava boa parte do dia na Base Aérea do Galeão, preparando o esqueleto dos futuros interrogatórios e organizando a divulgação na imprensa e no rádio de tudo que ocorrera nas horas anteriores. Toda a relação com a imprensa, todas as revelações para os jornalistas e para a Câmara dos Deputados partiam dele, tudo passava pelo seu crivo.

O clima do golpe era montado por ele, em articulação com o restante da imprensa, à qual passava as informações. Durante a noite, dedicava-se a manchetar, titular, rever os textos que seu jornal publicaria no dia seguinte, sempre com o agressivo tom antigetulista.

A imprensa brasileira, também naquele episódio, participou ativamente do golpe – e como dirigente. Dá para imaginar o que fazem os editores ferrenhamente antilulistas a cada número de jornal televisivo, a cada edição de revista, de jornal? Pois, se transcendermos a atualidade e buscarmos aquele período, veremos que o mesmo ocorria.

Pompeo de Souza, quando ouviu dos militares a ideia de convocar o presidente Getúlio Vargas para depor na República do Galeão, retrucou:

– Não se deve, não se pode e não se fará.

Acrescentou, no entanto:

– Mas, exatamente por isso, vamos soltar o boato de que vai ser feito! Por isso, porque Getúlio jamais poderá ser convocado, vamos espalhar o rumor e a ideia de que vai ser convocado a depor!

Aquela notícia, e vejam o quanto uma mentira repetida muitas vezes pode se transformar em verdade, começou a se espalhar rapidamente: o presidente seria chamado a depor na República do Galeão.

Pompeo via sua estratégia de comunicação ganhar consistência, ter consequência política. Não é preciso dizer que os demais órgãos da imprensa brasileira prescreviam, seguindo a mesma direção do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*, cujo dono era o próprio Lacerda,. E afinal, como vimos, o pauteiro exclusivo de toda a mídia era Pompeo de Souza, porta-voz íntimo e autorizado da República do Galeão. O golpe caminhava aceleradamente.

A imprensa toda falava em crise militar, verdadeira, e estimulada, açulada por ela. Getúlio Vargas resolve dar um recado à Nação e aos golpistas, divulgado pelo jornal *Última Hora*, dirigido por Samuel Wainer:

– Só morto sairei do Catete.

Reúne o ministério na noite de 23 de agosto, que vara a madrugada e termina às 4 da manhã. Dá o recado: a investigação sobre o atentado se desenvolvia livremente, o governo não tinha oposto nenhuma restrição, prosseguia normalmente.

– Nada, porém, pode sobrepor-se à Constituição e às leis, nem essa investigação nem qualquer outro ato. Não sairei da Constituição um milímetro sequer!

Os ministros militares se esquivavam durante a reunião e o presidente percebia tudo, que experiência não lhe faltava. O inimigo dava voltas em torno dele, ali no Catete. Ali pelas 4 da manhã, disse:

– Já que os senhores ministros nada decidem, eu decidirei. Como se trata de uma crise nas Forças Armadas, determino aos ministros militares que mantenham a ordem e o respeito à Constituição. Respeitada a ordem, solicitarei uma licença até que sejam apuradas todas as responsabilidades. Não quero lutas nem derramamento de sangue, mas não sou um covarde: se os insubordinados optarem por impor a violência e tentarem chegar até o Catete, levarão apenas o meu cadáver.

Ali, já tinha plena consciência de que os golpistas lhe haviam bloqueado o caminho. Nem os generais de dentro do governo o apoiavam mais, nem o seu ministro da Guerra. Estava isolado e à beira da desmoralização depois de uma vida intensa de dedicação à pátria, dedicação que ele sabia, juntara erros e acertos.

Deposto, como parece que seria, passaria por covarde, que nunca fora. Esse gosto, o de ser desmoralizado, o de passar por covarde, o de ser apeado do poder, ele não daria a seus adversários. Ninguém percebeu sua intenção na noite decisiva.

Nem o ministro da Justiça, Tancredo Neves, que recebeu de presente dele a caneta de ouro com que assinava decretos e leis, ao final da última reunião ministerial: “Guarda-a como lembrança destes dias difíceis”. Nem João Goulart, a quem ele entrega, na mesma madrugada, o original da carta-testamento, em envelope fechado, com a recomendação expressa de abrir “somente se me acontecer alguma cousa”. Nem a filha Alzira, que sempre imaginou saber tudo sobre ele, e que o beijou com um “até logo” na longa madrugada de 24 de agosto.

Certamente, antes de se matar, passou em revista toda a sua vida. Especialmente quando tivera a intenção de ampliar a liberdade de expressão e de

imprensa ao propiciar a criação do jornal *Última Hora*. Foi atacado por toda a imprensa, um escândalo foi montado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada, sob o argumento de que Samuel Wainer, jornalista, proprietário e amigo de Getúlio, recebera empréstimo, legal, do Banco do Brasil – como se todo o resto dos meios de comunicação não se valessem também dos empréstimos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

A imprensa adversária de Getúlio não pretendia dividir o poder da palavra, não queria a intromissão na construção da opinião pública, queria manter o monopólio do discurso nas mãos de algumas poucas famílias, e queria ser uma espécie de partido único do pensamento, como quer até hoje.

O fato é que todos, como se dizia antes, foram ludibriados pela frieza de Getúlio Vargas. Com um sentido trágico da existência, resolvera sair da vida para entrar na história, conforme apresentado em sua carta-testamento. Seguramente, pensou em frustrar os golpistas, e o conseguiu com o tiro no próprio coração. Antes de se matar, determinara a si próprio dormir um pouco que fosse, entre 4 da manhã e pouco depois das 8, como o fez.

O restante, depois da morte, é sabido: a reação do povo foi instantânea. Tomou as ruas de todo o país, indignado, a chorar por seu líder, e a desanimar a ação imediata dos golpistas. Mais tarde, depois da eleição de Juscelino Kubitschek, ainda houve, em 1955, uma outra tentativa de golpe, sufocada pela pronta ação de Lott, determinado a dar posse a quem havia sido eleito.

Compreende-se a perplexidade de Pompeo de Souza à frente do espelho. Era um homem de princípios, mesmo que àquele momento, por razões não tão claras, estivesse tão firmemente ao lado dos golpistas. Mais tarde, em 1986, seria eleito senador pelo PMDB, talvez, quem sabe, como purgação daquele então já distante 24 de janeiro de 1954.

Carregou para o túmulo muita coisa que guardava dentro de si com relação àquela conjuntura, particularmente sobre o que ocorrera na República do Galeão. Recusou-se a escrever sobre ela, apesar da insistência de amigos, como Flávio Tavares. Dele, se fica a lembrança trágica da República do Galeão, permanece também a recordação de um homem de sentimentos profundos, capaz de se refazer ao longo da vida, inclusive colocando-se contra a ditadura que se antecipara, sem vitória, naqueles fatídicos dias de agosto de 1954.

Tancredo Neves, em 1961, levou-o para Brasília, onde foi chefe do Serviço de Imprensa do Conselho de Ministros, o mesmo Tancredo que se coloca inteiramente ao lado de Getúlio nos episódios de 1954. O jornalista foi um dos fundadores da Universidade de Brasília. Morreu em junho de 1991, aos 77 anos.

A lembrança do papel de Pompeo de Souza na tentativa de golpe, sufocada tragicamente com o suicídio de Getúlio, não pode obscurecer a participa-

ção orquestrada de toda a mídia (salvo, como já dito, a *Última Hora*), sempre atuando como partido político, com posições claras contra Getúlio. Este surgiu das urnas de 1950 mais nacionalista, mais decidido a promover reformas, pronto a assegurar alguns direitos dos trabalhadores, a seguir construindo um Estado que desse condições ao Brasil de se desenvolver. A imprensa brasileira não compartilhava de tal programa político, como não compartilha do que se iniciou em 2003, quando Lula assumiu a Presidência da República.

Aqui, no entanto, não houve suicídio nem renúncia. Lula se reelegeu em 2006 e depois, em 2010, o povo brasileiro garantiu a continuidade desse projeto com a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher a chegar à Presidência da República. Como garantiu com a reeleição de Dilma, em 2014.

Apesar do combate incessante da mídia, que não se conforma em ver derrotadas suas ideias neoliberais e conservadoras para o Brasil. Apesar do neolacerdismo⁶ permanente, apesar do descompromisso diário da mídia com os fatos, com a verdade, o Brasil está se transformando, a vida do povo tem melhorado, a crise está sendo enfrentada de modo diverso daquele praticado pelos países europeus – e por isso mesmo a população brasileira manifesta sua admiração e preferência tanto pela presidenta Dilma como, também, por Lula. Apesar de você...

6. Referência a Carlos Lacerda, jornalista e político, fundador do partido UDN (União Democrática Nacional) e criador do jornal *Tribuna da Imprensa*. Defendia a adoção de política e economia liberal.

MÃOS SUJAS DE SANGUE

(...) Podemos ser dirigidos por la prensa sin advertirlo. Y no existe en ningún diario la información por la información; se informa para orientar en determinado sentido a las distintas clases e capas de la sociedad, y con el propósito de que esa orientación llegue a expresarse en acciones determinadas⁷.

Camilo Taufic

Dia 2 de fevereiro de 1951.

Palácio Rio Negro, Petrópolis.

Primeira reunião do ministério de Getúlio Vargas, recém-eleito, na qual seriam anunciadas as diretrizes centrais do novo governo.

Só dois jornalistas presentes: um repórter da Agência Nacional e Samuel Wainer, de *Última Hora*. Iniciava-se, com ferocidade, a conspiração do silêncio da grande imprensa contra Getúlio. O silêncio ensurdecedor foi o primeiro movimento, não o último.

Getúlio certamente percebeu.

Fim da reunião, Wainer é convidado a ficar e jantar com a família.

Terminado o jantar, é chamado por Getúlio à sala de despachos, vasto salão que o presidente usava para conversas reservadas. Falava sempre entre baforadas de charuto e caminhadas de um lado para outro. Iniciou a conversa com lembranças.

– Tu te lembras de uma frase que disseste no dia em que começamos a campanha?

– Não, presidente – respondeu.

Getúlio puxou-lhe pela memória:

– Era uma frase sobre jornalismo.

Wainer lembrou-se. Voava com o presidente do Rio de Janeiro para o Amazonas e lhe disse:

– Presidente, a imprensa pode não ajudar a ganhar, mas ajuda a perder.

7. TAUFIC, Camilo. *Periodismo y lucha de clases*. Akal Ediciones, 1976, p. 7.

Dissera mais:

– Perceba que sou o único jornalista destacado para cobrir sua campanha. Note que a do brigadeiro Eduardo Gomes mobiliza pequenas multidões de repórteres e fotógrafos. Toda a grande imprensa está contra sua candidatura.

– Não preciso da grande imprensa para ganhar – retrucou Getúlio na conversa a bordo do avião.

O presidente pensava em Franklin Roosevelt, que nunca tivera apoio dos jornais americanos e sempre vencera as eleições. Pensou e disse. Wainer ponderou:

– Presidente, ao contrário do que ocorre em países como os Estados Unidos, no Brasil a imprensa tem um fortíssimo poder de manipulação sobre a opinião pública. Não é fácil enfrentá-la.

E completou com a frase que o presidente pretendia que ele lembrasse:

– A imprensa pode não ajudar a ganhar, mas ajuda a perder.

Getúlio, entre as baforadas de charuto e as passadas pelo salão, perguntou:

– Tu reparaste que hoje não veio ninguém cobrir a reunião?

– Claro que reparei. Hoje foi desencadeada a conspiração do silêncio.

E Wainer acrescentou, ainda:

– O senhor só vai aparecer nos jornais quando houver algo negativo a noticiar. Essa é uma tática normal da oposição, e a mais devastadora.

O presidente não parava de caminhar, fumava seu charuto e queria dizer alguma coisa conclusiva, e disse:

– Por que tu não fazes um jornal?

Wainer, perplexo e feliz, reagiu:

– Presidente, isso é o maior sonho de um repórter como eu. Não seria difícil editar uma publicação que defendesse o pensamento de um governante como o senhor, que tem o perfil de um autêntico líder popular.

Getúlio foi taxativo:

– Então, faça.

Wainer perguntou:

– O senhor quer saber como faria?

– Não – Getúlio respondeu prontamente.

E acrescentou:

– Troque ideias com a Alzira e faça rápido.

– Em 45 dias, dou um jornal ao senhor – reagiu Wainer.

– Então, boa noite, Profeta.

– Boa noite, presidente.

Samuel Wainer, até ali, notabilizara-se como um repórter brilhante, raro, cuja maior façanha fora a entrevista que fizera com Getúlio, no Rio Grande do

Sul, na fazenda Santos Reis, de propriedade de um dos irmãos dele, Protásio. Nela tirou do presidente a afirmação categórica – “*Eu voltarei como líder de massas*” –, senha que indicava sua candidatura à Presidência, depois de todo aquele tempo de ostracismo. Era fevereiro de 1949.

A entrevista, publicada pela cadeia dos Diários Associados, teve uma repercussão extraordinária. Em outubro de 1950, Getúlio se elegia, voltava como líder de massas e presidente da República – e Wainer permaneceria ao lado dele, apesar de alguns desencontros, até o suicídio.

Naquele fevereiro de 1951, Samuel Wainer, 39 anos, não tinha a exata dimensão da grandeza daquele sonho de criação de um jornal nem, provavelmente, de toda a dimensão da tempestade que se abateria sobre sua vida. Ao propor que conversasse com Alzirinha, sua filha querida e extremamente ativa, Getúlio havia dado o sinal verde para a empreitada.

Viver é correr riscos, Wainer sabia disso, e iria arriscar. Encontrara sua razão de viver: o jornal *Última Hora*, que começou a ser concebido em março de 1951 e ganhou as ruas em 12 de junho do mesmo ano. Rapidamente, tornou-se um impressionante sucesso, graças, sobretudo, à criatividade dos jornalistas que o produziam e à capacidade de Wainer, seu espírito de liderança e sua coragem.

E também porque *Última Hora* não escondia ser uma publicação a favor de Getúlio, reconhecidamente uma liderança popular.

O jornalista sabia que não ia enfrentar moinhos de vento mas sim, monstros verdadeiros – uma realidade adversa, com poderosos interesses, encarnados em robustas famílias oligárquicas que dominavam a imprensa brasileira, como infelizmente ocorre até hoje. Teve de enfrentar até uma CPI, cuja motivação exclusiva era a criação do jornal que dirigia, sob a acusação de que recebera recursos do Banco do Brasil, como se os outros órgãos de comunicação não o recebessem rotineiramente.

Só ele não podia receber empréstimos de banco oficial, só com ele o fato de tomar dinheiro de uma instituição financeira se transformava em escândalo. A direita brasileira, Carlos Lacerda à frente, sabia como utilizar-se da mídia para tentar atingir o coração de um projeto reformista em andamento.

Lacerda era dono da *Tribuna da Imprensa*, que nascera graças à ajuda da Igreja Católica e de alguns empresários amigos, mas nunca se tornara um jornal influente. Sua voz só ganhou ressonância quando Roberto Marinho franqueou-lhe os microfones da Rádio Globo e Chateaubriand, as telas da TV Tupi. Foi com o poderio desses aliados, sobretudo, que ele bombardeou a *Última Hora*, sem nunca se preocupar com a veracidade dos fatos, esgrimindo sua incomparável capacidade de caluniar.

O jornal mais influente, então, e pouca gente hoje se lembra disso, era o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, cujo dono era o violento, arrogante e irascível Paulo Bittencourt. Todos os meios de comunicação se uniram contra a *Última Hora*, intruso indesejável naquele seleta clube. E o que, de pronto, incomodou o clube de elite da imprensa brasileira foi o impressionante sucesso do novo jornal, cuja tiragem rapidamente alcançou ou ultrapassou a dos concorrentes.

No lançamento da *Última Hora* no Rio Grande do Sul, o encarregado da saudação, depois dos habituais elogios, ressaltou que o jornal só havia se viabilizado com a ajuda do governo federal. Wainer, tímido no uso da palavra, resolveu falar, pois ficar calado era levar desaforo pra casa. Depois de abordar as dificuldades do empreendimento, cujo auxílio havia sido muito menor do que aventara, disse:

– Quero aconselhar a todos que me ouvem a se tornarem donos de jornal. Não há nada melhor no Brasil.

– Afirmei, e passei a oferecer exemplos ferinos, sem mencionar nomes. Não era necessário: todos sabiam de quem eu falava. “Um dono de jornal pode ser alcoólatra e será tratado pela sociedade como homem sóbrio”, exemplifiquei. Era Paulo Bittencourt. “Pode ser um assassino, e será recebido como cidadão respeitável.” Era Tenório Cavalcanti, dono da *Luta Democrática*. “Pode ser um gângster, e será encarado como exemplo de austeridade.” Era Assis Chateaubriand. Enfim, pinteí o dono de jornal como uma pessoa acima do bem e do mal, fora do alcance da lei. Era nesse clube que eu tentaria entrar em 1951, sem saber com precisão o que me aguardava.

Carlos Lacerda perseguiu Wainer implacavelmente. Wainer e o jornal *Última Hora*, indissociáveis. E, ao fazer isso, tinha um objetivo central: atingir Getúlio. Era um golpista convicto, o que lhe importava eram os fins. Os meios, ora, os meios. Nunca se incomodou com a veracidade dos fatos. Lacerda era a voz da direita, a personificação do conservadorismo brasileiro. Brandia seu verbo brilhante, elevado às alturas pelo restante da imprensa, irmanada contra Getúlio, fundado num moralismo visceral, hipócrita e quase sempre mentiroso, sem qualquer fundamento. As vestais sempre agem assim.

O udenismo⁸ tardio que nos assalta frequentemente, querendo atingir Lula, vem de lá, com as mesmas características, com a mesma falta de compromisso com a verdade, embora hoje não carregue, por falta de atores à altura, o brilho dos ataques de Lacerda. São apenas espectros do “Corvo”, apelido apropriado com que Wainer o brindou, sequenciado por outro: “Mata-Mendigos”.

8. Udenismo é uma menção ao partido político UDN (União Democrática Nacional), criado em 1945. Sua proposta calcava-se no liberalismo e oposição ao governo getulista e toda a sua postura populista.

A luta que se processou ali, no território do jornalismo – que era, sem dúvida, também, inseparavelmente, o da política – envolveu, de um lado, como já dissemos, um jornal que se colocara ao lado de um projeto político em andamento, a *Última Hora*, e, de outro, o restante da imprensa brasileira, convicta de seu pensamento conservador, protagonista das lutas contra quaisquer avanços reformistas, contra melhorias salariais para os trabalhadores, contra a reforma agrária, contra o controle do petróleo pelo Estado, contra as liberdades sindicais, contra a soberania do país. A mídia hegemônica no Brasil guarda há muito essa característica – nunca admitiu avanços sociais, propostas de reformas progressistas, nenhum governo que tivesse qualquer matiz de esquerda.

O restante da grande imprensa se constituía em outro projeto político. A imprensa hegemônica era, como é, o sustentáculo do que havia de mais atrasado e conservador no Brasil, e a *Última Hora* pagou o preço de ir na contramão disso, apoiando Getúlio. Um preço alto, aliás.

Os meios de comunicação dominantes não aceitavam qualquer intruso, e não por ser intruso apenas, mas sobretudo porque era um protagonista com ideias diferentes daquele bloco, o avesso daquele grupo. O ataque de que foi vítima pode, também, ter sido provocado pelo fato de Wainer ter valorizado a redação, começado a pagar salários dignos a seus profissionais, atraído figuras destacadas do jornalismo brasileiro, como Paulo Francis e Nelson Rodrigues. A vida como ela é: foi atacado por tudo isso.

O aspecto principal do ataque ao jornal *Última Hora*, no entanto, foi o fato de estar ao lado do projeto político que Getúlio Vargas iniciara em 1951, pretendendo dar continuidade ao que começara entre 1930 e 1945, cuja nódoa era a ditadura entre 1937 e 1945. Agora, vinha como líder de massas e consolidado pelo resultado das urnas – um Getúlio democrático e com um projeto político mais avançado, o que exasperava ainda mais a direita brasileira.

A *Última Hora* não escondia que apoiava Getúlio, sem, no entanto, deixar de lado o apuro jornalístico, a criatividade, o respeito aos fatos. Isso era uma afronta àquelas poucas famílias que haviam se apoderado dos instrumentos de construção da opinião pública no Brasil, famílias que se sentiam no direito de conspirar contra governos legítimos, como no caso de Getúlio.

E como ocorreria logo depois, com a tentativa de não permitir a posse de Juscelino.

E como se daria em 1964, quando conduz, com os militares, o golpe que cobriria a Nação com um manto de terror e dor.

É assim na atualidade, há uma década, desde 2002, quando Lula ga-

nhou as eleições presidenciais. Observe, de passagem, e tenho insistido nisso: somos o único país do mundo em que o alvo principal da oposição é um ex-presidente. Uma característica a ser registrada a favor de Lula.

Durante todo o segundo governo de Getúlio, Wainer foi perseguido como um cão danado por toda a imprensa e especialmente por Carlos Lacerda, e era perseguido assim com o objetivo central de atingir Getúlio, o verdadeiro alvo de toda essa operação midiática, que tinha respaldo militar. A mídia, quando isso cabia, em clima de Guerra Fria, nunca se envergonhou de ser vivandeira de quartéis. Hoje, felizmente, os quartéis não estão abertos para o assalto midiático.

Wainer foi objeto de uma feroz CPI – e ele confessa que errou ao patrocinar a criação dela, acreditando na superioridade da base aliada de então, que o abandonou às feras. Foi acusado de não ser brasileiro, de favorecimento por bancos oficiais. Foi condenado e preso. Tudo isso, rigorosamente, por ter ousado criar um jornal que se dispôs, desde o início, a defender um projeto político, com a clareza de que seria a única publicação a fazê-lo, ao menos a única em condições de confrontar a mídia hegemônica.

O jornal sobreviverá até o meio-dia de 21 de abril de 1972, antes de chegar à maioria dos 21 anos. A venda se consuma por US\$ 1,5 milhão, feita a um grupo de empreiteiros liderado por Maurício Alencar, que já havia arrendado o *Correio da Manhã*. Passara pela tentativa de golpe contra Juscelino, pelo governo do próprio Juscelino, pelo efêmero Jânio Quadros, pelas turbulências do governo Goulart, até sentir se abater o terror da ditadura sobre o país.

O momento heroico da trajetória da *Última Hora*, no entanto, foi inegavelmente o governo Getúlio, quando foi protagonista da história e estava na barricada em defesa de um projeto político, combatendo o outro partido, o da mídia hegemônica. Desta mídia cuja trincheira partiam os ataques mais violentos e mortíferos contra o presidente Getúlio Vargas, até conseguir com que ele, para não passar à história como covarde, desse um tiro no coração e adiasse o golpe por dez anos.

Wainer, que morreu em setembro de 1980, conseguiu terminar a existência podendo se orgulhar de não ter se acovardado diante dos desafios de seu tempo. Como o fizera, a seu modo, o líder que ele mais admirou, Getúlio Vargas.

Talvez, para lembrar a grandeza do jornal, caiba lembrar sua atuação nos instantes finais de Getúlio.

Luís Costa, plantonista no Catete, chama Wainer ao telefone, aos prantos, entre soluços, na manhã do dia 24 de agosto de 1954:

– O presidente acaba de dar um tiro no coração.

Wainer corre para a oficina do jornal, onde o clima era de absoluta comoção, operários em lágrimas, outros desmaiados. À cabeça de Wainer, que não perdia o senso político e o espírito jornalístico, veio a manchete do dia anterior:

“Só morto sairei do Catete.”

Refletiu alguns poucos minutos. A manchete, incrivelmente forte, continuava lá, intacta, composta em chumbo. À época, para que se entenda, havia o hábito de guardar algumas páginas na estante para a eventualidade de republicar alguma coisa.

Assaltou-lhe a ideia de republicar aquela histórica primeira página exatamente como saíra na véspera. Mas como? Como fazer a ligação com o suicídio, um dia depois? Decidiu.

“Ele cumpriu a promessa.”

“Só morto sairei do Catete.”

Logo abaixo, Wainer descreveu o suicídio do presidente. Wainer foi testemunha, naquele dia, da reação cheia de ódio, de indignação do povo que apoiava Getúlio, que saiu pelas ruas do Rio de Janeiro atacando todos os jornais inimigos do presidente morto. E procuravam por Lacerda. Ao contrário do que imaginava a direita raivosa, a população sabia de quem era a culpa pelo suicídio. Essa ideia de *construção da opinião pública* pela imprensa deve ser sempre relativizada, medida, pesada e sopesada. Nunca se está lidando, como às vezes se pensa, com um rebanho de cordeiros, como imaginava a imprensa de ontem, e como raciocina a mídia de hoje.

Wainer chegara a escrever um minieditorial em que conclamava a que se mantivesse a calma. Temia que a direita pudesse usar isso para esmagar as massas desesperadas. Tão grandes foram as manifestações que não houve condições para que os militares tentassem nada.

O único jornal que pôde circular na data foi a *Última Hora*⁹, que no dia vendeu perto de 800 mil exemplares. A oficina não parava de trabalhar. O povo nem sequer esperava que o jornal chegasse às bancas – retirava-os à força dos caminhões distribuidores.

Wainer comandava tudo, emocionado, mas firme. Via os outros chorando, copiosamente.

E ele, impassível. Quando percebeu que a operação caminhava bem, saiu da oficina, foi para a redação, para um canto de sua sala – chorou, chorou e chorou.

9. A quem quiser conhecer mais profundamente a trajetória da *Última Hora*, além de quaisquer outros livros, sugiro a leitura de *Minha razão de viver*, da Editora Record, longo depoimento do próprio Samuel Wainer, no qual me baseei para produzir este texto. As memórias foram ditadas em três etapas e somam 53 fitas gravadas. Da primeira, iniciada em janeiro de 1980, coordenada por Sérgio de Souza, um dos mais brilhantes jornalistas que conheci, resultaram 35 fitas. Da segunda, e ainda sob a coordenação de Sérgio, mais quatro fitas. E da terceira, conduzida por Marta Góis e finalizada em agosto de 1980, mais 14 fitas.

Era o fim de Getúlio, a quem devotara sincera amizade e admiração durante anos, o fim do homem que ele tirara do ostracismo para ser líder de massas e presidente da República.

No choro, e todos os seus companheiros de redação fizeram questão de deixá-lo sozinho para fazer isso em paz, certamente pensava que as mãos da imprensa hegemônica brasileira daquele momento, daquele partido político que fez de tudo para derrubar o presidente, estavam sujas de sangue. Sabia, e não tinha compaixão, que por mais que lavassem as mãos, aquele sangue jamais desapareceria.

tudo, ao lado das emissoras de rádio, que formavam opinião – embora a ideia de formação de opinião demande muitas discussões, mas considerando que seja: a televisão apenas engatinhava.

Com a chegada da noção de pirâmide invertida, com a ideia do *lead*, com a síntese do fato no primeiro parágrafo, respondendo às perguntas clássicas do quem, como, quando, onde e por quê, eliminou-se o famoso nariz de cera, modo obrigatório de iniciar qualquer matéria, correspondendo a uma espécie de introdução para depois chegar ao fato propriamente dito. Era uma enrolação, descartada pelas novas técnicas do jornalismo, que propunham que se fosse diretamente ao assunto, facilitando-se assim a vida do leitor. E daí? Tudo muito bem, tudo muito certo, um bom avanço técnico. Era possível com isso, no entanto, descartar o uso político-ideológico do jornalismo? Evidentemente, não. E as décadas de 1950 e 1960, no Brasil, são a maior evidência disso.

Nos primeiros textos deste livro, tratei basicamente de episódios que envolveram a colaboração e participação ostensivas da imprensa nos episódios que culminaram com a tentativa de golpe contra Getúlio Vargas e seu suicídio, entremeados com a notável história da *Última Hora*, esforço contra-hegemônico da imprensa daquele período. Aqui me dedico a dar duas ou três palavras em torno do envolvimento profundo da mídia brasileira de então na articulação do golpe de 1964. Tenho a pretensão de, aligeiramente, contribuir para que se dê um adeus às ilusões, para que se alcance a consciência de que a mídia hegemônica brasileira não se transformará *por dentro*. Ou se constituem outras vozes, outros polos, ou estaremos sempre submetidos ao discurso único, com uma visão de mundo da direita.

O jornal *Correio da Manhã* talvez seja a personificação trágica dos dilemas burgueses – em momentos de crise, acreditam que ditaduras podem ser a solução momentânea, para que depois, e rapidamente, retomem o controle e permitam, então, a volta da democracia, mais domesticada. Marx dizia mais ou menos isto: a burguesia chama a espada e depois a espada se volta contra ela – está lá, em *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*¹¹. Sem tirar nem pôr, foi o que aconteceu com o *Correio da Manhã*, nascido em 1901, opositor de Getúlio desde sempre, de Juscelino, de Goulart, decisivo para o desencadeamento do golpe de 1964. O golpe resultou na ditadura que perdurou por 21 anos e acabou por determinar o fim do *Correio da Manhã*. O jornal quis, logo que a ditadura mostrou as garras, enfrentar a espada e foi ao chão, deixando de circular em 1974.

11. MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Falo do *Correio da Manhã* para lembrar que o golpe de 1964 contou com a participação decisiva da imprensa brasileira, que não aceitava de modo nenhum o governo reformista de João Goulart. Sem dúvida, Goulart encarnava o getulismo, espectro que ainda atormentava os barões da mídia de então. A imprensa tinha outro projeto político para o país e não concordava com aquele, sem se importar com critérios jornalísticos liberais, aqueles aos quais me referi no início deste texto.

Não havia nenhuma importância se no lugar dele viesse uma ditadura. Melhor seria. Se não fosse possível derrotar “a república sindicalista” pelas urnas, se não era possível emplacar a UDN no poder, qualquer coisa seria preferível, mesmo que fosse a espada. Ainda mais uma vez, podemos lembrar Marx, também em *O 18 Brumário*: “Antes um fim com terror do que um terror sem fim” (IDEM, 1974), como gritava o burguês francês, clamando pela espada. Nesse caso, entre o voto e o golpe, a mídia de então preferiu o segundo – e se juntou articuladamente com os militares golpistas para fazer 1964. Que viesse a espada. Mesmo que depois – sem que o soubesse antes – sentisse a lâmina fina entrando no próprio ventre.

Tratava-se, e não se imagine nenhuma inocência nisso, qualquer espontaneidade, quaisquer laivos de jornalismo em sentido estrito, aqueles próprios da escola liberal, tratava-se de criar um clima de pânico, mostrar a existência de uma perigosa, aterrorizante república sindicalista, atemorizar e conclamar os latifundiários à ação com o espectro da reforma agrária, amedrontar as camadas médias com as incômodas greves, chamar a massa de católicos para se opor às reformas que Goulart pretendia fazer, trazer para a reação instituições como a Igreja Católica, então muito suscetível a isso, assustar a todos com as ameaças – não importa se verdadeiras, em relação à propriedade privada, sacrossanta propriedade privada, que estaria em risco.

Tudo isso foi feito de comum acordo. Os maiores jornais do país, sobretudo aqueles do Centro-Sul, onde se localiza o quartel-general da mídia golpista, e os militares, com os quais os dirigentes da imprensa se reuniam. Thomas Skidmore diz que o golpe de 1964 foi festejado pela maior parte da mídia brasileira, citando os jornais que lutavam abertamente pela deposição do governo Goulart: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, além da cadeia de revistas, jornais e emissoras de rádio dos Diários Associados. Havia uma ordem unida para tanto. E ponto final. Não se trata de teoria conspiratória, mas sim da conspiração na qual a imprensa brasileira estava metida dos pés à cabeça.

Assim, sei que não estou dizendo novidades mas reavivando a memória, sobretudo, para os que se assustam com os movimentos ousados, e golpistas,

da mídia atual. Estratégias contra o projeto político iniciado com a vitória de Lula em 2002, e especialmente contra o ex-presidente, pelo qual a mídia brasileira, salvo sempre as pouquíssimas exceções, nutre um especial ódio de classe e contra o qual desenvolve um jornalismo de campanha ininterrupto.

O que se pode dizer, para não incorrermos em transposições históricas equivocadas, é que não há clima, nesse momento, para golpes militares numa América Latina marcada pela crescente intervenção dos povos, que tem seguidamente eleito governantes de esquerda de variados matizes. A mídia golpista, no entanto, não descansa – e isso não podemos esquecer nem subestimar.

Quando não tem a perspectiva do voto, quando a UDN perde força, quando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) definha, quando o Democratas (DEM) quase desaparece, quando um Partido Popular Socialista (PPS), ex-comunista, vira correia de transmissão da extrema direita, a mídia flerta com o crime e com golpe, venham de onde vier – se puder vir, e não creio que possa. E flertar com o crime, nos dias de hoje, não é apenas uma metáfora. Basta lembrar as conexões profundas entre a quadrilha do Cachoeira e a revista *Veja*.

Pode acontecer de as novas gerações, inclusive as que estudam nas nossas escolas de comunicação, marcadas às vezes por recusa a discussões com o ângulo político que escolho aqui, nem sequer conhecerem esses fatos ou, noutra hipótese, não concordarem com minha visão, quem sabe tida no território das mal-afamadas teorias da conspiração, como se à mídia fosse vedada qualquer conspiração por força de seus ideais liberais e sua diversidade. Balela. Ela se articula, defende posições e, em muitos casos, conspira, como é o caso de que estamos tratando, o golpe de 1964.

E, vá lá que seja, que desconfiar é sempre bom para quem estiver pesquisando, para quem se dedica ao estudo de quaisquer períodos históricos, quem sabe convença mais a palavra de uma fonte mais acreditada, em entrevista publicada no livro *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*, do jornalista Paolo Marconi (1980). Ruy Mesquita, então diretor e coproprietário de *O Estado de S. Paulo*, dá a entrevista a que me refiro no mês de outubro de 1974.

Ele afirma que o único recurso para se opor ao que chamava *conspiração de Goulart* era o golpe – desculpe, Revolução, com maiúscula, que era como ele chamava o golpe. Mas me permitam continuar chamando 64 como golpe, mais próprio. Para fazer justiça, disse, então, que sabia que no dia seguinte estaria contra o novo governo ditatorial, embora seja uma declaração que não deva ser levada ao pé da letra, justamente porque os fatos não foram bem assim. De qualquer forma, outra vez, é preferível chamar a espada a qualquer coisa parecida com governos progressistas.

Confessa: ele e o pai, Júlio de Mesquita Filho, morto em 1969, participaram ativamente das articulações golpistas que redundaram no golpe de 1964 – “tínhamos reuniões diárias com militares que se opunham à situação e que acabaram derrubando Goulart”. Será necessário um testemunho mais idôneo, confiável, veraz do que esse para demonstrar o quanto a mídia brasileira se empenhou para implantar o regime de terror e morte que foi a ditadura militar?

E, como a família Mesquita, também conspiravam Chateaubriand, os Marinho, os Breno Caldas, os Frias, os Nascimento Brito, todos os chefes de família da mídia brasileira¹². Todos interessados no golpe, os grandes e os pequenos, porque havia jornais pelos estados comungando com aqueles objetivos, todos na conspiração contra um governo legítimo, que cometia o pecado de querer fazer reformas com o objetivo de ser soberano diante dos EUA.

Não pretendo fazer um estudo de caso sobre a intervenção da imprensa brasileira no golpe de 1964. Reavivo a memória para afirmar, nem que como obviedade, que a imprensa brasileira, como o fará em várias outras ocasiões, mandou o jornalismo liberal às favas, embora se escondesse atrás dele, e atuou como um autêntico partido político, um partido conservador, defensor dos interesses dos Estados Unidos e das classes dominantes nacionais. Claramente um partido que se colocava contra os interesses populares, como o faz até os dias de hoje, sem nenhum pudor, sem esforço algum para desenvolver um jornalismo próximo do que pregam seus próprios manuais.

Volto ao *Correio da Manhã*, naquele momento o mais influente diário brasileiro, apenas para lembrar os históricos editoriais do dia 31 de março de 1964:

“Basta!”

E o de 1º de abril do mesmo ano:

“Fora!”

Esses títulos indicam a natureza partidária de direita da imprensa da época, impositiva, prescritiva, senhora da razão, dona do discurso. É como se fornecesse uma senha aos golpistas, aliás, já em marcha sob a direção da “vaca fardada”, apelido atribuído por Olímpio Mourão Filho a ele mesmo, que saíra com seus soldados de Minas Gerais para o Rio de Janeiro em 31 de março. O objetivo era consumir o golpe. O clima estava criado, as condições estavam dadas – era esse o recado da imprensa. Aquela ideia do jornalismo liberal, avessa aos pontos de exclamação, do jornalismo objetivo, foi mandada às favas, como se vê.

12. Chateaubriand, Diários Associados; Marinho, Rede Globo; Breno Caldas, Companhia Jornalística Caldas Junior; Frias, Grupo Folha; Nascimento Brito, *Jornal do Brasil*.

Era uma exortação prévia e uma comemoração, já que os jornais sabiam o que estava por vir, o que estava na iminência de ocorrer. Não importavam as consequências do golpe, o que a espada viria a fazer, o sangue que correria, as torturas que viriam, o terror estatal que sobreviria, os 21 anos que atingiriam inclusive os jornais, esses mesmos que chamaram a espada, que de alguma maneira também foram atingidos – embora nunca tenham sido tão violentados como o foram aqueles que resolveram se opor efetivamente à ditadura.

É sabido e consabido que o *Correio da Manhã*, muito mais que o *Estado*, ato contínuo, iniciou a luta contra as atrocidades da espada, que vieram muito mais cedo do que a imprensa golpista acreditava e cujo domínio duraria muito mais do que ela esperava. A maldição do bruxo do século XIX persistia, assustadora. E, ao levantar-se contra a espada, o *Correio da Manhã* em pouquíssimo tempo desapareceria. Antes que pudesse ver o retorno à democracia: fato que só ocorreria em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República.

Não sei se dirigentes da imprensa brasileira chegaram, em algum momento, a viver alguma crise de consciência pelo monstro que produziram, ou se resolveram apascentar a alma com a ideia de que não tiveram culpa no que houve a seguir. Pelo visto, pelo que continuam a fazer, a crise nem sequer lhes resvalou a alma. Fosse dada a chance, certamente repetiriam a dose. Com gosto. Ainda não recolheram lições do episódio. Nem sei se há qualquer perspectiva de que venham a fazê-lo.

A tragédia do burguês que clama à chegada da espada para resolver seus dilemas se apresentava com todas as suas cores, dramáticas cores, para o *Correio da Manhã*. O chamamento à espada é sempre arriscado. Sempre. Melhor arriscar tudo na democracia. A mídia brasileira ainda não aprendeu a arriscar tudo na democracia. Aposto sempre no golpe, de um jeito ou de outro. Pode não ter chance, mas sempre tenta. Essa índole ninguém pode lhe negar. O espírito golpista é parte de sua natureza.

O SILÊNCIO DOS INOCENTES

*(...) A tradição histórica antidemocrática de transições pelo alto, que exclui a participação mais efetiva dos segmentos sociais explorados, tão característica da sociedade nacional, mais uma vez se impôs politicamente na passagem entre a ditadura e a democracia em 1985. Tal modo de transição comporta nítidas limitações em termos da democratização do país. É sempre bom lembrar que o sistema da grande imprensa (televisões, jornais, revistas, rádios etc.), forjado na e pela ditadura cívico-militar, permanece praticamente intocado até hoje, quase 25 anos depois do fim do regime democrático.(...).*¹³

Antonio Albino Canelas Rubim

Quando conta a história da ditadura, resultante do golpe militar de 1964, que a mídia hegemônica brasileira articulou conscientemente e do qual participou decisivamente, tal mídia o faz a seu modo, muitas vezes excluindo sua cota-parte na implantação de um regime de terror e morte. É como se nada daquilo tivesse a ver com ela. O que é, obviamente, uma mistificação. Anteriormente, revelei a natureza golpista de sua intervenção naquele episódio, sua apaixonada participação na derrubada de um governo legítimo, como o de João Goulart. Ou seu protagonismo no final da liderança de Getúlio Vargas. Preocupação com legitimidade ou legalidade nunca foi o seu forte.

Neste capítulo, discuto como se deu a convivência da imprensa hegemônica com a ditadura, de modo a desmontar a ideia de que toda a imprensa viveu sob censura prévia e de que ela sempre lutou, bravamente, contra a censura. Devagar com o andor, que o santo é de barro. Não é necessário muito conhecimento sobre o período de 1964 a 1985 para perceber que houve censura no Brasil. Disse censura, e não censura prévia. A existência da ditadura fala por si. Ninguém cria livremente sob um regime dessa natureza, ninguém escreve livremente numa fase dessas. Estamos no território das obviedades – necessárias, no entanto.

13. RUBIM, Antonio Albino Canelas, em prefácio ao livro de JOSÉ, Emiliano. *Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988*. Salvador: Edufba, Assembleia Legislativa da Bahia, 2010.

Antes ainda que se fale propriamente da relação entre a mídia hegemônica e a ditadura, aconselha-se a que situemos os diversos períodos da ditadura, rapidamente que seja. Entre 1964 e 1968, costume dizer que a ditadura viveu um dilema *hamletiano*: ser uma ditadura pra valer ou combinar ditadura e legalidade. A Constituição de 1967 foi um esforço para relacionar legalidade com arbítrio, se é possível isso. Diante do início das mobilizações populares, particularmente do movimento estudantil, a ditadura resolve radicalizar, e assim, acabar com seu dilema. Para não anistiar o período, lembremos que a ditadura já havia matado 39 pessoas.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) evidencia o rompimento de qualquer dúvida: agora, era ditadura, sem tirar nem pôr, tempo em que o filho chorava e a mãe não via. A partir de 13 de dezembro de 1968, o tempo fechou. Tortura, mortes, desaparecimentos, fim de qualquer legalidade. Período de Emílio Garrastazu Médici, tempo de Murici – cada um cuide de si. Ditadura sem freios, se é possível freios em ditaduras. Aqui, nessa fase, houve o maior número de assassinatos e desaparecimentos.

Veio Ernesto Geisel, em 1974, e a abertura lenta, gradual e segura. Início do que poderíamos chamar transição pactuada, e uma transição ainda marcada pela presença de prisões, torturas, desaparecimentos. Foi nessa fase que o estrato militar travou uma dura luta interna entre os que pretendiam, a médio prazo, passar da ditadura para um regime legal e os que pretendiam radicalizar na violência e manter o regime em vigor.

Geisel venceu a parada, sem que, no entanto, parasse com os assassinatos. “Não podemos deixar de matar”, dissera ele em depoimento gravado, como revela o jornalista Élio Gaspari em um de seus livros sobre o período. A transição pretendida não foi a frio – foi a quente, regada a sangue, com muitas mortes, podendo-se lembrar o Massacre da Lapa, em 1976, quando alguns dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foram mortos e outros tantos torturados. Vale recordar ainda a repressão que se abateu sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que exterminou muitos de seus dirigentes, e que matou Vladimir Herzog. E tantas outras prisões, de variadas organizações revolucionárias.

Veio João Baptista Figueiredo, em 1979, e com ele, efetivamente, uma nova fase, quando a transição passou a caminhar mais aceleradamente, com mais liberdades, com a anistia que, mesmo parcial, inaugurou um novo momento no Brasil. Não há como desconhecer que a transição foi impulsionada pela constituição e mobilização de uma poderosa sociedade civil e, a partir do final da década de 1970, pela emergência de um movimento sindical de novo tipo, que cresceu ainda mais, particularmente na região do ABC paulista. Lula surgia, com toda sua carga política e simbólica, configurando um fato novo

na história do Brasil. A ditadura não acabara, mas dava todos os sinais de que estava no fim.

A campanha pelas eleições diretas foi a pá de cal no velho regime. Constituiu-se na mais extraordinária movimentação de massas do país, e não só com o envolvimento das camadas populares, mas também, com a participação de parcelas das classes dominantes, que já sentiam que a espada perdera sua eficácia e se tornara um entrave ao desenvolvimento de seus negócios.

No plano político, isso se expressou claramente: todo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), incluindo seus governadores, participou decisivamente da luta pelas Diretas e foi decisivo, assim como a esquerda brasileira também o fez, com muito entusiasmo. Não cabe aqui o detalhamento desse fato, por impróprio para os objetivos deste livro. Para evitar simplificações e maniqueísmos, tomo apenas o cuidado de dizer que havia muitos setores de esquerda no interior do PMDB.

A campanha foi derrotada, as Diretas não passaram pelo Congresso, mas foi determinante como sinalização definitiva para o fim da ditadura. Em 1985, Tancredo Neves é eleito indiretamente e, por ironia do destino, morre. José Sarney assume a Presidência da República, inaugurando o que hoje já podemos constatar como o maior período democrático de nossa história.

Agora, então, podemos discutir a relação entre a imprensa e a ditadura, e desmontar cenários idílicos, particularmente o que coloca, de um lado, uma imprensa liberal e sacrossanta que se levantou contra o arbítrio militar e, de outro, militares e seus censores cruéis, sempre presentes nas redações, determinando tudo o que devia ou não devia ser editado.

Fosse essa a história, tão assim mocinhos e bandidos, e a imprensa hegemônica brasileira restaria absolvida de todas suas vacilações, incongruências, conivências, cumplicidades, complacência e colaboracionismo diante da ditadura. A história é bem outra. E vamos tentar contá-la.

Na primeira fase a que me referi – entre 1964 e 1968 – persiste o apoio dos grandes jornalões à ditadura, mesmo que aqui, acolá surgissem críticas. É inegável, no entanto, a afirmação de uma imprensa com capacidade crítica, que revelava autonomia e vitalidade. Podemos lembrar do *Correio da Manhã*, do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre; das revistas *Fatos e Fotos*, *Veja e Realidade* e, também, dos jornais *Folha da Tarde* e *Última Hora*, em São Paulo.

A conjuntura de uma ditadura que preservava algumas legalidades favorecia isso. Num juízo rigoroso, a imprensa hegemônica ainda não fora posta à prova pra valer. Isso aconteceria no pós-1968, com a edição do AI-5. Aí, então, se tomaria conhecimento de quem era quem, se saberia quem topava enfrentar a ditadura ou não. E pode-se dizer com tranquilidade que a maioria

não topou. Deu o seu aval à ditadura. Para ser justo, o fez conscientemente, não apenas pela existência da censura. Tratou-se de uma reafirmação da posição hegemônica da mídia que, afinal, havia contribuído decisivamente, como já dito, para o golpe de 1964.

Do AI-5 em diante, até o final dos anos 1970, predomina um padrão que Bernardo Kucinski (1991) denomina complacente – que eu prefiro chamar de complacente-engajado, no sentido de que a mídia hegemônica, na esmagadora maioria dos casos, estava engajada no projeto da ditadura, tendo feito uma opção política por ele. Nessa fase, os dois atores coabitavam com tranquilidade. A mídia não precisava de censores em suas redações, bastava um piscar de olhos dos generais, um simples bilhetinho, como era comum, às vezes de um funcionário subalterno, e ela se dispunha a pressurosamente obedecer. Não imaginem que exagero. Há uma vasta bibliografia a respeito, parte da qual está ao final dessa publicação.

Faço o alerta de Beatriz Kushnir (2004) em seu notável livro *Cães de guarda – jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*:

não se queira que os jornalistas propriamente ditos estivessem a favor da ditadura ou, ao menos, que a maioria deles estivesse. O sistema, para recorrer a um termo antigo, os aprisionava. Dito de outra forma, os patrões, baseados em editores fiéis, exigiam aquela linha editorial, da qual não era possível fugir, ou era muito difícil fazê-lo. Quando podiam, os mais conscientes tentavam encontrar frestas por onde noticiar o que a boa consciência mandava.

O que predominou, ao contrário do que a interpretação dada hoje pretende, no entanto, não foi propriamente a censura, mas a autocensura. Diria que foi sendo construída uma rotina produtiva que já a incluía. Uma espécie de alter-ego sensorial determinava tudo. Além dos editores, os jornalistas foram se amoldando àquela situação, entronizando as proibições, sem que necessariamente elas precisassem ser tão expressas.

Já estava mais ou menos posto que não era possível falar sobre dom Hélder Câmara, por exemplo – e sobre ele não se falava, e ponto final. A ditadura não queria que se falasse de dom Hélder de modo nenhum, nem que fosse contra. Nelson Rodrigues, amigo de Médici, conseguiu uma autorização especial para continuar a falar do bispo. São as estranhezas da ditadura e daquela estranha relação.

Principalmente entre 1972 e 1975, as principais redações recebiam telefonemas proibitivos, além dos bilhetinhos da Polícia Federal, e isso bastava

para que a ditadura fosse obedecida, para que os interesses se tornassem comuns, se comuns não fossem.

A partir dos bilhetinhos e dos telefonemas, foi se afirmando um manual não escrito de procedimentos, às vezes ampliado pelas próprias redações, tal o conformismo. Essa rotina, dos telefonemas e dos bilhetinhos, persistiu até 1978, e o livro de Paolo (1980) constitui um documento raro quanto a isso, *A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978*.

A cumplicidade da mídia hegemônica no curso da ditadura foi escandalosa e, sem incorrer em qualquer tentação panfletária, verdadeiramente criminosa, especialmente quando serviu de suporte para legalizar as mortes cometidas pelos centros de repressão abertos ou clandestinos. Aqui, não há como tergiversar. A ditadura elaborava a farsa de que um preso político barbaramente torturado e morto tinha sido ferido por seus companheiros quando fora cobrir um ponto, entregava o release à imprensa – e tudo corria no melhor dos mundos. Certamente nossa mídia achava que podia lavar as mãos.

É provável que em alguns jornais, não sei se nas redes de televisão, houvesse alguma repugnância por esse procedimento, malgrado o adotassem porque era quase a regra, auto-assumida. Em outros, como em *Folha da Tarde*, na sua segunda fase, após o AI-5, os assassinatos eram recebidos com alegria, e mais do que isso, a publicação contava com muitos tiras na redação – era, como se dizia à época, o jornal de maior tiragem, exatamente por conta do número de polícias em seu escritório.

Alguns dos carros da *Folha da Tarde* foram queimados por organizações revolucionárias de esquerda, o que mereceu editorial assinado por Octávio Frias de Oliveira. Nele, o proprietário do jornal afirmava que o Brasil estava muito bem e “a subversão, que se alimenta do ódio e cultiva a violência está sendo definitivamente erradicada, com o decidido apoio do povo e da imprensa”¹⁴.

Não se deve buscar, no entanto, publicações isoladas para explicar o colaboracionismo – outro termo antigo, mas apropriado. Ele era relativamente generalizado, embora não fosse levado ao extremo da militância policial do Grupo Folha, inimigo declarado da esquerda, parceiro declarado da ditadura.

No livro já citado de Kushnir (2004), há trechos de um depoimento de Jânio de Freitas, publicado pela *Folha de S. Paulo* de 15 de dezembro de 1998, em que ele, com sua coragem e honestidade de sempre, explica que se a imprensa manifestou aqui e ali sua contrariedade com aspectos do AI-5, mas não foi contra o seu sentido geral, e não seria possível, como diz, ser contra o AI-5 sem ser contra o regime. “E a imprensa, embora uma ou outra discordância eventual, mais do que aceitou o regime: foi uma arma essencial da ditadura.”

14. Editorial publicado nos jornais *Folha da Tarde* e *Folha de S. Paulo*, de 22 de setembro de 1971, conforme Beatriz Kushnir.

E aqui afirma o que se conhecia, mas que hoje talvez não seja devidamente enfatizado: o *Jornal do Brasil* foi “o grande propagandista das políticas do regime, das figuras marcantes do regime, dos êxitos verdadeiros ou falsos do regime”. Um dos grandes, seria melhor dizer, para não ser injusto com alguns outros, como *O Globo*, *O Estado de S.Paulo* e a *Folha de S.Paulo*, este último já bastante lembrado.

Um dos sinais mais evidentes do colaboracionismo da imprensa com a ditadura foi o desenvolvimento de uma forte imprensa alternativa. Surgiu não apenas pela disposição dos jornalistas que a organizaram. Foram as condições políticas do período que animaram o seu surgimento – e foi uma imprensa multifacetada, com algumas publicações de natureza nacional, outras regionalizadas, com uma impressionante diversidade, que tratava das questões culturais às de gênero, incluía a homossexualidade e as mulheres e, sobretudo, constituiu-se em um jornalismo de combate à ditadura, que confrontou todas as dificuldades do período.

O espaço para o surgimento desta mídia alternativa estava aberto devido ao colaboracionismo da imprensa hegemônica. Um lugar para outro tipo de jornalismo, que fosse mais fundo na análise, que não compactuasse com o regime vigente, como visto. E a maior evidência disso é quando a ditadura cede, quando Figueiredo assume e a distensão se acelera. Naquele momento, a mídia hegemônica assume alguns dos temas da imprensa alternativa. Esta, então, definha irremediavelmente, ali pelo fim da década de 1970, início dos anos 1980. Havia cumprido o seu papel. Um deles, mesmo que não o quisesse, o de denunciar a omissão dos grandes meios de comunicação.

O país deve muito a essa imprensa – os jornalistas que se envolveram nas muitas publicações do período conseguiram não só engrandecer a profissão, como revelar coragem política. É inegável que muitas daquelas publicações tinham a ver com a militância política propriamente dita, o que só as valoriza, não as diminuem. Afinal, o jornalismo brasileiro dos dias de hoje e o daquele período não tinham a ver com um tipo de militância política?

Na análise desse período, cabem algumas palavras sobre o grupo chefiado à época por Roberto Marinho. A *Globo* se constitui em rede, ali pelo final de 1969, graças aos pesados e calculados investimentos da ditadura nas telecomunicações. Por isso, se antes o grupo já fora fundamental na operação que resultou no golpe de 1964, após essa estratégia e com o regime em desenvolvimento, ainda mais.

Podendo chegar a todo o país, tornando-se um império poderoso, o *Jornal Nacional* acabou por se tornar o diário oficial do regime – e tanto quanto o restante da imprensa, também tentava sempre legalizar os crimes da ditadura, dando mortes por tortura como atropelamentos e simulações assemelhadas.

O arauto-mor da ditadura, inegavelmente, foram as Organizações Globo, particularmente a Rede Globo. Pretender que a emissora estivesse solitária na tarefa, no entanto, seria uma injustiça que não deve ser cometida contra o restante de nossa mídia hegemônica, tão firme quanto ela na defesa da ditadura. O que cabe acentuar, no entanto, é que as Organizações Globo passaram a ter um papel acentuado na vida política do país, mesmo e quem sabe principalmente, depois que a ditadura foi derrotada. Mas isso é conversa para outro momento.

Censura prévia, bem, claro que houve, nunca na dimensão que pretendeu a própria imprensa hegemônica *a posteriori*. Hélio Fernandes enfrentou dez anos de censura prévia no seu *Tribuna de Imprensa* – e normalmente não é o mais lembrado. De agosto de 1972 a janeiro de 1975, as vítimas foram *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Justo o grupo da família Mesquita, que se orgulhava de ter participado ativamente das articulações que resultaram no golpe de 1964. *Veja* foi censurada do início da década de 1970 até 1976. Os alternativos sofreram bastante também: *O Pasquim* ficou sob censura prévia de novembro de 1970 a março de 1975; *O São Paulo*, de junho de 1973 a junho de 1978; o jornal *Opinião*, de janeiro de 1973 a abril de 1977; e o *Movimento*, de abril de 1975 a junho de 1978.

Há um dado curioso, embora compreensível. A censura se acentua, como censura prévia, sob o governo de Geisel. Exatamente o ditador da distensão, o que parece um paradoxo, ou uma contradição em termos. Afinal, a distensão não devia afrouxar a censura? Em tese, somente como um raciocínio teórico. Vamos refletir rapidamente sobre isso.

Primeiro, Geisel atendia aos reclamos de uma burguesia já cansada da espada; segundo, não ia parar de reprimir a esquerda; terceiro, precisava do silêncio ou compreensão da imprensa quanto a isso; quarto, tinha de derrotar a linha dura militar. Esta não aceitava a liderança de Geisel, pretendia aprofundar a repressão e solapar a abertura, mesmo aquela, tão limitada.

Diante disso, o que fazer com a mídia, tanto a hegemônica quanto a alternativa? Geisel decide dar sinais duros, levando a censura para dentro de alguns dos meios, como já falamos. Era uma espécie de efeito-demonstração, que dissuadia tanto aqueles meios diretamente atingidos, como os demais a quaisquer rompantes. Mas, não apenas isso.

Estabelecida a censura prévia, e sob a influência da ditadura, há expurgos nas redações de *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, como revela Bernardo Kucinski em seu *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991). Mino Carta, em discordância de fundo com a orientação que o patrão pretendia imprimir à revista *Veja*, sai da Editora Abril sem deliberadamente receber um único tostão da empresa, e isso está

detalhado em seu mais recente livro, *O Brasil*. Cláudio Abramo, da *Folha*, Alberto Dines, do *Jornal do Brasil*, são outros a saírem. Com isso, garantia-se que ascendessem jornalistas dispostos a conversar com a ditadura para que a transição fosse ordeira, relativamente sob controle.

Claro que isso não foi decorrente apenas de uma decisão ditatorial, mas da própria compreensão, da aquiescência dos patrões, que já se sentiam incomodados com aquelas lideranças jornalísticas que não aceitavam uma linha de tanta subordinação e que não queriam fechar os olhos ao arbítrio e às violações dos direitos humanos.

Golbery do Couto e Silva, claro, foi o grande articulador disso tudo, e o fez com competência. A ditadura estabeleceu uma linha direta com os novos editores, e estes contribuíram muito para que a estratégia da distensão lenta, gradual e segura fosse bem-sucedida. Eram jornalistas de espinha mais flexível, capazes de entender as razões da ditadura.

Se olharmos bem, a ditadura retira a censura prévia primeiramente dos grandes veículos, como *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, em 1975; *Veja*, em 1976. *O Pasquim* teve a censura prévia suspensa em 1975, com a observação, no entanto, que estava na condição de censurado desde 1970. *O São Paulo* só viu levantada a presença dos censores na redação em 1978, *Opinião* só em 1977, e *Movimento* em 1978.

Nada disso se deu de forma linear – e houve atropelos. A crise do modelo complacente-engajado ganhou mais intensidade com as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho – entre 1975 e 1976. A derrota da linha dura entrara na ordem do dia, e só ocorre em 1977, com a demissão do general Silvío Frota.

A partir de então, a mídia hegemônica passa a se sentir mais livre. Escrevi sobre isso em meu livro *Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988*. Era evidente que, nessas novas condições, especialmente quando o general João Baptista Figueiredo assume, a imprensa não podia continuar na mesma toada. Afinal, a ditadura estava saindo de cena, o que ocorreria definitivamente em 1985. Havia uma clara crise de hegemonia no país. A mídia, por imposição dessa nova conjuntura, havia de acompanhar o ritmo, salvo a Rede Globo, que tinha de ser muito mais obediente, sendo até mais real do que o rei. Nessa conjuntura, tudo era mudança na velha mídia. Lembro que o jornal *Folha de S. Paulo*, que fora um aliado fiel da ditadura, a partir daí copia temas e fórmulas da imprensa alternativa. Ao mesmo tempo, firmava-se um padrão de empresas jornalísticas com ênfase exclusiva no mercado.

Como o clima político mudara, os temas das denúncias de arbitrariedades, das torturas, da legislação autoritária, dos escândalos de corrupção,

passam a figurar na mídia hegemônica. Como digo no livro *Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988* (2010), nessa fase a velha mídia, particularmente os meios impressos, cumpre o papel de ser uma espécie de aríete do que à época se denominava abertura, a anunciadora de uma nova hegemonia que se gesta no interior do governo Figueiredo. A seu modo, a mídia torna-se avalista da transição conservadora que se processa no país.

Não custa lembrar que, sob Figueiredo, jornais como *O Pasquim* e *O Repórter* ainda são apreendidos, jornalistas do *Coojornal* e do *Hora do Povo* são processados e presos, a linha dura promove atentados contra sedes de mídias alternativas e contra banca de revistas. Nesse clima, uma bomba explode na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro e mata a secretária Lydia Monteiro da Silva, ocorrendo ainda a tentativa de atentado no Riocentro, no Rio de Janeiro. Não é pouca coisa. Eram os estertores dos setores mais radicalizados da ditadura. A velha mídia, nesse momento, cumpre um papel decisivo no sentido de denunciá-los. Mantinha o acordo de facilitar a derrota da linha dura, assegurando a transição conservadora.

Não é que a imprensa descarte rupturas. Ao longo desta série de artigos, tenho demonstrado que não. Ela pode apostar em interrupções, em golpes – no caso, sempre da direita que, para fazer justiça, a imprensa nunca admite variações quanto ao lado em que se encontra do espectro político. Quando seus interesses estão em perigo, e quando em perigo encontra-se o bloco histórico do qual ela faz parte, ou quando está no poder uma composição de forças da qual discorde, a velha mídia pode apostar no confronto, no golpe e na ruptura, para além de quaisquer institucionalidades. E o golpe de 1964, como a tentativa de 1954, são exemplos nesse sentido.

Na fase final da ditadura, quando se desenhava outra composição de forças, a mídia hegemônica aposta na mesma política que vinha desenvolvendo: é possível fazer a transição sem grandes rupturas, e Tancredo Neves correspondia ao perfil desejado para essa tarefa. Não importa se, de fato, nas condições dadas, fosse ele o personagem apropriado para aquela conjuntura.

O que está em questão é que a mídia seguia rigorosamente o *script* montado até agora: contribuir para que o país saísse da ditadura, sem que isso implicasse quaisquer mudanças mais significativas. Ao menos nas estruturas mais profundas da sociedade. Não constitui algo menor a conquista da democracia, débil que fosse, nos primeiros anos após o fim do regime militar. Mas essa é outra história. Em 1985, terminava um ciclo da imprensa brasileira, um ciclo nada glorioso, em que predominou o padrão complacente-engajado, de cumplicidade e colaboracionismo com a ditadura.

MAIORIAS SILENCIOSAS

Será necessária a ação política (no sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? (...) Muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Essa função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também eles “partidos”, “frações de partido” ou “funções de um determinado partido”. Veja-se a função do Times na Inglaterra, a que teve o Corriere della Sera na Itália e também a função da chamada “imprensa de informação”, supostamente “apolítica”, e até a função da imprensa esportiva e da imprensa técnica.¹⁵

Antonio Gramsci

45

Com o fim da ditadura, a imprensa brasileira, que vivera confortavelmente sob aquele regime e não se importava tanto com o Estado forte, inclusive na economia, passa à defesa do Estado mínimo. Essa mudança, naturalmente, não se dá de súbito, como num passe de mágica. Um novo ideário vai se constituindo no final dos anos 1970, início dos 1980, no momento da afirmação de uma conformação empresarial jornalística claramente fundada no mercado – conformação que, por certo, influencia decididamente os jornalistas do ponto de vista de sua ideologia e compreensão do mundo. Isso terá consequências de longo curso.

A burguesia brasileira, intimamente associada ao capital internacional, compreende nesse imediato pós-ditadura que já é hora de modificar aspectos do Estado montado no Brasil após os anos 1930, destituindo-o de suas fun-

15. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976, p. 22-23.

ções econômicas diretas tanto quanto pudesse. Os proprietários dos meios de comunicação, que compõem então um setor econômico dinâmico, que integram a burguesia brasileira, não são, obviamente, indiferentes a esse movimento, e incorporam-se a ele, particularmente a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. O Estado mínimo passa a ser um dos objetivos da velha mídia, e ganha maior consistência com a afirmação do neoliberalismo em escala mundial.

O neoliberalismo foi a resposta a uma crise do capitalismo, modo de produção que tem uma incrível capacidade de responder a adversidades. Não se aceitava mais a receita *keynesiana*¹⁶. Chega com sua visão de que ao Estado cabe tão-somente assegurar a espontaneidade do mercado, verdadeira matriz revolucionária de todo desenvolvimento – ou, se quisermos ser mais precisos, matriz essencial da acumulação capitalista. O *Welfare State*¹⁷ soçobrava nessa nova fase. Não era mais funcional ao sistema, embora funcional, aqui, possa parecer inadequado, porque ele é resultado da luta dos trabalhadores.

O neoliberalismo reclamava, ao contrário do que se diz, um Estado forte. Forte em sua capacidade de reprimir os trabalhadores, diminuir o poder dos sindicatos, forte na contenção dos gastos sociais e na restrição às intervenções diretas do Estado na economia, generoso no socorro ao mercado quando necessário, capaz de promover reformas fiscais indispensáveis aos investimentos capitalistas e, muito importante, um Estado que considerasse a desigualdade algo muito saudável, útil ao desenvolvimento capitalista. Do ângulo de quem pensasse ao menos o *Welfare State*, para não nos referirmos ao pensamento socialista, tratava-se de uma fórmula profundamente cruel para todas as populações, e em especial para os trabalhadores.

No Brasil, o neoliberalismo chegou tardiamente, depois de já haver deitado raízes profundas no Chile de Pinochet, quase um efeito demonstração sob uma ditadura sangrenta, e em terras europeias, a partir da experiência inglesa, iniciada no final dos anos 1970 do século XX, com Margaret Thatcher. A luta política da Constituinte em terras brasileiras determinou a vitória de ideias avessas ao neoliberalismo. A Constituição de 1988 aproximava-se muito mais do *Welfare State* do que do receituário neoliberal. Caminhou na contramão da lógica mundial, ao menos na letra da lei.

Fernando Collor é quem inaugura a proposta neoliberal, embora seja de fato Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, a partir de 1995 e até 2002, a executa com rigor, a ponto de quase levar o Brasil à falência, privatizar tudo

16. Referência à teoria do início do século XX, cunhada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) proposta em sua obra *Teoria geral do emprego*. Nela, o autor propunha a ação do Estado a fim de garantir empregabilidade em momentos de recessão.

17. Modelo no qual o Estado intervém para garantir condições básicas em frentes como saúde, educação, moradia etc. Nasceu da necessidade de recuperação do mundo no pós-guerra.

que pôde e fazer a festa do livre mercado. A receita do neoliberalismo indica sempre não desenvolver políticas voltadas para os mais pobres, e nisso também não faltou coerência a FHC, que foi rigoroso com sua particular teoria da dependência ao tornar-se um eficiente *condottiero* da burguesia brasileira e internacional.

Portanto, no pós-ditadura, que termina em 1985, vivemos um tempo de mutação. Há mudanças na política e na economia. Na estrutura e na superestrutura, para recorrer a uma tipologia antiga. Lembro-me agora, antes de adentrar o assunto que me interessa, de uma questão posta pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho – será que a sociedade brasileira não teve responsabilidade para com a sobrevivência da ditadura por 21 anos?

Houve, de alguma forma, sem dúvida, uma complacência da sociedade com aquele estado de coisas, senão a ditadura teria sido escoraçada antes. Havia um conformismo, que pode ser explicado de variadas maneiras, pela política, pela história, pela cultura, mas conformismo. É por esse caminho que chego aos jornalistas, à massa de jornalistas, ao meu objeto neste texto de reflexão.

Enfrento, e o faço há algum tempo, uma pergunta incômoda: nessa nova configuração da imprensa, com uma tomada de posição pós-ditadura a favor do Estado mínimo e na sequência do neoliberalismo, que são irmãos siameses, qual a responsabilidade dos jornalistas? Normalmente, essa questão não é posta, é como se o problema não existisse. Eu próprio, ao me perguntar, hesitava em responder, e nem sei se o conseguirei. Tentarei aqui abrir picadas na floresta.

Parece que há tão-somente a imposição do patrão, e a enorme massa dos produtores de notícias é obrigada a cumpri-la. Não tem sido posta a questão para os jornalistas – aos editores, pauteiros, chefes de reportagem, ao repertariado –, apenas aos redatores-chefes, estes, no Brasil, sempre predispostos a obedecer às ordens emanadas de cima.

Para a maioria dos que produzem a notícia, pode ser uma situação confortável. A responsabilidade fica com os patrões, evidentemente os que definem as diretrizes de cada veículo. Não creio que possamos nos acomodar com essa explicação.

Para insistir, a massa de jornalistas não foi, de alguma forma, assumindo, nem que paulatinamente, a ideologia neoliberal, com todas as suas consequências? Vamos tentar analisar isso, arriscar uma análise, mexer num vespeiro.

Se se pudesse falar de um exercício de hegemonia no interior dos próprios meios de comunicação, seria possível especular sobre o fato de que o aspecto principal do controle dos profissionais na velha mídia não é a coerção, mas o consenso, construído pacientemente, num processo quase imperceptível aos olhos dos próprios jornalistas.

Arrisco outra hipótese: essa foi uma batalha silenciosa, que foi sendo perdida pelo pensamento de esquerda no território jornalístico. Salvo exceções, esse raciocínio está adstrito nos dias de hoje às iniciativas da internet, que ressaltam serem da maior importância. São elas que nos impedem de estar inteiramente submetidos ao pensamento único da velha mídia.

O uso de dizer que falar em imposição dos padrões, simplesmente, parece algo estranho, pouco verossímil. Claro que o jornalismo brasileiro, com sua estrutura ainda muito baseada em famílias, tem uma característica quase patriarcal, no sentido do mando. Os padrões dão ordens, sim. Mas as ordens teriam dificuldade de ser realizadas não fosse a participação decisiva dos próprios jornalistas, que influenciados pelos editores e pela linha editorial de cada órgão, repetida *ad nauseam*, vão se envolvendo profundamente com a ideologia de cada veículo e, também, com as dos outros veículos da velha mídia, ideologias que não guardam quase nenhuma diferença entre si.

O neoliberalismo, com sua carga individualista, foi se entronizando nos corações e mentes dos jornalistas, sem que, talvez, eles dessem conta disso. O neoliberalismo com sua visão privatizante do mundo, seu desprezo pelas políticas voltadas para os mais pobres, seu estímulo ao consumismo, sua valorização dos investimentos capitalistas, seu reforço ao Estado mínimo e repressor, naturalizou-se entre repórteres e editores.

Assim, no território da velha mídia – mais do que no restante da sociedade, na qual, no Brasil, as reações a ideologias dominantes são cada vez mais evidentes – poderíamos dizer, com Marx, que a ideologia da classe dominada é a mesma das classes dominantes. Esse trabalho de construção cotidiana do consenso entre os jornalistas, de reelaboração permanente do padrão ideológico, da reafirmação de visões de mundo conservadoras, sempre vem revestido de aparências modernizadoras. Tudo o que não estiver vinculado ao dinamismo do mercado, da atividade privada, estará condenado ao fogo do inferno. O novo, o moderno, o progresso está vinculado à lógica do mercado. O que tiver cara de estatal receberá o rótulo inevitável do atraso.

A nova orientação jornalística adotada, os novos parâmetros, os novos pressupostos que vão sendo construídos não são elaborados, insista-se, à base da pressão constante sobre jornalistas inconformados. São sim moldadas mas de maneira natural e, suavemente, mesmo que se registrem, aqui e acolá, reações individuais, que podem ser contadas nos dedos.

Manuais de redação, orientação dos editores, fontes criteriosamente selecionadas a dedo de modo a sempre confluírem com a opinião da pauta, influência das agências de notícias internacionais permeada pela visão neoliberal

de mundo – tudo isso cria uma circularidade, com os profissionais girando em torno de si mesmos. Circularidade em que falta, naturalmente, uma visão crítica, em que inexiste abertura para outras visões.

Constitui-se um pensamento único, extravasado pelas páginas de jornais, pelas telas de tevê, pelas ondas das emissoras de rádio, que no Brasil, como se sabe, são controlados por algumas poucas famílias. Esse pensamento foi se construindo, a batalha no plano das ideias foi sendo vencida pelos conservadores, o pensamento neoliberal conquistou hegemonia nas redações – essa é uma conclusão que imagino bastante razoável.

E se na última década no Brasil, além do fato de os jornalistas e editores estarem vinculados ao pensamento neoliberal, a atividade da velha mídia voltou-se para o combate sistemático ao projeto político que se iniciou em 2003, aí então o fenômeno da partidarização ganha caráter extremado, com graves consequências para a qualidade do nosso jornalismo.

No caso brasileiro, o fenômeno da partidarização assume feições nunca dantes vistas, pela sua capacidade de desconhecer fatos, de inventá-los, de desenvolver operações sistemáticas de combate ao governo atual, não importando, como já dito, se há correspondência com a realidade.

Com esse grau de partidarização, fez-se letra morta até dos próprios manuais de redação, todos eles preocupados, na teoria, a defender a natureza dos fatos e a obrigatoriedade de ouvir os diversos lados. Ninguém desconhece que, ao abordar qualquer fato, sempre haverá uma interpretação. Mas o jornalismo liberal, no qual a partidarização não é tão escancarada e tão desonesta como no Brasil, consegue tratar os fatos de forma menos obscena, menos manipuladora. E esse jornalismo liberal insiste em ouvir os diversos lados, para ao menos cumprir um dos preceitos que sempre advogou, para tentar garantir sua credibilidade, e não perder legitimidade. No Brasil, nos dias de hoje, não há essa proposta.

Estamos no pior dos mundos. Não há atenção com os fatos. Não há preocupação em ouvir todas as fontes envolvidas. Importa só confirmar a hipótese da pauta, desconsiderando os meios a serem utilizados, inclusive os ilegais, inclusive os chutes, inclusive as barrigadas incríveis, inclusive os grampos, inclusive as invasões de domicílios, o que seja.

Aqui, já fomos além de Rupert Murdoch¹⁸. E assim, cabe o questionamento: a massa de jornalistas não tem nada a ver com isso? Trata-se apenas de uma cruel ditadura dos patrões?

Não creio. Mais do que nunca, impõe-se uma discussão profunda sobre isso. Para que não se transfiram responsabilidades ou, noutra hipótese, para

18. Magnata australo-americano, principal acionista do conglomerado midiático News Corporation, que inclui o canal Fox e o jornal *New York Post*.

que se assuma de peito aberto um modelo de jornalismo, se é possível defender esse modelo. Se for, que seja. Mas que não se vista de jornalismo objetivo e imparcial, como sempre pretenderam os manuais de redação.

Sabemos que o jornalismo chamado objetivo e imparcial é uma impossibilidade, ao menos se tomado ao pé da letra. Mas, levado a sério, praticado com os padrões éticos que advoga, contribui para a sociedade e contém muito mais verdade que o praticado pela velha mídia no Brasil.

Será que as entidades sindicais dos jornalistas não se dispõem a discutir a cláusula de consciência? Será que não é possível reclamar alguma autonomia, alguma que seja, de uma atividade tão especial como é a do jornalista? Será que não se exige a discussão sobre a responsabilidade social e política dos que lidam com uma mercadoria tão importante como a notícia, com sua extraordinária especificidade?

Será que não poderíamos ao menos pensar na ética do marceneiro, a que se referia Cláudio Abramo¹⁹? O que quer dizer simplesmente a ética do cidadão que tem responsabilidades políticas com o país e sua gente?

Será que não cabe de fato ao jornalista, ao que escreve, ao que produz, discutir o que vai ao ar, o que se imprime, o que transita pelas ondas das emissoras de rádio? Será que aos jornalistas cabe apenas a tarefa de expressar a ideologia dos monopólios da comunicação no Brasil?

São indagações que deveriam tirar o sono de nossos profissionais, mas eu temo – e rezaria, pudesse rezar, para estar enganado – que eles durmam o sono dos justos. Temo que eles acreditem que “estão fazendo jornalismo” ao cumprir a pauta que recebem, com a orientação que ela traz, vinda de seus editores.

Se erro, se ouvir protestos diante dessa análise, se ouvir vozes que contrariem essa visão fundada no pessimismo da inteligência, faço uma autocrítica tranquila, e com muito gosto.

Se estiver certo, vou torcer para que nossas entidades sindicais se movimentem, debatam, provoquem nosso reportariado, se for possível fazer isso. Se estiverem se movimentando, que insistam. Que se discuta a necessidade da cláusula de consciência, porque sei que, às vezes, as entidades sindicais falam, propõem e a mídia faz aquele costumeiro silêncio ensurdecedor.

A cláusula de consciência, ao menos, daria o direito de recusa de uma pauta que contrariasse os princípios do profissional, reafirmaria o princípio da liberdade – numa profissão em que liberdade devia ser palavra sagrada.

19. O jornalista Claudio Abramo atuou em veículos como *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Neles, realizou reformas editoriais. Sua expressão ética de marceneiro faz referência à ética de um cidadão como outro qualquer. Para ele, a ética do jornalismo deve ser aquela adequada aos cidadãos.

Podia não bastar para mudar o modelo, e certamente não bastaria, mas seria um passo, pequeno que fosse, na luta por uma nova hegemonia nas redações. Evidente, muito evidente, que a luta é muito mais ampla, mas na guerra de posições, à Gramsci²⁰, é sempre bom ir conquistando e consolidando trincheiras, à medida que avançamos. Se avançamos.

20. Referência ao conceito de hegemonia para Antonio Gramsci, o notável intelectual e dirigente comunista italiano (1891-1937) que tratou deste termo considerando as articulações necessárias de determinados grupos com outros – ideologicamente distintos – para fazer valer um projeto político.

LULA E O INCÊNDIO DO REISCHTAG

A TV é hegemônica na formatação do espaço público e dominada por uma empresa com forte vocação monopolística. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas a audiência de TV é repartida entre diversas redes, e suas programações tem de se ater ao princípio da neutralidade político-partidária, no Brasil uma rede apenas, sob o comando da TV Globo, domina a audiência e promove os candidatos de preferência das elites desde as eleições para governadores em 1982 (as primeiras após o fim do regime militar) até as três campanhas presidenciais, de 1989, 1994 e 1998. Essa rede tornou-se um centro das articulações políticas das elites dominantes e de definição dos destinos do país – uma instituinte da história.

Bernardo Kucinski²¹

Não creio haja, ainda, estudos suficientes que deem conta das razões que expliquem o ataque concentrado de que é vítima o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nem poderia haver. Tudo ainda é quente – o ataque continua, sem cessar, quase que como uma aparente obsessão da mídia hegemônica. Claro que seria possível lembrar (e o fizemos aqui) que Getúlio Vargas e João Goulart foram duramente atacados, e sofreram tentativas de golpe, uma interrompida pelo suicídio, outra bem-sucedida, *manu militari*.

Poderíamos, quem sabe, apelar à cultura, à ideia de que há um pensamento recorrente, preconceituoso, proveniente da casa-grande, herança da escravidão, que descarta a ascensão de negros e pobres, que devem sempre permanecer onde se encontram, “no lugar deles”. Ou poderíamos, o que é quase a mesma coisa, apelar para o preconceito contra os nordestinos, pobres, bem entendido, que não deveriam se atrever a quaisquer projetos que não fossem

21. KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

o das estritas ações para a sobrevivência, no limite. Foi sempre assim, por que deveria mudar?

Ou, ainda, na mesma esteira, à noção de que só é permitida a ascensão, a notoriedade a quem tenha se munido dos aparatos intelectuais necessários, dos diplomas essenciais, do verniz cultural absolutamente indispensável, no raciocínio da casa-grande. Para as classes dominantes mais preconceituosas, analfabetos – a expressão vai muito além do fato de não saber ler e escrever – não devem ter direito a nada, quanto mais ao poder político, qualquer que seja ele. Tudo isso, aliás, apareceu nas campanhas políticas presidenciais de que Lula participou, desde 1989. Muita coisa pode explicar a campanha contra Lula por parte da mídia hegemônica.

É claro que ao falar dessa odiosa campanha da mídia, não estou afirmando que ela está sozinha. Atua em meio a uma sociedade que conta com uma parcela afinada com aqueles preconceitos. Afinal, Lula perdeu três eleições antes de chegar à Presidência da República. Certamente, alguns daqueles aspectos e preconceitos estavam incrustados nos corações e mentes de setores do povo brasileiro, e não apenas de camadas de altas rendas, embora principalmente no meio destas. Há muito que caminhar para explicar por que Lula é vítima disso tudo, e por que se estimula, tenta-se estimular, tanto ódio contra ele.

Lula, pelo pouco que se disse, pelo ainda escasso conjunto de preconceitos que arrolamos, é um intruso, constituiu-se em uma espécie de acesso disruptivo, um acesso que só consegue a entrada à base de cotoveladas – porque permissão prévia não há. Acesso não só à mídia hegemônica, que ele invadiu sem pedir permissão, como ao mundo da política, aonde chegou arrombando portas.

Talvez esse acesso ainda fosse relativamente tolerado, em alguns casos saudado, quando a liderança dele estava confinada ao mundo operário-corporativo. Mesmo que fosse um líder fora dos padrões dos dirigentes que coabitaram pacificamente com a ditadura, o novo sindicalismo podia, até certo ponto, ser tolerado.

Creio, para avançar uma hipótese, que o ponto de ruptura, aquele de tolerância zero da mídia hegemônica para com Lula, chega quando ele se aventura a formar um partido com base na classe trabalhadora e, sobretudo, quando se dispõe a disputar a Presidência da República, em 1989.

Lula saía do âmbito econômico-corporativo para o mundo da política, para a disputa do poder principal do país. Tal ousadia era inaceitável para as classes dominantes brasileiras e mais, muito mais, para a mídia hegemônica, que nunca admitiu, nem de leve, a existência de governos sequer minimamente progressistas no país. Quanto mais imaginar um perigoso operário a dirigir os destinos brasileiros.

Claro que quando falamos *ele*, quando nos referimos a Lula, estamos nos reportando a um amplo movimento do qual ele foi e é a principal expressão. O Partido dos Trabalhadores (PT) surge com a confluência de setores de esquerda que vieram da luta contra a ditadura, de movimentos eclesiais da base de igrejas, especialmente da Igreja Católica, e, sobretudo, do novo sindicalismo que surgira de modo muito representativo, com base nas lutas dos trabalhadores, no ABC paulista.

Lula sabia o que queria. Teve uma visão avançada, olhou para o futuro e sabia que sem um partido de massas, ancorado nos trabalhadores, não podia pensar numa modificação mais profunda nas condições de vida do povo brasileiro.

Não creio que Lula cultivasse ilusões. Que acreditasse numa caminhada tranquila. Muita coisa deve ter aprendido ao longo da estrada. Mas, seguramente, logo de início, testado que estava em tantas lutas, sabia que as classes dominantes, tão ciosas de seus privilégios, não aceitariam uma intromissão tão indevida como aquela: um partido de trabalhadores a governar o Brasil, um operário nordestino pretendendo ser presidente da República.

Era uma afronta difícil de ser engolida e, por isso, desde o primeiro momento, quando Lula mostra a disposição de disputar a Presidência da República, a velha mídia – o quartel-general do conservadorismo brasileiro – coloca-se não em simples estado de alerta, mas em posição permanente de combate para bloquear tal pretensão.

Assim, embora nem Lula nem o PT cultivassem ilusões, ninguém, por certo, esperava um ataque tão virulento, tão sem critérios, que abandonasse inclusive os critérios do jornalismo liberal, para tentar destruir qualquer possibilidade de o PT chegar à Presidência da República. Tampouco esperava-se que ainda se fizesse de tudo no sentido de desestabilizar o governo, desacreditar a experiência que, para desespero da velha mídia, já dura mais de dez anos e segue apoiada majoritariamente pela população brasileira, segundo quaisquer pesquisas.

Eu tenho me batido, e sei que o faço ao lado de alguns tantos companheiros e companheiras que estudam o papel da mídia no Brasil, pela ideia de que esses meios de comunicação de massa, rigorosamente, além de quaisquer outros aspectos, têm um caráter partidário, têm lado e nunca vacilaram quanto a isso, especialmente nos momentos-chave de nossa história, como já evidenciei em textos anteriores. O partido deles é o da direita, rigorosamente, para não ficar dourando a pílula.

É o do mais vigoroso conservadorismo, não apenas na política estrito senso, como no território dos costumes, da cultura, do que seja. E essa natureza partidária não é nacional apenas, claro. Bate-se sempre contra o pensamento de

esquerda, aqui ou em qualquer parte do mundo, ultimamente com destaque para o combate aos governos reformistas e de esquerda da América Latina.

Quer algo mais evidente do que a campanha sistemática da mídia hegemônica brasileira contra a experiência da revolução bolivariana, contra Hugo Chávez, contra as instituições atuais da Venezuela? Se o Judiciário venezuelano decidir algo que contrarie suas opiniões, como já ocorreu, ela se opõe tenazmente, acreditando ter o direito de fazê-lo, de atuar contra um governo que passou nos últimos anos por quinze eleições, vencendo todas, e sempre sob o olhar atento de observadores internacionais. Uma experiência que enfrentou vitoriosamente algumas tentativas golpistas, inclusive com a participação direta da mídia televisiva.

Assim, a campanha contra Lula proveniente da mídia hegemônica, além do ódio visceral que lhe devota uma parte das classes dominantes e até de parcelas consideráveis de camadas médias, tem um componente político essencial, é parte da luta política em curso no país desde 1989, quando Lula, na primeira disputa que fez visando a Presidência da República, chegou ao segundo turno, e perdeu por pouco. O sinal vermelho acendeu para a velha mídia, um partido sempre cioso na defesa dos privilégios históricos de classes dominantes que nunca querem largar o osso.

Poderíamos dizer que a casamata mais coerente e consistente na defesa da contrarrevolução é a velha mídia, que interfere na vida política brasileira como se partido fosse – como de fato é. A campanha contra Lula, e naturalmente contra o PT, está dentro dessa estratégia de combate à revolução democrática em andamento no Brasil desde 2003, quando Lula chegou à Presidência da República, embora, como dito, tenha se iniciado desde o final da década de 1980.

Eu havia analisado aquela eleição a partir da intervenção deliberada da velha mídia, especialmente, no meu caso, a imprensa, e mais especificamente ainda, a participação da revista *Veja*. Collor torna-se, quase que por exclusão, o candidato das classes dominantes e da mídia hegemônica, com destaque para a revista *Veja* e a Rede Globo, embora raríssimas fossem as exceções a fazer um jornalismo minimamente comprometido com a veracidade dos fatos.

Collor de Mello (PRN) foi ungido pela mídia, construído por ela. Vestiu-lhe o figurino do moderno, do avançado, do *caçador de marajás* que poderia derrotar Brizola (PDT), Lula (PT), Covas (PSDB) e Ulysses (PMDB), nenhum deles palatável às classes dominantes. Os mais perigosos, os absolutamente descartáveis, Leonel Brizola e Lula. E este, surpreendentemente, vai para o segundo turno contra Collor. Era o pânico, tudo que as classes dominantes queriam evitar, e não conseguiram. Lula e o PT eram uma realidade contagiante. Demonstraram isso no primeiro turno.

A revista *Veja*, desde que Mino Carta deixou a sua direção, ainda durante a ditadura, tornou-se uma central ideológica multinacional da extrema-direita e entrou de cabeça para evitar a possível vitória de Lula e do PT, este um partido no qual “se abrigam sindicalistas com variados graus de agressividade, líderes grevistas e seitas esquerdistas que adoram fazer elogios ao sandinismo da Nicarágua, ao comunismo cubano de Fidel Castro e à luta de classes”, como diz reportagem de capa de 29 de novembro de 1989.

O texto interno é um primor de partidarismo, ao tentar assustar os donos de pequenos negócios e, claro, os grandes empresários, tudo isso na hipótese de Lula vencer, diferente da situação que seria vivida com a vitória de Collor, quando tudo continuaria como dantes no quartel de Abrantes, com os privilégios intocados. Quem quiser ir aos detalhes da assustadora e impressionante matéria, é só recorrer ao exemplar, tarefa não tão difícil. *Veja* não conseguia e não queria dissimular sua incontida paixão por Collor. E nem sua aversão a Lula, que prossegue intocada até os dias atuais, mesmo com ele na condição de ex-presidente.

Cito *Veja* para não me estender. Ela resume de alguma maneira o comportamento geral da mídia, ressalvadas sempre as exceções, de que não trato aqui. E se ressalto o clima dominante, com o apoio generalizado a Collor, é para que não caiba a culpa apenas às Organizações Globo e à revista *Veja*, que são os principais atores, mas não os únicos parceiros de Collor. Desnecessário que nos estendamos. Basta que nos lembremos das matérias diárias, absolutamente engajadas na campanha de Collor, de *O Estado de S.Paulo*. Ou da atuação da *Folha de S.Paulo*, que chegou a ir buscar o convertido, iracundo direitista Paulo Francis em Nova York para sua primeira página, a lembrar dois dos mais importantes jornais do país à época.

A Rede Globo não era noviça na tentativa de influir em resultados eleitorais. Já o fizera em 1982, quando pelos caminhos da fraude, tentou evitar a eleição de Leonel Brizola (PDT) para governador do Rio de Janeiro. Como o crime veio à tona, a fraude acabou abortada.

Agora, precisava encontrar os caminhos para não permitir que Lula se elegeisse no segundo turno. Precisava fazer isso de modo a parecer que tudo fosse jornalismo, apenas jornalismo, de cuja caixa de Pandora pode sair de tudo um pouco, a gosto do freguês, ou do dono. O jornalismo é, muito mais amiúde do que se pensa, uma arma política. Como se sabe, e como decisão política, Collor era o candidato da Rede Globo, o candidato de Roberto Marinho. Isso nunca ficou camuflado. E, era impossível. Foi a Rede Globo que colocou em Collor a figura do *caçador de marajás*, além de outros esforços midiáticos.

A mídia hegemônica foi a produtora principal dos fatos políticos que tentaram de todos os modos desgastar Lula e o PT, obviamente com o propósito de derrotá-los, de evitar que Lula chegasse à Presidência da República. Fatos construídos. Claro que, ao falar em fatos, parece que estamos tratando de um acontecimento verdadeiro do qual a mídia não poderia fugir. Não, estamos falando sim de episódios construídos para prejudicar Lula, e que, no principal deles, uniu polícia e a mídia hegemônica. Trata-se, neste caso, do sequestro do empresário Abílio Diniz por um grupo de estrangeiros e um brasileiro.

Curiosamente – e será que curiosamente? –, o esconderijo dos sequestradores e o cativo do empresário foram estourados no dia da votação, e os sequestradores, nada mais nada menos, foram obrigados a vestir camisetas do PT e assim exibidos a todo o país pela nossa mídia.

O PT apareceu como o promotor do sequestro, de um jeito ou de outro, embora nada tivesse a ver com o fato. Bernardo Kucinski diz que as coberturas do sequestro de Abílio Diniz por Boris Casoy, apresentador do telejornal do SBT, e por *O Estado de S. Paulo* “ficarão para os estudiosos da imprensa como o nosso incêndio do Reichstag”. Se outros incêndios não merecerem o título. São muitos.

Dinheiro, suborno – tudo apareceu naquela campanha contra Lula e a favor de Collor. E este, como se sabe, contratou por 200 mil cruzados novos a ex-companheira de Lula, Miriam Cordeiro, que o acusou de racista e de não querer assumir a paternidade da filha que tiveram. O jogo contra Lula e o PT sempre foi duro, com ataques sempre abaixo da linha de cintura.

Nos últimos dias veio o anúncio de que Lula confiscaria a poupança dos brasileiros, aquilo que Collor viria de fato a fazer logo que assumiu. Também foi propagado que o governo do PT pretendia suprimir a liberdade de expressão, terrorismo que a velha mídia faz até hoje. Tudo isso, no entanto, podia não tirar a possibilidade de Lula ganhar as eleições, e ele estava em ascensão. Rigorosamente, segundo as pesquisas, Collor e Lula estavam empatados. Qual seria a bala de prata? De onde sairia o tiro fatal e final? O tiro decisivo? A Globo daria a resposta, sem quaisquer escrúpulos.

O último debate entre Lula e Collor aconteceu no dia 14 de dezembro, três dias antes do segundo turno, realizado na TV Bandeirantes, com a participação de um *pool* de emissoras. Pesquisas realizadas naquele dia indicavam, pelo Ibope, Collor com 47%, Lula, 43%, tecnicamente empatados; pelo *Datafolha*, Collor aparecia com 46%, Lula, 45%. Logo após o debate, o Instituto Gallup indicava que Collor caía para 44,9% e Lula tinha 44,4%, um rigoroso empate.

Uma situação perigosa, assustadora para a velha mídia e para as classes dominantes. Sobre o debate, pesquisa do Gallup, uma ligeira vantagem para Collor:

41,9% contra 38,8%, empate técnico. E Lula era considerado vencedor por três em cada cinco indecisos, o que poderia decidir a eleição naquele momento, como disse na ocasião Carlos Eduardo Matheus, diretor do Gallup.

A bala de prata veio com a edição do debate. Roberto Marinho, ao assistir à edição do meio do dia, do jornal *Hoje*, equilibrada, se irritou, e decidiu que o tratamento a ser dado no *Jornal Nacional* tinha de ser outro, e seus operadores internos, a mando, inverteram o que havia sido feito na edição do início da tarde. A ordem vinda de cima foi clara: fazer uma edição com o pior de Lula e o melhor de Collor. Que ninguém relutasse diante dessa ordem.

E assim foi feito o programa, revelando absolutamente decisivo para derrotar Lula. Fico em dúvida, assim, para recuperar a metáfora de Kucinski, se o nosso incêndio do Reichstag²² não teria sido este: o da edição maldosa, fraudada, do debate do segundo turno entre os dois candidatos.

De um debate, como de qualquer acontecimento, uma edição pode extrair o que quiser. Edição é uma arma poderosa nas mãos de quem a manipula. Se feita com equilíbrio, se escolhidas as falas sem a pretensão de prejudicar um ou outro, a edição de um debate pode revelar o que de fato aconteceu. Se o editor, no entanto, e aqui importa muito a orientação que recebe, resolve pesar a mão a favor de um, então tudo se modifica e o crime se realiza.

O operador direto da ilha de edição foi constrangido a fazer o que fez – colocar o pior de Lula, o melhor de Collor – e talvez seja ele o menor responsável por tudo. Os Marinho, de cima, queriam a todo custo, evitar a ascensão política daquele perigoso intruso. Deram ordens, encontraram quem determinasse o cumprimento delas e a edição criminosamente manipulada aconteceu.

E ali conseguiram bloquear Lula. Não importa que tenha sido aos 47 minutos do segundo tempo. Nem que o gol tenha sido de mão – como os Marinho se imaginavam ainda mais fortes do que hoje, podem ter dito que foi a mão de Deus.

22. Referência ao ocorrido na Alemanha em 27 de fevereiro de 1933. Sede do parlamento alemão, o palácio Reichstag, em Berlim, foi incendiado e o fato, tido como crucial para o início do nazismo.

O HOMEM ERRADO

O escândalo se tornou uma característica tão proeminente da vida pública nas sociedades modernas primariamente porque as pessoas que transitam pelo espaço público são muito mais visíveis que no passado, e porque sua capacidade de traçar uma linha divisória entre sua personalidade pública e sua vida privada é muito mais limitada. Nessa era moderna de visibilidade mediática, o escândalo é um risco que ameaça constantemente tragar os indivíduos cujas vidas se tornaram o foco da atenção pública.

John B. Thompson²³

Não está concluído o debate em torno do papel da mídia hegemônica no *impeachment* de Collor. Nem tão cedo estará. Há, quase majoritariamente, fora da academia uma visão que superestima esse papel e que, por isso, quem sabe, subestima a trajetória anterior, quase tenta esconder o fato de a esmagadora maioria dos meios de comunicação terem apoiado Collor na campanha e, também, sustentado entusiasticamente seu governo até a eclosão da crise, com a entrevista de Pedro Collor à revista *Vêja*. Fundamental ressaltar a exceção de *IstoÉ*, que foi essencial, tanto na campanha quanto durante o governo de Collor nas denúncias dos graves problemas que aparecerão depois, como por mágica.

Eu próprio escrevi um livro sobre o assunto, abordando especialmente o papel da imprensa escrita. Creio ter me aproximado razoavelmente da análise das causas daquele episódio. Não é fácil, quando nos encontramos ainda tão próximos dos acontecimentos, chegar a conclusões seguras. Mas é preciso ousar. Aqui, tentarei desenvolver um pouco mais o que iniciei nos estudos do Mestrado na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que resultou no livro *Imprensa e poder – ligações perigosas* (2010), já com duas edições.

23. THOMPSON, John B. *O escândalo político – poder e visibilidade na Era da Mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 31.

Uma crise política pode ser só uma crise política. Dito de outra forma, ela pode não se ligar diretamente à economia, embora dificilmente se dê de forma *tão limpa*. Poulantzas diria que nada mais falso do que acreditar que uma crise política, uma condensação das lutas de classe em nível político e no seio do Estado, só possa resultar de uma crise econômica no sentido estrito. Nessa linha de combate ao economicismo, vamos encontrar um sem-número de autores, entre os quais, além de Poulantzas, destaco Antonio Gramsci, o notável intelectual e dirigente comunista italiano.

Só que também não é possível imaginar crises políticas completamente deslocadas do mundo material, sem algum enlace com a vida econômica, nem que de raspão – como acredito ser o caso da crise que resultou na queda de Collor. Ela não decorreu de uma crise econômica, de modo nenhum. Mas, os atores econômicos não estão inteiramente à margem dela. A seu modo, com seus específicos movimentos e sinais, participam daquela conjuntura e intervêm nela.

O Brasil recém saíra de uma ditadura. Os ventos democráticos decorrentes da acumulação de forças ocorrida no próprio processo de luta contra o regime autoritário garantiram que a Constituição que se seguiu, a de 1988, tenha sido inegavelmente a melhor que o país já produzira, com um sólido acento social-democrata, com uma matriz fortemente democrática. Foram esses ventos que não permitiram que o neoliberalismo se implantasse logo em seguida, que só tenha tido a possibilidade de aparecer com sua face real nos meados dos anos 1990. Sarney fora um acidente histórico, decorrente da morte de Tancredo Neves. Foi um governo errático, especialmente depois da derrota do Plano Cruzado.

Para as primeiras eleições diretas do pós-ditadura, as classes dominantes brasileiras procuravam um ator que conseguisse levar à frente um programa que satisfizesse seus interesses. Estes estavam vinculados, não importa se muito claramente ou não, a uma perspectiva neoliberal, em ascensão no mundo. Margaret Thatcher dava-lhes régua e compasso. À falta de um ator melhor, foram buscar Collor e com ele conseguiram a vitória, derrotando Lula no segundo turno. Dois anos de governo depois, irrompe a crise política. A pergunta que se impõe: e por que razão a crise não explodiu antes, já que a esmagadora maioria das coisas ditas por Pedro Collor, irmão do presidente, à revista *Veja*, já havia sido revelada por *IstoÉ*?

Aqui é que a porca torce o rabo. A mim me parece que o governo Collor, muito cedo, atemorizou as classes dominantes – tanto quanto o fez em relação às camadas médias, à pequena burguesia. Bernardo Kucinski chega a dizer que uma das melhores hipóteses para explicar o Collorgate é a de que *Veja* e *IstoÉ*

estivessem expressando um profundo sentimento da classe média brasileira, que se considerava traída pelo presidente por conta do confisco da poupança. Como parte da explicação, sem dúvida. Creio que há, no entanto, uma hipótese mais ampla, sem que se elimine também a insatisfação das camadas médias como uma das causas.

Penso que começava a se insinuar, então, uma crise de hegemonia pelo que aquele governo tinha de imprevisível – e as classes dominantes não gostam de governos imprevisíveis. Governos que, além de tudo, contrariem seus interesses de curto e longo prazo. O contrariar interesses, no caso Collor, dava-se mais pela falta de rumos claros, da ausência de aplicação de um programa nítido, do que por qualquer proposta reformista que pudesse assustá-las. Era um governo de direita, como pediram as classes dominantes, mas imprevisível e, portanto, perigoso. É como se as classes dominantes comessem a dizer “não foi isto o combinado”.

Sempre tomando o cuidado de não pretender conferir similitude a situações históricas diversas, não custa lembrar o que dizia Marx no *18 Brumário* (1974): diante daquela *torturante situação provisória* que a França vivia, a burguesia sentia-se autorizada a exigir que seus representantes pusessem fim àquele quadro e, simultaneamente, mantivessem o *status quo*. E pediram o auxílio da espada.

De alguma forma, o governo Collor como que colocou o Brasil numa *torturante situação provisória*, gerando um clima de instabilidade permanente que, como já ressaltado, não interessa às classes dominantes. Assim, a crise que eclode pelas páginas das revistas e jornais, e que tem uma vida relativamente breve – de maio a setembro de 1992, se tomamos a entrevista de Pedro Collor à revista *Veja* como início e o *impeachment* como finalização – já estava relativamente madura, vinha se desenvolvendo com a evidente perda de apoio social de Collor.

Por perda de apoio social, leia-se especialmente o apoio das classes dominantes, que começaram a torcer o nariz para ele desde que sentiram que o *modelo alagoano* levava em conta apenas e tão-somente o pequeno grupo que cercava o presidente, e não o conjunto de interesses das classes dominantes.

Assim, não é difícil concluir que a velha mídia entra no jogo quando as condições subjetivas estão maduras, quando os de cima estão desejando aquela intervenção, estão querendo que se bata o tambor, que a crise exploda com a devida intensidade. Poderia tê-lo feito antes, e não o fez por sentir que ainda não era hora. Deixou a revista *IstoÉ* clamando no deserto, solitária.

Claro que nada se dá de forma automática, nem linear. Claro que há dinâmicas próprias da mídia, como alguns logo poderão alertar, e há. Só que a

mídia silenciou diante das mesmas coisas que Pedro Collor dirá na entrevista à *Veja*, em maio de 1992. É fato. Até ali, nada aconteceu, a não ser o estrondoso silêncio diante do notável trabalho de *IstoÉ*.

Claro que a crise podia apenas e tão-somente atingir o objetivo “de deixar o Collor do tamanho do Nelson Ned”, como diria bem antes do *impeachment* o deputado Benito Gama, liderado do então governador Antonio Carlos Magalhães, que pretendia preservar Collor no poder, desde que este permanecesse fraco. O PFL não queria derrubá-lo. Apenas deixá-lo menor.

Aí, sem dúvida, a mídia e depois os caras-pintadas desempenharam um papel essencial para que o desdobramento da crise fosse o *impeachment*. Portanto, a crise que resultou no primeiro e único *impeachment* de um presidente não caiu como um raio num dia de céu azul. As classes dominantes não o queriam mais. Era necessário tirá-lo da frente para que tudo permanecesse como dantes no quartel de Abrantes.

E à mídia cabia partir para o estardalhaço, fazer todo o barulho possível para que o objetivo fosse alcançado – e foi. Não fosse o *impeachment*, Collor no mínimo estaria subjugado às forças mais conservadoras do Congresso Nacional, com Antonio Carlos Magalhães à frente, e de qualquer forma, do ponto de vista das classes dominantes, não provocaria aquela sensação de *torturante situação provisória*.

Pode ter acontecido que a imprensa, antes mesmo que muitas parcelas dominantes das áreas políticas e econômicas tivessem consciência plena da gravidade da situação, tenha se dado conta de que Collor podia não só deixar de consolidar um consenso hegemônico estabelecido há tanto tempo, coisa de que fato ele não conseguiu. Como, também, Collor poderia abrir as portas para um período conturbado e incerto no país, com a eventual entrada em cena das classes dominadas, o velho temor de quem está por cima da carne seca. *Antes que eles o façam, façamos nós* – tem sido assim as nossas transições pactuadas, sempre por cima, como nesse caso.

A imprensa, nessa operação, contribuiu para a construção, ou reconstrução, de um consenso baseado nas velhas fórmulas e quase que nos mesmos atores. Não participou de forma tão exclusivamente profissional, como às vezes se pretende fazer crer. Sabia sempre o jogo político que estava jogando, mesmo que não dominasse todas as consequências. Tirar Collor, a partir de certo momento, tornou-se imperioso para restabelecer a ordem e a calma sob um velho, mas renovado, consenso – disse a velha mídia tinha consciência. E a ordem e a calma combinavam com a continuidade da mesma política de Collor, que era apenas o homem errado. O programa era certo, como acreditou a mídia sempre.

Bob Fernandes e João Santana, dois notáveis jornalistas, deram-me excelentes entrevistas sobre essa conjuntura jornalística quando do meu mestrado, e que estão no livro *Imprensa e poder: ligações perigosas* (2010). Bob Fernandes continua jornalista. João Santana é hoje homem da comunicação política, tendo dirigido campanhas de Lula, Dilma e Fernando Haddad, para lembrar algumas. Bob Fernandes é um dos melhores repórteres que conheci, como o é também João Santana.

Desde o começo do governo Collor, Bob diz que começou a encontrar muita gente profundamente insatisfeita com os rumos da nova gestão. Essa gente dizia que estava tendo de pagar 33% quando a taxa histórica da corrupção, segundo as fontes de Bob Fernandes, sempre andara na casa dos 10%.

A gente tem de dizer que o que detonou o Collor desde o começo, e até quase o final, foram movimentos feitos em grande parte pelos corruptores. Porque o esquema dele era tão pesado, e tão amador, que incomodava a quem pagava. Não foram, como a gente diz, os jornais, as revistas, a imprensa que liquidaram Collor após grande movimentação da sociedade civil (2010).

Ressalta que *IstoÉ* fez o trabalho que fez porque o redator-chefe era Mino Carta e porque o dono, Domingo Alzugaray deu sinal verde para que a revista seguisse adiante. Assim, na opinião dele, a pauta em torno da corrupção no governo já vinha há muito tempo sendo amplamente cumprida por *IstoÉ*. Quando estourou a entrevista do Pedro Collor, parecia que tudo era novidade.

O que o Pedro Collor conta de novo naquela sequência de entrevistas é a cocaína e a mulher, o roteiro da cocaína e a mulher que o cara tentou cantar e ele detalha coisas do esquema. O que o Pedro faz é, por força do parentesco, dar um impacto gigantesco, não permitir que houvesse dúvidas. Mas, o roteiro do crime estava esmiuçado desde antes. O papel de investigação da imprensa não teve o tamanho, a precisão e o *timing*, em especial o *timing*, que a imprensa se outorgou. Salvo no episódio do motorista Eriberto e na Operação Uruguai (IDEM).

Não é muito diferente a posição de João Santana, que sucedeu Bob na *IstoÉ*. Para ele, o que acontece, de modo geral, com a imprensa brasileira no período pré-CPI do PC – referência a Paulo César Farias, principal operador de Collor – é a continuidade da política de aliança da grande imprensa com o presidente, “que fora tecida, quase unanimemente, desde o segundo turno da campanha eleitoral”. Na opinião dele, quem rompe com essa aliança é um personagem e um fato imprevisíveis – denúncia de Pedro Collor à revista *Veja*.

E, como ele ressalta, não foi a imprensa quem descobriu Pedro Collor, mas este que a utilizou da maneira que quis e no momento que quis, avaliando as consequências que teria, embora talvez não conseguisse medir tudo que iria ocorrer. Assim, Santana pergunta, “onde estava este grande ‘jornalismo investigativo’ durante a campanha de Collor, durante seu primeiro tempo de governo, e até mesmo durante a CPI? Talvez estivesse ainda para nascer, como continua até hoje”.

O que desejo frisar, e tentar corrigir, é o equívoco da leitura, já consolidada, de que o caso Collor significou o ápice do jornalismo investigativo. Isso é falso. Ele foi, sim, o momento glorioso da competição jornalística, quando todos os veículos da grande imprensa lançaram-se num jogo decisivo de sobrevivência, um jogo de vida e morte. O jornalismo investigativo brasileiro continua, antes e depois de Collor, onde sempre esteve: na estaca zero.

O que João Santana chama de *banho purificador* da grande imprensa no período Collor não foi acompanhado, como ele mesmo ressalta, por nenhuma autocrítica. E isso, esse autoendeusamento, reforçou “uma série de aspectos negativos da imprensa brasileira, como, por exemplo, a irresponsabilidade no trato com a notícia, com a vida e a intimidade das pessoas”. Reforçou, acrescenta Santana, “uma doença que é universal no jornalista – a vaidade”. A imprensa começou “a pensar que, de fato, faz jornalismo investigativo”.

Nós sabemos muito bem que boa parte da imprensa é incompetente, que agride a sociedade terrivelmente, pois trabalha de forma irresponsável e nem sempre honesta, nem sempre profissional. O *day after* do caso Collor deixou uma ressaca de vaidade e fúria denunciante ímpar na imprensa brasileira. Partiu-se para se querer destruir tudo e todos. Uma coisa sanguinária. Acho que a imprensa brasileira tem que elaborar uma reflexão interna profunda ou ela, logo, logo, será cobrada. Não podemos nos julgar acima das instituições.

Collor sofre o *impeachment* no dia 29 de setembro de 1992. No final de dezembro, após decisão do Senado, assume o novo presidente da República, Itamar Franco, porque na ocasião era vice-presidente da República. Se contribuiu para algum avanço quanto à ética na política, a intervenção dos caras-pintadas, não significou nenhum abalo no quadro hegemônico de então – e creio que esse registro é necessário para que não se superestime tal intervenção. Itamar atuou como uma espécie de antessala para o domínio neoliberal que se seguiria, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Para concluir, lanço aqui uma reflexão sobre o que coloquei ao falar que Collor era o *homem errado*. A velha mídia participou de modo decisivo

na derrubada de Collor, mas lamentou que o impeachment tenha ocorrido, especialmente porque declaradamente apoiava o programa dele. Aqui não se trata de especulação: majoritariamente, a mídia hegemônica expressou essa posição. E é isso que pretendo demonstrar ao final desse ensaio, limitando-me ao jornalismo impresso.

A *Folha de S. Paulo*, edição de 30 de setembro de 1992 (portanto, dia seguinte ao *impeachment*) e data das manchetes da saída de Collor, faz uma afirmação reveladora da relação dela com o ex-presidente: “*A sociedade exigiu a saída do presidente em nome de um Brasil novo que ele mesmo propôs e traiu*”.

Clara, a posição: o neoliberalismo proposto por Collor era positivo, bem-vindo. Assim, um Collor menos fechado em seu grupo palaciano, mais aberto a outras influências dos de cima, inclusive aberto às propostas dos poderosos grupos midiáticos, poderia ter caído nas graças da *Folha*, que durante a campanha se declarou contra Lula, revelando ainda sua simpatia pelo *caçador de marajás* e contra Lula.

Será que a *Folha de S. Paulo* estaria solitária nessa ousadia de declarar sua adesão ao programa de Collor, apesar do *impeachment*? Não, não a deixaram só. O jornal *O Estado de S. Paulo* também afirmara, no dia 30 de setembro, que concordava com o programa de Collor. Vale a pena recordar a chamada de primeira página:

O povo não errou ao escolher quem prometia a reforma e a modernização. Foi traído pela cobiça de alguns, pela cumplicidade de muitos, pelo silêncio dos que se recusaram a dizer não. A hora não é de júbilo, mas de construir o futuro. Que o episódio de ontem sirva de lição. O Brasil merece o sacrifício da grande luta pelo seu destino (O ESTADO DE S. PAULO, 30 set. 1992, p. 1).

No editorial, à página 3, o *Estadão* afirma que, da perspectiva da modernidade, “*o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou à Nação em 1989 ainda é válido – talvez o único capaz de oferecer uma esperança aos que sofreram por acreditar naquele que simbolizava os jovens afastados das decisões políticas desde 1964*” (IDEM, p. 2).

Fácil a constatação da unidade entre a *Folha* e o *Estadão* neste caso. Comemoram a saída de Collor, mas ambos acreditam que Collor traiu a confiança nele depositada. E o que se enfatiza na traição é a não consecução do programa modernizador. Lamenta-se a corrupção – e todas as manchetes todas são muito fortes –, mas acredita-se, não fosse ela, tudo estaria no melhor dos mundos. Quem sabe, não tendo havido a corrupção em grau tão exagerado, poderia o Brasil, aplicado o programa de Collor, viver dias felizes. Esse parece ter sido o sentimento básico dos dois jornais e de toda a velha mídia, exceção, ainda, de *IstoÉ*.

O *Jornal do Brasil*, do mesmo dia 30 de setembro, não fugiu à regra. No editorial “*A hora dos brasileiros*,” fica deixa clara sua posição:

Evidentemente, caso venha a assumir, Itamar Franco terá de formar um governo de consenso e realizar a tarefa hercúlea de assegurar a continuidade dos projetos modernizadores, tais como a reforma fiscal, a modernização dos portos, a privatização e a desregulamentação da economia (JB, 1992, p. 2).

Quanto a esse ponto, o do programa, parece não haver dúvidas: a imprensa hegemônica quase chega à unanimidade. Era preciso derrubar o homem, mas manter o programa que ele apresentara à Nação – e que expressava o projeto político da própria mídia. Com essa unidade de propósitos, entende-se por que, durante tanto tempo, Collor foi o homem dos sonhos da mídia hegemônica. Frustraram-se com ele, derrubaram-no, e agora só restava, mais à frente, encontrar outro personagem que pudesse personificar aquele programa, executar aquele conjunto de ideias. O novo príncipe não demoraria a surgir.

1994: REAL SILÊNCIO DO BRASIL PROFUNDO

*Naquela hora, presenciando tudo aquilo,
eu senti que tinha travado conhecimento com
um engenhoso aparelho de aparições e eclipses,
espécie complicada de tablado de mágica
e espelho de prestidigitador,
provocando ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos,
glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo,
uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões.
Era a imprensa, a Onipotente Imprensa,
o quarto poder fora da Constituição!
Lima Barreto²⁴*

Não se pretende aqui contar a história da Caravana da Cidadania. Mas, para chegar à eleição presidencial de 1994, quando se abrirão as portas, verdadeiramente, para a experiência neoliberal no Brasil, com FHC à frente, não se pode deixar de fazer uma breve referência sobre essa epopeia, espécie de Coluna Prestes do fim do século XX. Ela envolveu mais de uma centena de encontros e atos públicos, em 68 cidades e sete estados, percorrendo sem direito a folga mais de 4 mil quilômetros, entre 23 de abril e 12 de maio de 1993.

Isso apenas para me referir à primeira delas. Na verdade, foram sete caravanas a mergulhar no Brasil profundo, que terminou precisamente no dia 12 de julho de 1994, o que no total significou passar por 281 cidades de um Brasil quase desconhecido.

Na inaugural, se refez a trajetória migrante de Luiz Inácio Lula da Silva, de Garanhuns (Pernambuco) ao Guarujá (São Paulo). O ineditismo da Caravana da Cidadania, para além de quaisquer outras considerações, foi conseguir dar ao povo explorado, oprimido, o direito de falar, ser protagonista e não apenas ouvinte passivo, figurante perdido na multidão, como diz Ricardo Kotscho.

24. BARRETO, Lima. *Novas Seletas*. In: SANDRONI, Laura (coord.); *Travancas*, Isabel (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Não cabe falar das emoções, do que significou aquele mergulho no Brasil profundo, como aquela caminhada ensinou a Lula e ao PT o quanto era necessário percorrer aquele território para que o Brasil pudesse um dia ser um país justo com seus filhos, especialmente com aqueles filhos que viviam à margem. Isso já está registrado em artigos, ensaios e livros. Leonardo Boff termina seu texto sobre a sétima caravana lembrando-se do poeta Pablo Neruda: “É memorável, e ao mesmo tempo dilacerador, ter encarnado para muitos, por um lapso de tempo, a esperança de todo um povo”. Lula, o andarilho, encarnava aquela esperança – e tem sido fiel a ela.

O que se quer, para além da tentação de analisar mais detidamente o sentido profundo daquela iniciativa, é mostrar que desde lá, desde a primeira caravana, a mídia lançou-se ao combate contra Lula, com a certeza de que ele fazia aquela jornada com a intenção de fortalecer sua candidatura à Presidência da República, ou como se fosse tão somente isso. Lula, durante a caravana, chegou a mandar tirar faixas que o lançavam como candidato. Candidatura, aliás, que era mais ou menos óbvia, direito que ele adquirira por sua luta e história.

Os jornalistas que a acompanharam foram surpreendidos pela realidade, segundo conta Ricardo Kotscho. Foram cobrir uma campanha eleitoral e se depararam com uma espécie de nova pedagogia política. Mais falava o povo que os líderes. Mais falavam os trabalhadores e trabalhadoras do que Lula. Essa era uma diretriz do próprio Lula, que queria mais ouvir do que falar. Era uma maneira de redescobrir o Brasil e seu povo, conhecer a vida dos mais pobres, um vestibular aprimorado de Brasil.

No primeiro momento, os repórteres mandavam as matérias que seus olhos emocionados viram. Redescobriam-se repórteres, fora dos gabinetes refrigerados, cobrindo verdadeiramente um acontecimento, sem fontes ao telefone. Gostaram do que viram e da possibilidade de voltar a fazer jornalismo. Era um exercício novo.

Num segundo momento, admoestados por suas vigilantes chefias, exigidos por elas, passaram a tentar encontrar *leads* desfavoráveis ou a distorcer os acontecimentos. Ou, em outras ocasiões, os jornalistas elaboravam uma matéria e saía outra, devidamente copidescada pelos editores, prática antes inexistente nas redações, ao menos nos muitos anos em que exerci cotidianamente a profissão. Hoje, vigora um paradigma baseado no *teste de hipóteses* de Ali Kamel, que não se incomoda com os fatos, mas em adequá-los às hipóteses previamente pautadas, que devem ser seguidas, custe o que custar.

A orientação era clara: a caravana tinha de ser criticada porque senão terminaria fortalecendo Lula mais do que as pesquisas indicavam, e naquele momento ele liderava qualquer sondagem. O *Estadão* e a *Folha de S.Paulo*, por

exemplo, disputavam entre si para ver quem era mais crítico e menos petista. Ou como combatiam melhor o operário. A revista *Veja*, sempre ela, chegou a fazer a matéria denominada “O marketing da fome”, publicada no dia 12 de maio de 1993, numa distorção completa do que era a caravana.

O texto de *Veja* converte a caravana num “espetáculo demagógico” ençado por um “líder messiânico”, no qual até o fato de Lula e comitiva almoçarem era criticado, além de fazer a observação de o metalúrgico deliciar-se com um charuto importado, Cohiba. A matéria é um primor de lugares-comuns antipetistas, eivada de preconceitos e argumentos que perseguiriam Lula de lá até os dias de hoje. Besteiras de uma direita que nunca aceitou a possibilidade de o retirante ousar ser presidente da República. Começava ali a Operação 1994, destinada a interditá-lo, a evitar sua chegada à Presidência.

Kotscho diz, com propriedade, que aquela viagem evidenciou que a imprensa não estava mais preparada para fazer reportagem, para entrar em contato com a realidade. Desaprendera de reportar a realidade. Acrescente-se, no entanto, que além dessa característica, verdadeira, há o fato de que a imprensa brasileira naquele momento e nos dias de hoje, tem sempre um ponto de partida, uma pauta pronta, como já dito – o que significa que não importa tanto a realidade, mas os objetivos que se quer atingir. E, naquela quadra histórica, o inimigo número um da mídia era Lula. Para esta mídia das poucas famílias, ele não podia e não devia chegar ao Palácio do Planalto.

Era ali, no nascedouro daquela nova tentativa, que adotava uma forma original de chegar ao povo. E o combate devia começar, e começou para não parar mais. A velha mídia, embora de forma diversa, novamente coloca-se como um ator importante para derrotar Lula, desde a Caravana da Cidadania. O partido político nunca deve descansar, e este, o partido das poucas famílias que controlam a mídia hegemônica no Brasil, será sempre um defensor de privilégios, contra reformas progressistas e contra os pobres.

Bernardo Kucinski ressalta que as caravanas constituíram-se numa espécie de metáfora das travessias de ambientes hostis. E assinala: a primeira grande e informativa reportagem sobre as caravanas será publicada pela revista *Newsweek*. Um vexame. Na definição precisa de Kucinski, o que se fez nas caravanas foi jornalismo de espionagem, a serviço da tentativa permanente de erodir a imagem de Lula, nunca um jornalismo de informação, como sempre autoproclamado, falsamente.

Deixemos a mídia, por enquanto. Nos primeiros ensaios voltados para as eleições de 1994, o campo conservador estava perdido: não tinha candidato forte, não tinha unidade, e via o fortalecimento do PT e de seu candidato. Enfrentava a hiperinflação e a lembrança permanente de sucessivos pacotes anti-inflacionários

malsucedidos. Lula já aparecia com 30% na preferência dos eleitores antes que a campanha se iniciasse, o que era um ótimo patamar. Em maio de 1994, chegara a 42% contra 16% de FHC. Parecia que o cenário era positivo para Lula – e naquele momento era. Só que no meio do caminho tinha uma pedra...

O primeiro movimento conservador foi do próprio Congresso Nacional, em dois episódios. Como Lula liderava com folga todas as pesquisas, como a possibilidade de sua vitória assustava – e era uma possibilidade real na análise dos adversários –, o campo conservador, na reforma constitucional (um fracasso, se consideradas suas pretensões iniciais) aprovou a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos. Era uma medida preventiva diante de uma eventual vitória do PT.

Quem me lembrou disso foi o ex-deputado federal José Genoíno, que desde lá exercia mandato pelo PT. O outro episódio, metódico, cirúrgico, visando às eleições, foi produzir uma legislação eleitoral que interditasse a publicidade das ações políticas do PT, essencialmente a divulgação das caravanas, sob a rubrica de exclusão de “cenas externas” no horário eleitoral. Sumiam especialmente as cenas tocantes das caravanas, os contatos mais profundos com o povo brasileiro desenvolvidos pelo PT.

Essa proibição, além de quaisquer outras observações, implicará, como de fato implicou, um horário eleitoral frio, sem nenhum entusiasmo. Isso antecipou e deslocou a campanha para a cobertura entusiasmada, celebrativa, das ações do governo por parte da mídia hegemônica – e particularmente para a parafernália espetacular da nova moeda, o real, sobre o que falaremos mais à frente. Implicou ainda uma operação de valorização do discurso racional contra a emoção das ruas.

Silenciar as ruas, escondê-las. Este foi o claro propósito da nova legislação, aprovada em setembro de 1993. Dessa forma, valoriza-se o jornalismo, com toda a sua pletera de possibilidades e, com sua clara opção política a favor de qualquer candidato anti-Lula, e minimiza-se o poder do horário eleitoral gratuito. A rigor, utilizando-se de técnicas do jornalismo, simulando cobertura, a mídia hegemônica participa decisivamente da campanha de FHC.

Para complementar, e obviamente interditando a ação política do PT, a nova legislação proíbe a chamada “boca de urna”. O campo conservador sabia que o PT e seus aliados eram os que dispunham de militância aguerrida capaz de atuar no dia das eleições. Eles criminalizaram essa atividade, atitude que perdura até os dias de hoje, transformando o espetáculo eleitoral num simulacro, sem vitalidade alguma, sem nenhuma agitação. A estratégia legaliza as doações de empresas e ressuscita o “voto de cabresto” ao permitir o uso de normógrafos, ou seja, o voto marcado para votação.

Uma excrescência em tudo por tudo, voltada para derrotar Lula, garantir a vitória dos conservadores, ainda sem candidato. A salvação acaba surgindo com o Plano Real. A nova moeda entra em campo, autêntico fetiche, a moeda e sua natureza fantasmagórica, bruxuleante, transformada num quase-ator, com vida e simbolismo próprios, construídos conscientemente, invadindo corações e mentes, formulando um imaginário que a transformava na redenção do país.

O Plano Real, e vamos falar disso muito rapidamente na esteira do que diz José Luís Fiori, a despeito de sua originalidade operacional, integra inegavelmente a grande família dos planos de estabilização nascido no ventre do chamado *Consenso de Washington*, voltado à estabilização das economias periféricas. Fiori dirá que o Plano Real não foi concebido para eleger FHC. Este é que foi concebido, no plano político, para viabilizar no Brasil a coalizão conservadora de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI) e condição política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial no caso brasileiro.

Surgia o príncipe neoliberal, reclamado desde o início dos anos 1990, antevisto em Collor, rapidamente naufragado. Agora, se viabilizada a eleição de FHC, como foi, o neoliberalismo encontrava seu ator mais perfeito. Com ele, os dominantes conseguiram forjar um bloco histórico conservador poderoso contra Lula, unindo forças econômicas, o poder da mídia e parcelas importantes do poder político, agregando forças significativas à direita.

Claro que o real, a fantástica nova moeda, que parecia encarnar os sonhos e as esperanças do povo brasileiro, construída assim numa gigantesca operação de propaganda, fora concebido para enfrentar a candidatura de Lula, mas, como diz o cientista político Jorge Almeida, o Plano Real, sem um autor, sem o *pai do plano*, sem um pai que tivesse credibilidade, não alcançaria a respeitabilidade e a confiança da população brasileira.

A mídia hegemônica, integrante sempre de um projeto político conservador para o Brasil, entrou no jogo mais e mais. Antes mesmo que FHC surgisse como alternativa, tentou incensar Jarbas Passarinho, tomou iniciativas destinadas a demonizar o PT, independentemente de possuir provas – propõe vincular o partido a sequestros, acusa-o de receber dinheiro do Sindicato dos Rodoviários. Embora tudo se tratasse de calúnia, isso nunca importou à mídia hegemônica.

A arena é de luta política. E que a imprensa desenvolve sem quaisquer escrúpulos, usando os métodos mais sujos para atingir seu objetivo – no caso, impedir a vitória de Lula a qualquer custo, para além de veracidades, verdades, observância dos fatos, como prescrevem as cuidadosas cartilhas elaboradas para presumivelmente orientar suas redações. Nunca as respeitou.

O PT aparece fazendo um acordo com José Sarney para evitar a CPI da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em troca de Roseana Sarney não ser convocada para depor na CPI do Orçamento. A velha mídia não recuou nem diante dos desmentidos tanto do PT quanto de Sarney. O assassinato de Oswaldo Cruz Júnior, presidente do Sindicato dos Rodoviários de São Paulo, deu outro mote para acusações absolutamente sem provas, e contra todas as evidências em contrário, visando atingir o PT.

Com a desincompatibilização de FHC, em 2 de abril de 1994, a mídia eleva ainda mais o tom. A *Folha de S. Paulo* chega a produzir uma fraude, utilizando-se de uma entrevista antiga de Lula à revista *Playboy* em que presumivelmente teria dito que admirava Hitler e Khomeini, quando explicitamente na entrevista, declarara que “não, não admirava Hitler”. Como diz Kucinski, trata-se de manipulação grosseira e distorção consciente, e nunca passível de uma autorretratação, autocrítica ou um *nós erramos*.

Investe contra Lula por ser, vejam só, “político profissional”. A acusação é da *Folha de S. Paulo*, na edição de 1º de maio de 1994, em matéria de página inteira. Aqui é a exploração do preconceito contra os políticos, combate permanente de uma mídia que não tem votos e se acredita representante do povo. Uma imprensa que considera mais importante revelar o preconceito contra o operário que manifesta a ousadia de invadir a seara interdita aos que vêm de baixo. Sobretudo, um operário retirante nordestino, pobretão que, para esta mídia, não tem o direito de passar tanto tempo fora da fábrica e, sobretudo, fazendo política.

Devia, como parte da senzala, permanecer em seu lugar, e não tentar invadir área reservada às elites, como sempre ocorrera em nossa história. Aquela exceção não podia prosperar. Deveria voltar a vestir seu macacão e manusear novamente o torno. Até podia brigar pelos interesses sindicais dos trabalhadores, mas pretender fazer política, e ainda por cima chegar à Presidência da República, assim é demais também. Que se colocasse no seu lugar. É o pensamento da casa-grande, sem tirar nem pôr.

A matéria é um primor de manipulação e distorção consciente. Aponta um crescimento do patrimônio de Lula tomando como base a eleição anterior, embora tenha de reconhecer, por evidência, ser um patrimônio pequeno – na verdade, o patrimônio de Lula permaneceu inalterado salvo por uma herança, pequena, recebida por sua mulher e à quitação de prestações da casa própria. Será que olharam para a evolução patrimonial de FHC? Ou aplicaram dois pesos e duas medidas?

O conservadorismo e o aproveitamento eleitoral evidente, tentando favorecer o candidato do partido-mídia, levam a que se acuse Lula de defender

o casamento entre homossexuais e de ser a favor do aborto, de usar o carro de som de um sindicato, de vincular o Movimento dos Sem Terra (MST) ao PT, transformando-o no braço armado do partido, de acusar Lula de pregar o desrespeito à lei. Enquanto isso, FHC passa ao largo, olímpico, um puro entre os impuros, o príncipe contra o sapo barbudo, este um qualificativo posto por Brizola e largamente utilizado pela mídia. Para esta, não era de *bom-tom*, era *pouco elegante* atacar FHC, que devia sempre aparecer como *um homem acima de qualquer suspeita*. Lula, ao contrário, devia ser retratado, sempre, como alguém sob permanente suspeição, até porque vindo de baixo, até porque operário.

O episódio José Paulo Bisol, candidato a vice na chapa de Lula que assinara um pedido de verbas para uma ponte no mesmo município em que tinha uma fazenda, foi explorado no limite. O fato teve influência na queda de Lula na preferência dos brasileiros – de 38% para 32%. Isso ocorreu simultaneamente aos desdobramentos do Plano Real, lançado em 1º de julho, com a queda da taxa de inflação. Viver com preços estáveis não era pouco para a população.

Tudo agora apontava para uma situação favorável ao *pai do plano*. A moeda nova, recém-nascida sob o foguetório midiático, alavancava FHC, que tendia a crescer. Lula, a cair. A mídia continuaria a contribuir para isso, criando o cenário favorável ao novo príncipe neoliberal.

Os telejornais, amplas reportagens na área impressa, tudo convergia para o espetáculo de celebração do real, antes que qualquer efeito prático ocorresse. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, exalava um nada surpreendente otimismo, entrando na campanha pró-FHC de cabeça.

Márcia Vidal Nunes desmascara a simulação de neutralidade da *Folha de S.Paulo*. Ela constrói a candidatura de Fernando Henrique como aquele que encarna o Plano Real e como a única capaz de dar continuidade ao suposto Estado de bem-estar trazido pela sua implantação. Ao mesmo tempo, constrói a ideia de Lula como inimigo do povo por ser contra o Plano Real – e portanto contra as aspirações do povo, “cientificamente” traduzidas pelas pesquisas do *DataFolha* e de outros institutos de opinião sobre as expectativas predominantes de continuidade do real.

A mídia avalizou por antecipação o real, garantiu discursivamente seu sucesso por antecedência, o plano não precisou sequer do teste da realidade, sumariamente descartado pela nossa mídia hegemônica. Albino Rubim arrisca-se a dizer que o real foi antes de tudo uma construção midiática, sem o que não existiria publicamente e, por isso mesmo, politicamente.

Essa mídia, em relação a FHC, não lhe poupou espaço, não lhe sonegou tempo, e foi complacente com seu candidato, pródiga em simpatia e paciên-

cia, como sempre acontece com aqueles com os quais se alinha politicamente. O real ocupou os lugares publicitários, penetrou os campos de futebol no Brasil que ganhou a Copa, entrou nas tramas das telenovelas, em programas de humor – viroticamente contaminou tudo, e jogou o pai do plano para as alturas, como acentua Rubim.

Grandes bancos e empresas estatais lançaram uma campanha de cerca de R\$ 22 milhões para alavancar o real, contratando as cinco melhores agências de publicidade do país. Era um cenário no qual tudo valia para garantir a presidência a FHC e interditar Lula. Um espetáculo milionário de luta pela hegemonia, de luta político-cultural para a conquista de corações e mentes. Não havia o contraditório no amplo mundo da mídia, evidentemente associada aos interesses das classes dominantes, às quais pertence, por óbvio.

O cenário, se olhado para o mundo exclusivo da mídia hegemônica, para a cobertura feita, era todo desenhado, construído, visando a uma candidatura, a de FHC. E se a cobertura jornalística aparece sempre como uma verdade, infensa aparentemente ao mundo da publicidade estrito senso, então tudo ganhava ares de veracidade, por mais que se saiba, ou que alguns saibam, tratar-se de publicidade travestida de jornalismo, como de fato o foi. Jornalismo de campanha, como chamo.

No decorrer do programa eleitoral no qual, como já se disse, as ruas não contaram, houve um claro casamento – não ocasional: o de FHC anunciando o sucesso do real, enquanto a mídia reverberava e insistia na cobertura de celebração do seu sucesso. Uma operação política metodicamente levada a cabo, sem jeito de esconder. Por mais que se tentasse, como no caso da *Folha de S.Paulo*, o rabo ficava de fora.

O jornal atuou de forma claramente *associada* aos interesses de FHC enquanto o programa eleitoral esteve no ar. Delineava as diretrizes políticas da campanha através da capitalização resultante de fatos políticos reelaborados como fatos jornalísticos. Sempre no sentido de que essa reelaboração pudesse ter uma repercussão favorável à candidatura oficial. Não era bem jornalismo no sentido corrente, mas uma claríssima atuação política a favor do príncipe neoliberal, travestida sempre de *atuação jornalística*. O que foi uma prática do conjunto da mídia hegemônica.

FHC venceu as eleições no primeiro turno, com 54%. Lula teve 27% dos votos. Para isso, contou com a participação decisiva, fundamental, da mídia hegemônica. Evidente que o resultado não pode ser atribuído exclusivamente a ela. A coligação vitoriosa conformou um bloco histórico capaz de viabilizá-la, e derrotar a alternativa Lula. Mas é inegável também que sem a participação engajada da mídia nesse bloco a vitória seria muito mais difícil,

ou poderia não acontecer. Como tenho insistido, a mídia hegemônica sempre teve lado, e nunca é o de quaisquer projetos progressistas ou reformistas. Nossa história, como até hoje, tem provado isso.

1998: JÂNIO, FHC E O DIABO CONHECIDO

Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não-real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real.
Perseu Abramo²⁵

Maio de 1998.

Fernando Henrique Cardoso quase se converte num Jânio Quadros.

Faltou pouco.

Não se sabe sealaria em *forças ocultas*.

Esteve, no entanto, prestes a renunciar. Ou ao menos, ameaçou. Mais de uma vez. Estava incomodado com as notícias ruins. A mídia estampava manchetes desagradáveis. Seca e saques no Nordeste. Incêndio em Roraima. Desemprego ascendente. E Lula crescendo. A mídia, até de modo surpreendente, rendia-se à evidência dos fatos. E fatos muitas vezes não são propriamente agradáveis para quem está no governo.

Que diabo era isso? Não o respeitavam mais? Fernando Henrique não se conformava com o cenário que era desenhado pela mídia. Cenário que tinha a ver com a realidade do país. Mas, a realidade, sabia ele, sociólogo de profissão, podia ser construída de diversas maneiras.

25 ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 23-24.

Já acumulara experiência, sabia como lidar com o poder e como submeter a elite brasileira. Naquele maio, gastou entre três a quatro dias para conversar com vários dos grandes empresários do país, barões da classe dominante. Saiu de sua habitual moderação. Chutou o pau da barraca. Assustou-os com a perspectiva da renúncia, anunciada claramente. Nunca vai se saber se era pra valer. “Não sou candidato de mim mesmo. Vocês é que sabem.”

Ruim com ele, pior sem ele, a elite voltou a raciocinar na sua pequenez de sempre: uma burguesia sempre medrosa. Raciocinava com a teoria do *mal menor*. E bateu continência para Fernando Henrique. Afinal, parafraseando Marx, um espectro rondava o Brasil – o espectro de Lula. Fernando Henrique teve até a tentação de citar Marx, que conhecia desde os tempos em que participava de um círculo de estudos sobre *O Capital*, velhos tempos em que estudar Marx era moda. Lembrou-se até da abertura do *Manifesto Comunista*, tão famosa: “Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo”. Abertura famosa, repetida *ad nauseam*.

Bons tempos, quando dialogava sobre *O Capital* com Gianotti, Octavio Ianni, Paul Singer, Roberto Schwarz, até com Ruth, com quem já era casado, foi ali pelo final dos anos 1950, em um grupo de estudos. Não o fez, no entanto. Citasse Marx, poderia parecer pedante, coisa que nunca foi. Sabia-se modesto. Sempre abominou esses intelectuais pretensiosos.

Falou duro também com o baronato midiático, não com todos, mas boa parte, numa reunião provocada por ele. Que diabo era aquilo? Estavam querendo arriscar? Estavam dispostos a receber o Lula pelos peitos? Como se atreviam a dar aquelas manchetes sensacionalistas, com secas, saques e incêndios? Que soubessem: a persistir aquele bombardeio, tiraria o time, iria pra casa cuidar de seus estudos, voltaria a estudar a teoria da dependência de que gostava tanto. “Pra que melhor do que isso? Uma vida tranquila. Pra mim, será muito bom”.

“Que soubessem: estava prestando um serviço à Nação. Se não o queriam mais, que dissessem. Iria embora.” O baronato midiático piscou. Sabia do quanto ele havia cuidado dos interesses da mídia, inclusive de seus negócios. Não que ele falasse assim. Não seria grosseiro, deixou subentendido. Bateu na cangalha pro burro entender. E pra bom entendedor, meia palavra basta. “Não sou candidato de mim mesmo, e preciso de apoio”.

Necessitava mesmo era do silêncio da mídia sobre aquelas coisas negativas todas. Ora, ela não o havia ajudado a se eleger em 1994, não lhe dera mão forte com todo aquele espetáculo, aquela pirotecnia em torno do real? Agora, que custava minimizar a seca, esquecer o desemprego, incêndios, a crise social, o arrocho no salário mínimo? Por que aquela história de enfatizar a sua

declaração de que eram vagabundos os que se aposentavam antes dos 50 anos? Que dissera, dissera, mas melhor esquecer. Melhor o silêncio. Tudo bem, na cobertura não havia mentiras mas, no entanto, era possível colocar as coisas de outra maneira, de preferência (como enfatizou) não tocar mais naqueles assuntos tão desagradáveis, tão explosivos, tão perigosos para sua candidatura.

Ou se fazia esse acordo, ou estava fora. Deu uma dura especial na Rede Globo, falou com os donos cara a cara, tinha créditos para tanto. Afinal, a Rede Globo fora tão acariciada, tão bem tratada por seu governo. Ela também embarcara na tragédia da seca que, tudo bem, tinha algo de verdadeiro, mas não com aquelas cores que o império de Marinho a desenhara, quase a reeditar Sinha Vitória, a cadela Baleia e Fabiano na imensidão do deserto nordestino caminhando para o Sul. *Vidas Secas*, por inteiro, nordeste *graciliano*. Pra que carregar assim nas tintas?

Quase recordou as palavras de Graciliano Ramos, de sua obra, que conhecia tão bem. Mestre Graça, de tantas glórias. Teve vontade de citar também o Mestre, a exemplo de Marx. Não o fez, mas repetia mentalmente um trecho que o impressionara muito nas leituras de juventude. De como perceber estrelas nascendo no meio da escassez mais absoluta.

Fabiano tomou a cuia, desceu a ladeira, encaminhou-se ao rio seco, achou no bebedouro dos animais um pouco de lama. Cavou a areia com as unhas, esperou que a água marejasse, e, debruçando-se no chão, bebeu muito. Saciado, caiu de papo para cima, olhando as estrelas, que vinham nascendo. Uma, duas, três, quatro, havia muitas estrelas, havia mais de cinco estrelas no céu. O poente cobria-se de cirros – e uma alegria doida enchia o coração de Fabiano (RAMOS, 2009, p. 9).²⁶

Lembrou-se das palavras de Graciliano, assim a esmo, divagando, pois que gostava de divagar enquanto ouvia o baronato global se explicar, tentando dizer que não havia feito por mal. Mas, que Graciliano que nada, qual a razão de gastar latim com esse povo? Nem entenderia. Tinha é que ser direto – pão, pão, queijo, queijo. Cobrar um acordo, ou então, ponto final. Iria pra casa. E deixaria o baronato midiático na mão. Será que não era possível entender que Lula pairava sobre todos como um espectro, sempre? Não fora assim em 1989, em 1994? Não estava sendo assim, novamente?

“Lula está ali, nos nossos calcanhares. Eu com 33%, Lula com 28%. E ele é persistente. Estão pensando que podem brincar com a sorte?”. Era ele o espectro, agora, a rondar. Voltou a insistir, bater na mesma tecla, que em certos momentos é necessário não tergiversar: “Eu não sou candidato de mim

26. RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. São Paulo: Record, 2009.

mesmo. Isso comigo não existe. Ou eu tenho apoio ou volto para casa e deixo a farra por conta de vocês. Aí vocês elegem o candidato que quiserem”.

E sempre ameaçava com Lula. Coisa que ninguém queria. Ninguém, que se esclareça, ninguém da elite.

Saiu feliz da conversa. Sua quase-bronca funcionara direitinho. O grande empresariado já havia aceitado. O baronato midiático se enquadrara inteiramente. E, como por encanto, a seca sumiu, o social escafedeu-se, desemprego não mais, crise que se evaporou, salário-mínimo está tudo bem. Beleza. O social saiu do noticiário. E agora quem havia de apanhar seria a oposição, tudo acertado.

As pesquisas começaram então a favorecê-lo. A realidade brasileira se modificou rapidamente, como que por encanto. Como ele sabia, sociólogo sabe das coisas, e costuma estudar isso, a chamada realidade, insista-se, é uma construção social – por mais que doa nas costas do povo, pode se metamorfosear como num passe de mágica, sempre por uma construção midiático-cultural. E a mídia estava ali pra isso, podia ajudar nisso, como ajudou. Outro cenário começou a ser construído. Com a ajuda sólida da mídia.

Bernardo Kucinski afirma que nunca, ao menos até aquele ano, fora tão forte a suspeita – e olhe que ele é cuidadoso com as palavras, fala em *suspeita* – de que as empresas de pesquisa de opinião formaram um cartel para reforçar as chances de reeleição de Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno. Mídia e institutos de pesquisa haviam decretado a reeleição de Fernando Henrique e a derrota de Lula antes mesmo do início da campanha.

Tendo a mídia ao lado e os institutos de pesquisa inteiramente afinados, a orquestra começava a funcionar. Poder é pra isso, pensava o presidente, que já conquistara a reeleição no Congresso Nacional com métodos – falemos elegantemente – bastante heterodoxos, e que não lhe renderam quaisquer julgamentos no Supremo, apesar das evidências da compra de apoios. Quem quiser se certificar, é só recorrer ao noticiário da época, particularmente ao da *Folha de S. Paulo*, que depois amarelou.

Em maio de 1997, grampos telefônicos trouxeram à tona conversas entre o deputado Ronivon Santiago e um Senhor X, nas quais aquele revela que este e mais quatro deputados receberam R\$ 200 mil cada um para votar a favor da reeleição.

Observem a ironia: boa parte do que disse, às vezes recorrendo à imaginação, quase conto, quase novela, estão em matéria da revista *Veja*. Assinada por Expedito Filho, detalha toda a história da renúncia, ou ameaça de renúncia, os encontros com o baronato midiático, com as classes dominantes. Estão lá até os conselhos dados a Fernando Henrique pelo presidente do Ibope,

Carlos Augusto Montenegro, ainda em maio, numa reunião sigilosa: “não ataque o Lula, não apareça como candidato, não faça uma campanha longa”.

Veja revela que vários dos dirigentes de campanha de FHC estiveram nos EUA, a buscar ensinamentos: Antônio Lavareda, o jornalista Antônio Martins, o arquiteto Expedito Prata, o publicitário Nizan Guanaes. Lá ouviram Peter Schechter, consultor político, que alertou a campanha para não deixar que as preocupações sociais fossem monopólio da oposição. De Mark Mallman, analista de pesquisas do Partido Democrata, receberam lições de como analisar programas de TV e reagir a situações difíceis. Foi dele a ideia de que deveriam trabalhar com a tese do diabo conhecido: se está ruim com Fernando Henrique, ficará bem pior sem ele. Ouviram vários outros especialistas americanos e seguiram à risca os ensinamentos, certos de que de fato o que era bom para os EUA, era bom para o Brasil.

Mas, que ninguém se iluda, *Veja* não daria ponto sem nó. Só fez isso *depois das eleições* – a matéria é de 7 de outubro de 1998, depois da vitória de Fernando Henrique no primeiro turno. *Veja* estava engajada na candidatura de Fernando Henrique, e não iria prejudicá-lo. Depois, bem, é depois. Até se pode fazer um pouco de jornalismo, uma materiazinha interessante, cheia de detalhes saborosos, como esta. O que não tornou o texto menos favorável ou menos cuidadoso com o presidente reeleito. Até o título é de gente amiga: “*Teste de estadista*”. Artifícios de uma mídia que tem lado, que sabe o que quer, que tem programa político a defender, sempre.

A atitude de *Veja* não constitui qualquer novidade: é de sua tradição essa posição. No entanto, cabe registrar que o restante da mídia, com variações, às vezes sem o mesmo furor, outras vezes com a mesma ferocidade, também atuou com muita convicção a favor de Fernando Henrique.

No início do mês de agosto, dia 10, Kucinski faz um balanço da atuação da mídia, e esse balanço pode valer para o decorrer de toda a campanha. As principais e mais sistemáticas agressões a Lula originam-se de *Veja*, da TV Globo, da *Folha* e do *Estadão* (logo depois, a Bandeirantes entra de modo feroz na campanha de difamação contra Lula, independentemente de ter ou não provas). *Veja* cumpria, no jornalismo impresso, o papel da Globo na mídia eletrônica: a todo custo, e sem rodeios, pretendia impor no Brasil o programa do Consenso de Washington.

A diferença, na opinião de Kucinski, é que *Veja* usava deliberadamente, sem qualquer constrangimento, a falsidade e a difamação. *Estadão*, como jornal historicamente conservador, fez o de sempre e não poupou Lula, nem o PT. E a *Folha* agiu durante toda a campanha com a pretensão de provocar o PT, de fazer todo tipo de molecagem, campeã de molecagens, especialmen-

te nessa campanha, sem também se constranger. Grande pressão destinada a destruir a personalidade de Lula, desgastá-lo de todos os modos possíveis, com manchetes distorcidas, utilização da ironia ou do insulto, fotos em que Lula não estivesse bem. Era dessa forma que a mídia agia, muito diferente do procedimento em relação a Fernando Henrique, sempre preservado, mantido sempre na condição de *estadista*.

Tratava-se de mostrar um candidato, o que iria ganhar. O outro, quando aparecesse, devia se revelar como um estorvo, despreparado e o que mais fosse. Na escalada difamatória, no furor acusatório, Band, *Folha* e *Veja* foram campeãs. Mesmo quando surpreendidas em erros, não se rendiam, e insistiam na escalada. Pelo candidato que haviam escolhido, tudo valia, não se respeitava qualquer regra, muito menos as do jornalismo, aquelas expostas nos manuais de redação que seus repórteres eram obrigados a ler.

Albino Rubim destaca o fato de que a Rede Globo, sempre que os fatos não a obrigassem a seguir linha diversa por alguma contingência muito especial, adotou a tática do silenciamento tanto quanto às eleições como às graves questões nacionais. Como demonstramos no início do capítulo, houve acordo entre o grupo midiático e Fernando Henrique, e esse era o melhor procedimento, o que beneficiava a candidatura oficial. O *Jornal Nacional* realizou um agendamento e um enquadramento de temas marcadamente favoráveis a Fernando Henrique Cardoso e, insista-se, sempre que pôde, guardou silêncio sobre problemas que saltavam à vista e sobre até mesmo a competição eleitoral. São diversas as táticas midiáticas nessa eleição. Não variam, no entanto, quanto à estratégia: trata-se de derrotar Lula, como nas duas eleições anteriores.

Há autores variados que apontam a deliberada despolitização da campanha de 1998, especialmente porque, de um lado, ao menos a Rede Globo optou pelo silenciamento dos principais fatos envolvendo a campanha e, de outro, a legislação eleitoral, ao reduzir a propaganda de 60 para 45 dias – e alternando dia sim, dia não, para a eleição presidencial –, diminuiu o impacto de tal horário. Afinal este sempre foi muito importante num país de mídia oligopolizada e disposta sempre a fazer o que bem entende, de acordo com seus interesses e muito longe dos interesses da população, sem prestar contas a ninguém.

Ao falar em despolitização, se quer dizer que não se discutiu os programas dos candidatos e os problemas centrais do país. Quando se fala em silenciamento, deve-se registrar que é uma operação política – silencia-se o que não interessa a FHC, e se potencializa ao máximo o que for contra Lula. Se diz isso para não aceitar quaisquer ilusões quanto à posição da mídia hegemônica.

Não cabe, ainda, esquecer que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) evidenciou, escandalosamente, uma clara preferência pela candidatura de Fernando

Henrique Cardoso. O presidente do TSE, Ilmar Galvão, em entrevista à *Folha* (27/9/1998), depois de dizer que sempre fora contra a reeleição, admitiu-a, no entanto, “quando muito, para presidente da República, em uma conjuntura como a atual, em que a permanência do presidente da República é um fato indispensável para a manutenção e para a consolidação do modelo econômico que foi implantado no Brasil”.

Quer algo mais claro? A autoridade que deveria zelar pela absoluta correção da eleição, que não podia admitir quaisquer partidarismos, coloca-se escandalosamente ao lado de uma candidatura. Todos, então – mídia, institutos de pesquisa, TSE –, estavam engajados na candidatura de Fernando Henrique.

Em 1994, a tática foi a de esconder as ruas, nada de cenas externas. Aqui, 1998, diminuiu-se o tempo do horário eleitoral, estabelecendo um acordo com a mídia para cobrir a eleição o mínimo possível, salvo no que fosse para desgastar o candidato adversário, Lula. Despolitizar a eleição foi a palavra de ordem. Nelson de Sá, em artigo do dia 2 de outubro de 1998, na *Folha*, diz que a campanha presidencial daquele ano havia sido “a mais curta e despolitizada desde a redemocratização”. Trabalhada para que fosse assim.

Fernando Henrique venceu as eleições no primeiro turno, com pouco mais de 53% dos votos. Lula obteve quase 32%. Como dizia ao final do capítulo sobre as eleições de 1994, não se pode e não se deve atribuir a derrota apenas à mídia ou aos institutos de pesquisa, à parcialidade manifesta do TSE ou à disparidade de recursos.

Fernando Henrique venceu as eleições num cenário adverso que, em princípio, poderia levá-lo à derrota. A privatização fora um desastre, um típico crime de lesa-pátria, o governo reagiu muito mal à crise econômica mundial, os dólares saíam em profusão do país em plena campanha eleitoral, o desemprego crescia assustadoramente. Tudo parecia contribuir para sua derrota.

Prevaleceu, no entanto, a tese do *diabo conhecido*: o discurso de que Fernando Henrique era o mais capaz de enfrentar a crise. Ou a tese de que no meio da tempestade não se muda o comandante por pior que ele seja. A mídia conseguiu quase unanimemente mundializar a crise, praticamente inocentando Fernando Henrique pelas consequências. Se era certo que a crise fosse mundial, como era, não era menos certo que as consequências eram fruto, sobretudo, das políticas internas de Fernando Henrique, que obedecia cegamente aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Volto à política: nunca esquecer que Fernando Henrique havia conseguido reunir em torno de si forças políticas conservadoras poderosas, contando não só com o PSDB, mas também com o PFL e com o PMDB, entre os

partidos mais fortes. Era, então, um poderoso bloco histórico. E conseguiu, com isso, convencer a sociedade brasileira o quanto era arriscado mudar o timoneiro naquele momento. Por maiores que fossem os prejuízos que a população viesse tendo naquela conjuntura e que de fato não eram pequenos.

Houve um momento em que se acreditou que havia chance de Lula provocar um segundo turno. Foi quando o programa de TV dele caminhou para demonstrar os graves problemas sociais do país, apresentando como carro-chefe o medo de perder o emprego. A temática não tocava na crise mundial. Antônio Lavareda, o homem das pesquisas de Fernando Henrique, tremeu: seguisse naquela linha e o risco não era pequeno. Sorte, na visão dele, que o PT rapidamente voltou a discutir a crise econômica sem insistir nas questões sociais – e elas eram, de fato, o ponto fraco do governo. Essa revelação está também na matéria de Expedito Filho, já citada. Será que isso garantiria mesmo o segundo turno? Quem sabe?

Volte-se a insistir, no entanto: se é fato que a política é que conta, que foi a força daquele bloco histórico que garantiu a vitória tucana, não há como negar que a contribuição da velha mídia foi essencial. Fernando Henrique nunca poderá reclamar: a partir de maio de 1998, contou com ela pra valer, dispôs dela a seu modo, do jeito que quis. Afinal, ela estava profundamente afinada com o programa que ele executava no Brasil desde que assumira, em 1995. O neoliberalismo era o projeto da mídia hegemônica. E Fernando Henrique, para não sermos injustos, foi o mais perfeito executor desse projeto no Brasil. O príncipe conservador neoliberal que a mídia ajudou a construir para substituir Collor continuava à frente dos destinos do Brasil. Até que uma nova hegemonia se estabelecesse. Isso não estava tão longe assim.

ENTREATO PARA UM ESTRONDOSO SILÊNCIO

Quando alguma crítica ou notícia não sai na imprensa – e aqui está a mudança que houve na ordem local – não é porque tenha havido uma ordem superior de um censor militar que tenha dito para não se publicar mais notícias sobre o Banco Econômico para não atrapalhar o mercado financeiro e as expectativas internacionais dos investidores, cujas decisões de investir na nossa tulipa seguram a nossa moeda, seguram nosso presidente, seguram a felicidade de nossa classe média que pode ir tomar banho em Miami. O mais provável é que tenha havido uma reação simultânea e quase espontânea concatenada pela determinação do interesse coletivo na manutenção de toda essa ficção. Não é necessário um grande raciocínio estratégico. É só o órgão da mídia pensar nos seus investimentos que concluirá: suspende essa matéria!
 José Luís Fiori²⁷

Dos estratagemas da mídia, talvez um dos mais densos e comuns seja o do silêncio, sempre um bólido com milhões de sentidos. O silêncio, ou ocultação, sempre fala, grita, revela, ao menos para os que desenvolvam leituras mais atentas. Penso numa mídia capaz de cobrir os fatos. Sim, os fatos brutos como se apresentavam à época do governo Fernando Henrique Cardoso, uma mídia capaz de desvelar o que estava por detrás do Plano Real e da montanha de privatizações.

Isso daria matérias sensacionais, ótimos *leads*, manchetes explosivas, títulos instigantes, e a mídia hegemônica, a esse respeito, foi de um silêncio ensurdecedor, fora as exceções que confirmavam a regra. Salvo os escassos meios alternativos, poderíamos falar de uma *Carta Capital* ou de uma *Caros Amigos*, da blogosfera de esquerda, *Terra Magazine*, a tentar furar o bloqueio, a gritar contra o silêncio.

27. FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.125-126.

O Plano Real foi celebrado como a redenção do Brasil, mas não se sabe a que preço e com que propostas ele se tornou viável. O professor José Luís Fiori, do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em um de seus livros, lembra da reunião do *Institute for International Economics*, de janeiro de 1993. O encontro reuniu cerca de cem especialistas em torno de documento escrito por John Williamson, seminário que levou o nome de *The Political Economy of Policy Reform*. Ali, o que se discutiu, a rigor, foi como orientar lideranças do mundo afinadas com o *Washington Consensus* (o nome foi cunhado pelo próprio Williamson, em 1989, em reunião inaugural desse *consenso*, também em Washington), sobre como poderiam obter apoio político para levar aquelas ideias adiante. O que se pretendia era a elaboração de um plano único de ajustamento das economias periféricas.

Esse plano, já em desenvolvimento então em vários países, previa primeiro a estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário; segundo, liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais; e terceiro, se tudo desse certo, retomada dos investimentos e do crescimento econômico, algo para inglês ver, e que na quase totalidade dos países periféricos não se cumpriu.

“Poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integre a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser Pereira”, dirá Fiori, corretamente. Não se sabe se hoje Bresser Pereira comungaria dos mesmos ideais. Parece que não, a se julgar pelo que tem dito ultimamente.

O Plano Real, assim, não poderá ser compreendido apenas como um projeto de combate à inflação, que seria um objetivo justo, correto. Mas, sobretudo, como uma adequação aos interesses dos centros capitalistas internacionais. No centro dele, estava o objetivo do grande capital em assenhorear-se das empresas estatais brasileiras, num autêntico leilão a preço de banana desenvolvido pelo governo de Fernando Henrique, que foi o príncipe pensado para viabilizar no Brasil as reformas preconizadas pelo Banco Mundial e FMI.

Alguém já imaginou o que seria se, no momento de gestação e apresentação do Plano Real, essa estratégia fosse revelada? Se houvesse a demonstração de que por detrás dele a mão que balançava o berço eram o FMI e o Banco Mundial, impulsionados pelo capital dos grandes centros do capitalismo internacional? Isso seria um desastre para o objetivo central de eleger o novo príncipe, Fernando Henrique Cardoso, que vestia o figurino perfeito para que os objetivos estratégicos do FMI e do Banco Mundial fossem atingidos.

A mídia hegemônica, quisesse, teria todas as condições de fazer a revelação. Que ao menos noticiasse, desse pistas, de que não era simplesmente um plano surgido a partir das ideias locais, mas nada disso foi feito. O silêncio imperou quanto à origem e objetivos estratégicos do Plano Real e, ao contrário, a mídia impressa fez um estardalhaço favorável ao extremo, contribuindo decisivamente para a eleição de Fernando Henrique. Ou seja, silêncio que esconde o essencial. Barulho, para revelar o que interessa diretamente à mídia.

Um livro precioso, de Luiz Marcos Gomes, que nem chega a cem páginas, revela como havia uma relação orgânica entre o grupo que conseguiu hegemonizar a política econômica de Fernando Henrique Cardoso e dominar os principais órgãos estatais dessa área com o grupo de intelectuais e financistas que formulou o famoso Consenso de Washington. O título fala por si só: *Os homens do presidente: banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais*.

Destaca-se, nesse grupo, principalmente, o grupo dos financistas-banqueiros da PUC do Rio de Janeiro e o grupo do PSDB paulista de então, liderado por José Serra. Dos primeiros, Gomes destaca resalta Edmar Bacha, Francisco Lopes, Pedro Malan, Gustavo Franco, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Edward Amadeo e Wiston Fritsch. John Williamson, espécie de secretário-geral do Consenso de Washington, aliás, havia integrado o Departamento de Economia da PUC-Rio entre 1978-1981.

Luiz Marcos Gomes desfia didaticamente o jogo de interesses que orientou todo o grupo sem, naturalmente, tratar do trajeto biográfico de cada um *a posteriori*, até porque o livro foi editado em 2000. O elenco, como óbvio, estava inteiramente afinado com o ideário do Consenso de Washington e o colocaram em prática rigorosamente durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Podia a mídia estabelecer essas conexões, tão facilmente identificáveis? Podia a mídia revelar a teia de interesses do grupo? Era possível desvendar toda a ideologia por detrás da operação que levou Fernando Henrique ao poder? Claro que sim. Só que a mídia hegemônica, como se tem insistido, neste livro, tem interesses e um programa para o Brasil. Não seria conveniente trazer à tona tudo isso, demonstrar o quanto era importante o pensamento do Consenso de Washington para o grupo, o quanto isso viria a favorecer os interesses do capital internacional e os interesses privados que o grupo representava.

O livro de Luiz Marcos Gomes merece uma revisitação. Vai de fato de A a Z, e não deixa de evidenciar o envolvimento de cada um dos personagens em negócios privados. Como pôde a mídia desconhecer tudo isso? – é a pergunta que não quer calar. E outro livrinho título – esse não chega a cinquenta

páginas –, que se transformou em *best-seller* revela, como as privatizações foram feitas, fala sobre a entrega do patrimônio público, revela mostra por que o Brasil ficou mais pobre e desmonta a tese do mito das “forças do mercado” (*O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, de Aloysio Biondi, publicado pela Fundação Perseu Abramo com tiragem superior a 130 mil exemplares).

Biondi noticia, num exemplo escandaloso, que antes de vender as empresas telefônicas, o governo Fernando Henrique investiu R\$ 21 bilhões no setor, em dois anos e meio. Na sequência, vendeu tudo por uma “entrada” de R\$ 8,8 bilhões ou menos – porque financiou metade da “entrada” para grupos brasileiros. Esse foi o procedimento geral: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer. E para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo “engoliu” dívidas bilionárias, demitiu funcionários, investiu maciçamente e aumentou tarifas e preços antes da privatização.

Para quem comprava, um negócio da China. Para o Brasil, desmonte do Estado. O governo tomava o cuidado, ainda, muito zeloso com os pobres compradores, de vender as estatais em módicas prestações, e com juros vergonhosamente baixos, como também revela Biondi. E nas primeiras privatizações, o governo chegou a aceitar que o pagamento fosse totalmente feito em “moedas podres” – títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados por até 50% do seu valor. Coisa de pai pra filho.

Luiz Marcos Gomes afirma que o grupo que gravitava em torno de Fernando Henrique Cardoso, e sob a direção dele naturalmente, conseguiu efetivar o desmonte final do chamado Estado nacional-desenvolvimentista erigido sob Vargas, coisa que nem o regime militar havia conseguido levar adiante de forma tão profunda. Fernando Henrique, ao que se sabe, orgulhava-se de ter enterrado a era Vargas, carregava, ou carrega, isso como um trunfo.

E Biondi não deixa por menos quanto à mídia: sem qualquer dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado muito poderoso para que essa política fosse adiante. Houve uma intensa campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do “esgotamento dos recursos do Estado”. Fez-se de tudo para que a sociedade brasileira se esquecesse de que as estatais são propriedade do Estado, que é gerente dos bens, do patrimônio da sociedade. Biondi chega a arriscar a hipótese de que a falta de consciência coletiva sobre a natureza das empresas estatais tenha sido reforçada pelos meios de comunicação. Isso explicaria a indiferença com que a opinião pública recebeu a criminosa privatização.

No meu livro *Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988* (2010), tento buscar uma explicação para o comportamento da mídia hegemônica,

que não pode ser encontrada apenas e tão-somente no mundo da técnica jornalística, por obviedade. Lembro que o embricamento de interesses entre o Estado e as empresas de comunicação, naquele específico governo de Fernando Henrique Cardoso, completa-se com a entrada de algumas delas no negócio das telecomunicações.

Grandes meios de comunicação, impressos e audiovisuais, envolveram-se nas concorrências para a disputa da Banda B da telefonia celular. Nem se discute quem ficou com o quê, mas o fato de tais meios estarem disputando fatias de mercado, sendo natural que pretendessem, e trabalhassem para tanto, a privatização do setor de telefonia. Assim, podiam disputar o que resultasse dessa privatização e operação comercial, como de fato fizeram. A revista *Carta Capital*, de 4 de março de 1998, pergunta, com propriedade, se participando da disputa pelos negócios das telecomunicações, os maiores grupos de comunicação do país tinham condições de manter a devida acuidade crítica.

Não seria correto reduzir a análise da mídia hegemônica aos seus restritos e exclusivos interesses econômicos. No entanto, acentuo também não ser conveniente, nem acertado desvincular a análise dos meios de comunicação das bases materiais de sua existência. Muitas vezes de forma acentuada, outras, de maneira subordinada, tais bases materiais interferem nas opções imediatas feitas por tais meios – e não raro também nas opções de longo prazo. Aqui, no caso do governo Fernando Henrique, é evidente que essas bases materiais (o negócio propriamente dito) contaram muito. Embora, como se tem insistido, haja inevitavelmente um conteúdo político forte, qual seja o programa comum entre a mídia e aquele governo, fundado no neoliberalismo.

Houvesse uma mídia atenta, ninguém se surpreenderia com os resultados da crise mundial no Brasil. O cenário deu-se a a partir do segundo semestre de 1998, cujo desfecho ocorreu em janeiro de 1999, logo depois de consumada a operação da eleição de Fernando Henrique Cardoso – isso, chamamos de operação, que contou com forte ajuda da mídia hegemônica, conforme abordado anteriormente. Naquele janeiro, aluíram as bases do Plano Real, que cumprira sua tarefa de sustentar o novo príncipe e garantir sua reeleição. O governo entrou em pane, como disse o economista Paul Krugman, e teve que se ajoelhar diante dos EUA para conseguir um empréstimo de US\$ 41 bilhões. Tudo isso está detalhado no livro de Luiz Marcos Gomes.

Uma análise aligeirada poderia dizer que essa cobertura da mídia – ou não cobertura – está vinculada à natureza superficial, contingente do jornalismo. Que a mídia nunca é capaz de ir à essência das coisas. E poderíamos nos dar por satisfeitos, e assim, desculpá-la. Deixou de analisar o Plano Real, deixou de perceber quem o planejara, não percebeu as diretrizes do Consenso de Washington,

não examinou o processo de privatização e suas consequências, não foi capaz de investigar, ou não quis, como se embriavam os interesses dos financistas banqueiros, com postos no governo. Deixou de investigar os interesses privados e, por extensão – aí seria pedir o impossível –, não tivera condições de analisar como os próprios meios de comunicação se valeram do processo de privatização.

A mídia hegemônica, cabe insistir, tem um projeto para o Brasil. A aparente cegueira diante de tudo o que se apontou, de tudo que se aprontou, não tem nada de inocente. O silêncio ou o barulho corresponde ao que lhe interessa. Já apontamos isso nos processos eleitorais. O Brasil privatizado, a privatária tucana (qualificação dada pelo recente livro *best-seller* de Amauri Ribeiro Jr.) e o Plano Real como essencial à concretização do Consenso de Washington, tudo isso tinha de permanecer intocado. Só assim poderiam garantir a tranquilidade do governo. Calmaria com a qual a mídia hegemônica tinha completa identidade.

O livro de Amauri Ribeiro Jr., aliás, é um exemplo clássico de como a mídia hegemônica trata os assuntos que lhe são incômodos. Sobre ele, houve um impressionante silêncio e foi rigorosamente ignorado. Afinal, o livro revela como o tucanato – tendo o ex-governador José Serra e sua família na linha de frente – confundiu inteiramente os negócios públicos e os privados, privatizou o dinheiro público, subordinou os interesses nacionais aos grandes grupos econômicos interessados na privatização. E como recolheu avidamente as sobras polpudas desse processo, uma impressionante massa de documentos que o autor apresenta de modo direto, escandalosamente.

A filha Verônica, o marido Alexandre Bourgeois, Ricardo Sérgio de Oliveira, o quase-primo José Marin Preciado, Vladimir Antonio Rioli foram os principais operadores de Serra, como o livro mostra. A quem não domina tal estratégia de perto, impressiona o jogo de prestidigitação mirabolante das operações, as viagens de montantes financeiros que saem e voltam para o Brasil, as fantásticas operações de lavagem de dinheiro público, as incontáveis empresas *offshore* (ou empresas-camaleão) que servem a esse fim e, ainda, as tentativas desmascaradas pelo livro de tentar apagar as pistas.

O dinheiro público apropriado para fins de acúmulo patrimonial privado parece, como dirá o autor, ter vida própria, está sempre mudando de nome, de endereço, de forma. Foi, como diz a chamada de primeira página do livro, o maior assalto ao patrimônio público brasileiro. Documentado, fartamente documentado, provado.

Privatária tucana é indispensável para a compreensão do que foram os anos de Fernando Henrique Cardoso e José Serra à frente do governo. Do que significou o neoliberalismo no Brasil. Como foi montada uma operação

familiar para assaltar os cofres públicos. De como se fizeram fortunas fáceis. Afinal, não há experiência neoliberal na América Latina que não se tenha valido de tais expedientes – trata-se de uma prática intrínseca ao projeto. No caso brasileiro, levado ao paroxismo.

O livro, também, por si, deixa claro como a velha mídia brasileira se associou nessa empreitada, sem vacilações. Por razões políticas, ideológicas e, nenhuma dúvida, materiais. Houve tentativas de desqualificação do trabalho, anteriormente ou *a posteriori*, com o livro já nas ruas. Equivocadas, de modo geral. Houve os que quiseram tratar-se apenas de um esforço decorrente das contradições, nada desprezíveis, entre os tucanos Serra e Aécio, que saltam à vista até os dias que correm.

Se tais contradições contaram, não foram essenciais, pois o autor trabalhava no livro havia mais de uma década. Concorde-se ou não com ele, concorde-se no todo ou em parte, veio para ficar, e por sua força, vendeu tanto. Curiosamente, neste caso, a tática do silêncio foi um tiro no pé: a blogosfera entrou em campo e foi uma correria às livrarias, em pouquíssimo tempo a primeira edição de 15 mil exemplares se esgotou. E a velha mídia viu-se à beira de um ataque de nervos, pois desnudava-se uma gigantesca operação de lesa-pátria, que foi a privatização sob Fernando Henrique Cardoso.

2002: A MÍDIA BUSCA UMA SOLUÇÃO À LAMPEDUSA

*Como observa Christopher Lash, no livro
A cultura do narcisismo, os mass media
tornaram irrelevantes as categorias da verdade e
da falsidade substituindo-as pelas
noções de credibilidade ou plausibilidade
e confiabilidade – para que algo
seja aceito como real basta que apareça como
crível ou plausível, ou como oferecido por alguém
confiável. Os fatos cederam lugar a
declarações de “personalidades autorizadas”,
que não transmitem informações,
mas preferências, as quais se convertem
imediatamente em propaganda.
Marilena Chaui²⁸*

O ano 2002 é especial, com vitória de Lula. Marca a retomada da revolução democrática no Brasil, em que o impossível se alcança: a eleição, pela primeira vez, de um operário para a Presidência da República. Retomada numa situação qualitativamente superior. Quarta tentativa, obstinada tentativa, de eleger Lula. Quem apostaria na vitória depois de tantas derrotas?

Só mesmo o Partido dos Trabalhadores (PT), criado no início dos anos 1980, disposto a mudar a vida política do país juntando democracia e socialismo, descartando a ditadura do proletariado, apostando na ideia de luta permanente pela hegemonia, aceitando a alternância de poder.

Era uma ideia nova de partido, que rompia com padrões clássicos da esquerda mundial e adentrava a cena política brasileira com a disposição de, pelos caminhos turbulentos da democracia, chegar ao poder – o que, no início, foi olhado com desdém pelas classes dominantes e até mesmo por parcelas da própria esquerda.

28. CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 8.

Só foi possível eleger Lula porque o partido compreendeu que ninguém chega ao poder sem estar enraizado entre as classes trabalhadoras e, também, sem estabelecer alianças com outras forças políticas. No caso brasileiro, sobretudo com as forças de centro.

Apenas com as forças de esquerda, sempre ao lado do PT, experimentar a derrota por três vezes. E Lula elegeu-se por decisão majoritária do povo brasileiro, que perdera o medo de governar – porque é disto que se trata: a classe trabalhadora compreendeu que tinha competência para governar e fazer as transformações de que o Brasil necessitava. E Lula, homem do povo, foi o escolhido para a tarefa.

Ao derramar lágrimas na posse, Lula certamente pensava na generosidade de sua gente, de seu povo, dos retirantes nordestinos, dos trabalhadores brasileiros, dos que ganhavam pouco, dos que não ganhavam nada, dos que ganhavam um pouco mais, pensava na confiança que depositaram nele, na esperança que tinham de que aquela eleição era também uma redenção, que com ela iniciariam as transformações ensaiadas em outros momentos, nunca levadas à frente com a devida e necessária firmeza. A revolução democrática viera pra valer. Lula lá, sem medo de ser feliz.

Não foi fácil chegar a isso, não foi fácil chegar à vitória. As classes dominantes brasileiras, que sempre encontram na mídia hegemônica seu intérprete mais fiel, nunca aceitaram a hipótese de o país ser governado por um operário, por mais que identificassem nele um líder operário talentoso.

Podia ser um líder sindical, mas não aspirar à direção máxima do Brasil. Isso, não. Que se colocasse no seu lugar – já repetimos isso em outros momentos deste livro e ainda teremos de fazê-lo em outras situações. Como insisto, a casa-grande nunca admite a possibilidade do protagonismo da senzala.

Nossos mais de trezentos anos de escravidão deixaram marcas profundas. A casa-grande não descansa. Lula desmontou um paradigma. Os de baixo podiam governar. E governar de modo a beneficiar as maiorias, que são eles mesmos – os de baixo. Que podem subir, como subiram, ainda que de modo insuficiente.

Andei lendo sobre aquela eleição, concentrado na análise de nossa mídia hegemônica. Há vários ensaios, estudos a respeito, obviamente. Algumas análises querem fazer crer que houve mudanças significativas no comportamento da velha mídia. E creio que de fato houve, mas na linha do príncipe de Lampedusa²⁹ – “Depois tudo ficará na mesma, embora tudo tenha mudado”. Para

29. O príncipe de Lampedusa, ou Tomasi di Lampedusa (1896-1957) foi um nobre italiano, autor do romance *O Leopardo*, que aborda o declínio da nobreza siciliana. O livro é um clássico da literatura política e é obra de referência para diversos políticos, dentre eles Fernando Henrique Cardoso.

quem a conhece, para quem acompanha sua história, é difícil acreditar em mudanças de fundo, em alguma conversão.

Teria havido uma mudança de comportamento da Rede Globo, disposta, então, a fazer uma cobertura mais equânime, sem tomar partido, propensa a praticar o jornalismo, ancorada em fatos, na busca da verdade? Nem visões conspirativas, nem ingenuidades. Que razões teria a mídia hegemônica para ser um novo ator, redimido de seus pecados, completamente diferente de tudo que fora até ali desde há muito tempo? Claro que ninguém chega a tanto, mas condescendências há em várias análises na área acadêmica.

A constatação de que a Rede Globo, especialmente, deu uma cobertura mais extensa às eleições e teria procurado algum equilíbrio, alguma imparcialidade, pode levar-nos a equívocos sérios. A mídia sempre tem posição, quanto mais a Rede Globo. E não acredito que a cobertura mais ampla das eleições, aquilo que eu chamaria sem medo de errar de simulação de neutralidade, possa ou deva nos enganar.

Corretamente, Leandro Colling lembra que a cobertura da crise econômica, gravíssima então, de um lado sempre privilegiou os chamados fatores externos e não a política econômica do governo FHC. De outro, responsabilizava o candidato Luiz Inácio Lula da Silva que, nessa visão, atemorizava o mercado por estar à frente nas pesquisas de intenção de voto.

A crise, obviamente, era decorrente das políticas de FHC, e não apenas e tão-somente dos fatores externos. Menos ainda, da simples presença política de Lula como candidato. A velha mídia majoritariamente anistiava FHC e culpava Lula, o que quer dizer: fazia campanha para o candidato oficial, José Serra.

Albino Rubim lembra que o sujeito político *mercado*, estranho sujeito, sempre presente, quase como um espectro, construído *na e pela* mídia, parece ditar naquela eleição a postura dos candidatos e, como sujeito construído, exige candidatos confiáveis. Por confiáveis, leia-se, que atendam aos seus caprichos e idiossincrasias.

A simulação da neutralidade tenta fazer passar a ideia de que todos os candidatos são iguais. Entretanto, são desiguais quando se trata da capacidade de acalmar, tranquilizar o mercado. Há aqueles que estão contaminados, inapelavelmente, com o vírus que provoca o caos econômico, como Lula. Essa formulação, essa construção ideológica, vai sendo insistentemente propagada pela mídia ao longo da campanha de 2002, que nunca pode ser compreendida apenas como restrita ao tempo do horário eleitoral.

Mauro Porto, entre outros, revela: a grande maioria das notícias sobre economia no primeiro turno das eleições de 2002 estava baseada nas fontes

oficiais do governo e em especialistas escolhidos a dedo. Estes davam sustentação às interpretações do candidato José Serra. Fontes nunca são buscadas aleatoriamente. São selecionadas de acordo com os interesses envolvidos, aqui interesses políticos da mídia, afinada com a candidatura José Serra. Batendo na tecla que era chamado *nervosismo do mercado*, Serra associava sempre a crise econômica “às incertezas eleitorais”, querendo expressar o receio que havia quanto à eventual vitória de Lula.

Luís Felipe Miguel toma o exemplo da *Folha de S. Paulo* para demonstrar a atitude da mídia face à *sensibilidade do mercado*. No ano de 2002, a cotação do dólar frente ao real foi o assunto da principal manchete da *Folha de S. Paulo* por 27 vezes entre julho e outubro, e por 39 vezes, isso mesmo, 39 vezes, o jornal estampou em primeira página – em manchete ou chamada – o impacto que a escolha de tal ou qual candidato tinha em relação a indicadores econômicos que a publicação privilegiava, como câmbio, bolsa, risco-país, a situação econômica em sua específica angulação.

Dizia que o risco de Ciro Gomes ultrapassar José Serra *alarmava o mercado*. Ou que a reação de Serra acalmava o assustado mercado. Ou que a hipótese da vitória de Lula o deixava novamente nervoso. O mercado, como se vê, era um sujeito delicado, cheio de humores, de muitas suscetibilidades. A ser tratado com muito zelo e ao qual os candidatos deviam se submeter docilmente.

Com isso, a mídia tentava criar um clima de medo na população, tentava mostrar que não era bom para o país que Lula ganhasse a eleição e que a vitória de José Serra seria muito melhor. Aliás, medo é sempre um sentimento com o qual se trabalha em campanhas. Ele assume variados matizes na sua construção, a depender de quem o constrói. E, na campanha de Serra, foi construído à larga – era uma tentativa de derrotar a esperança de, pelo medo, minimizar o sentimento de mudança que se espraiava pelo país.

Talvez o momento mais sintomático e quase grotesco dessa específica tentativa foi a fala da atriz Regina Duarte, do medo que disse ter de Lula. Seu discurso converteu-se numa caricatura, uma fala fora de contexto, deslocada da conjuntura, típica de quem não compreendia o momento político-cultural que o país vivia.

Na criação do clima de medo, a mídia valeu-se do megainvestidor George Soros. Fonte autorizada do mundo financeiro – autorizada, esclareça-se, na visão da própria mídia – declarou Soros à *Folha de S. Paulo* que, no caso da vitória de Lula, cresceria muito o medo de que o país não pagasse suas dívidas. Por conta desse temor, investidores internacionais iriam parar de financiá-lo. E, então, a profecia do não pagamento das dívidas ocorreria de

fato. Criação do que a estudiosa Irene Vasilachis de Gialdino chamaria de situação contexto-catástrofe, na qual para sua solução deveria levar à eleição de Serra.

Volto à mídia para dizer que fica claríssimo ainda a parcialidade da cobertura. Aqui ainda adstrito à Rede Globo, quando se trata de escândalos vinculados à corrupção, ou considerados corrupção. Luís Felipe Miguel diz que Serra e o governo federal, do ponto de vista jornalístico, podiam ser tratados com dureza, especialmente se fossem olhadas as denúncias contra o ex-tesoureiro do candidato do PSDB, Ricardo Sérgio. Mas o assunto praticamente sumiu da pauta.

Em 84 edições analisadas do *Jornal Nacional* da Rede Globo, o caso Ricardo Sérgio apareceu duas vezes, enquanto a investigação sobre denúncias de corrupção na prefeitura de Santo André, muito menos grave e abrangente como registra o próprio Luís Miguel, mereceu onze reportagens. Há, aqui, algum equilíbrio? Decididamente, não, não há qualquer tipo de tentativa de uma cobertura equânime.

Miguel, apesar dessa escandalosa revelação – e daquela outra, acima, quando ele aponta a parcialidade da *Folha de S.Paulo* –, chega a dizer que não havia antipetismo exacerbado, contrariando, como diz, a visão de Bob Fernandes. Eu prefiro a análise de Bob Fernandes, por estar mais ancorada nos fatos, sustentada pela prática recorrente da velha mídia.

Diferentemente de 1998, quando se pretendeu esconder as eleições, há concordância em que, em 2002, elas se deram sob o signo da visibilidade. Mas essa visibilidade, como diz Albino Rubim, impõe que ela seja tratada como enigma a ser decifrado. O que não é tarefa que demande tanta dificuldade.

Tenho a impressão de que, ao se falar na opção que se fez pela visibilidade das eleições em oposição à quase supressão delas em 1998, produz-se uma celebração da velha mídia. Como se ela voltasse ao jornalismo, a uma cobertura dos fatos, a uma busca, vá lá, sincera da verdade. Assim, a imprensa hegemônica não seria um ator político que tem lado, que intervém diretamente a favor de um programa político e de um candidato.

A estratégia da máxima visibilidade adotada pela velha mídia não conseguiu apagar sua profunda partidarização, insista-se o quanto possa para não nos equivocarmos, como já alertei. A hipótese de que a estratégia de maximizar a visibilidade tenha a ver com a tentativa de recuperar a credibilidade perdida nas eleições anteriores, especialmente por parte da Rede Globo, não deve ser desconsiderada. É uma das explicações. Não custa lembrar, também, que a mídia vivia uma crise financeira de bom tamanho, e isso também pode ter contribuído para mudanças quanto ao volume da cobertura.

A holding das Organizações Globo – a Globopar – acumulava, então, dívida de R\$ 6,1 bilhões, em números de setembro de 2002 – 17% a mais do que no mesmo mês de 2001. E os prejuízos da Globopar cresceram cerca de 140% entre janeiro e setembro de 2002, apesar da injeção de mais de R\$ 500 milhões em recursos públicos advindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A crise financeira da mídia alcançou também outras empresas jornalísticas. O número de assinantes dos 22 maiores jornais do país recuou 12% no primeiro semestre de 2002. O provedor da internet *UOL* (dos grupos Abril e Folha) experimentou um prejuízo de R\$ 317 milhões em 2002.

Num quadro como esse, colocava-se a necessidade de alguma mudança à Lampedusa, e aí aparece a grande visibilidade da eleição e a simulação de neutralidade por parte da velha mídia. Mas o essencial é que não houve, apesar disso, mudança fundamental em sua posição face à eleição. A mídia tinha um candidato: José Serra.

2002: LULA VENCE A VELHA MÍDIA

Cada vez mais, as grandes empresas de comunicação procuram usurpar o papel específico do Estado, nas suas três faces: a executiva, a legislativa e a judiciária. Os grandes jornais e revistas, as grandes redes de rádio e de televisão, buscam diariamente a adesão da sociedade às suas teses e às suas propostas, da política de juros à demissão de funcionários, do apoio que deve ou não ser dado a religiões e igrejas, ao número de hectares de glebas que devem ser subsidiadas.(...) E vão além: acusam, julgam, absolvem e condenam autoridades e cidadãos, às vezes com a arrogância e a prepotência de um Poder Judiciário sem controle externo.

Perseu Abramo³⁰

A operação política das eleições presidenciais de 2002 teve ingredientes brutais. Quando despontou a estrela de Roseana Sarney em evidente ascensão, parecia que a direita havia encontrado o nome ideal. A chamada Operação Lunus, de março daquele ano, com a exibição de uma montanha de dinheiro, mais de R\$ 1 milhão, jogou por terra qualquer pretensão do clã maranhense. Nela ficaram mais que evidentes as digitais de FHC e Serra, e Sarney foi muito duro na crítica ao método adotado. Era necessário tirá-la do caminho de modo a facilitar a vida da candidatura Serra. Quem quiser, consulte a mídia da época para perceber como as edições carregaram nas tintas, seguindo um roteiro que serviu como uma luva ao candidato oficial.

Sarney chegou a falar na necessidade de observadores internacionais fiscalizarem as eleições brasileiras face à truculência utilizada contra sua filha – e aqui nem cabe a análise do mérito. Como diz Leandro Fortes, em texto publicado no site da revista *CartaCapital*, em 17 de agosto de 2010, tratando especifica-

30. “Problemas e desafios do Jornalismo”. Palestra proferida na Semana de Jornalismo na PUC-SP, em outubro de 1995, publicada em *Um trabalhador da notícia*: Textos de Perseu Abramo. Bia Abramo (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 326.

mente da Operação Lunus, Serra havia montado uma verdadeira máquina de moer inimigos, comandada pelo delegado da Polícia Federal, Marcelo Itagiba.

Do ponto de vista da Polícia Federal, foi só desgaste: o Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou o processo contra Roseana Sarney por falta de provas. O objetivo político, no entanto, foi alcançado. E com a sincera e aplicada ajuda da mídia hegemônica, que nunca negou sua colaboração a Serra. A Polícia Federal, sem que a mídia demonstrasse isso, salvo sempre as exceções – a mais notável delas, então, *CartaCapital* –, era usada escandalosamente a favor dos interesses do governo e, nas eleições de 2002, da candidatura Serra.

A segunda etapa seria tirar Ciro Gomes do caminho, impedir que continuasse a crescer. Como diz Bob Fernandes, tratava-se de liquidar Ciro Gomes e mirar em Lula, este o alvo principal nessa terceira e mais importante etapa. A estratégia era eliminar o inimigo interno, Roseana, depois o secundário, Ciro, e colocar as tropas em formação para o ataque ao inimigo principal, Lula. A mídia agia assim, sem meios-terminos e sem esconder-se, até porque impossível. A simulação de neutralidade ia para o ralo.

Levantamento feito pela assessoria de Lula sobre exposição nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* (realizado entre 31 de agosto e 6 de setembro) aponta 106 notícias negativas para Ciro Gomes, noventa para Lula e, anote-se, 43 para Serra. Positivas para Ciro Gomes, 42. Para Serra, 71. Houve uma nítida atuação da mídia destinada à desconstrução da candidatura de Ciro Gomes. Sobre a etapa de liquidação de Ciro Gomes, Jânio de Freitas, na *Folha de S. Paulo* (3/9/2002), afirma que “há uma diferença adicional, essa por parte da mídia: é a diferença de tratamento entre a tolerância silenciosa e o rigor”.

Até mesmo o então ombudsman da *Folha de S. Paulo*, Bernardo Ajzenberg (8/9/2002), afirma que aquela semana podia ser considerada de comemoração para serristas. Quanto a lulistas e ciristas, inegavelmente, tinham sido “maltratados” pela mídia. Mal terminada a operação Ciro Gomes, ou nem terminada, preparava-se, como diz Bob Fernandes, aquele que será o maior bombardeio de que já se teve notícia num ano eleitoral. Bombardeio contra o candidato Lula.

Por isso, compartilhando dessa análise, creio que se equivocam os que, nem que de leve, tenham admitido a possibilidade de as eleições de 2002 terem sido cobertas de maneira equilibrada por parte da mídia. Ela veio com toda a sua artilharia contra Lula, mais uma vez, e com toda ferocidade, até porque havia a real possibilidade de vitória, e esse era um risco que o partido político midiático não queria correr.

Era o momento, aquele início de agosto, em que a mídia fazia de tudo para salvar Serra. Não era uma operação fácil, mas a imprensa não regatearia

esforços para tanto. Para a mídia hegemônica não parecia que o Brasil estava quebrado. Ao contrário, ela celebra, comemora a ajuda de US\$ 30 bilhões do FMI na segunda quinzena de agosto, como se isso fosse positivo, como se não fosse uma evidência gritante da quebra do país. Como, aliás, ocorrera no início de 1999, quando FHC também apelara ao FMI para socorrer o Brasil. Nada disso era relevante: o que realmente interessava à mídia era liquidar Lula, salvar Serra.

Este, como é de público conhecimento, ligava todos os dias para dirigentes e editores da mídia, orientando-os como se devia dar a cobertura e, normalmente, era bem atendido. Na segunda semana de setembro, Lula ganhava as páginas, de todas as maneiras, e todas negativas, como convinha ao bombardeio.

As manchetes, fotos, chamadas de primeira página, títulos, matérias, reportagens, artigos faziam de tudo no sentido de evidenciar a ligação de Lula com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), punham o candidato oficial cobrando *clareza* de Lula sobre o movimento – e, que pecado, indicavam que o candidato operário não iria reprimir o MST. Criminalização dos movimentos sociais é com o PSDB mesmo, desde antanho.

E quanto a isso havia uma impressionante convergência – era *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo*... E voltou Santo André, sacado da algibeira nos últimos anos a cada momento que se considere necessário. E voltaram os ataques a José Rainha do MST, a Olívio Dutra. Agora é Lula! E qualquer jogo valia a pena, pouco importando a veracidade das coisas, pouco importando fossem matérias de cozinha³¹, mais que requentadas, que se danasse aquilo que se conhece como jornalismo, ao lixo com os escrúpulos. À mídia hegemônica, conservadora, só interessava evitar a chegada de Lula à Presidência da República. Só. Bob Fernandes perguntava, com propriedade:

Por que razão a mídia, que vive quase toda ela uma situação de extremada penúria, não levou à população, aos seus telespectadores, ouvintes e leitores, o debate sobre o ingresso ou não de capital estrangeiro para as atividades no setor? Não levou porque esse é, foi, um jogo e um acerto para portas fechadas, entre meia dúzia de senhores (E a máquina avança: as ações e reações de Fernando Henrique, Nelson Jobim... e, mais uma vez, o embarque da mídia numa candidatura oficial. *Carta-Capital*, São Paulo, 18 nov. 2002, p. 24 a 29).

Perguntava mais, tentando procurar alguma lógica jornalística na ação da mídia, o que era impossível, e ele sabia disso:

31. No jornalismo, cozinhar é reescrever matéria publicada anteriormente.

- Onde está Ricardo Sérgio, aquele que foi tesoureiro de campanhas de José Serra e personagem central no processo de privatização do Sistema Telebras?
- Por que sumiram, na Sabesp, a companhia de águas de São Paulo, os adendos que tratavam do bilionário projeto de despoluição do Rio Tietê?
- Por que, um dia, o ministro Paulo Renato, sentiu-se alvo de um conjunto de informações que ligava o alto tucanato ao bilionário empréstimo do BID para a despoluição do Tietê? (IDEM)

Eram perguntas que permaneceriam sem resposta, ao menos resposta da mídia. Por que ela trataria desses assuntos se prejudicariam, como evidente, a candidatura Serra? A mídia hegemônica brasileira sabe quais são os seus interesses de classe – os seus e os das classes abastadas, dominantes.

A mídia conservadora foi longe. Amplificou ao máximo a declaração de Serra de que Lula era a favor da bomba atômica – o que era rematada mentira. Como insistiu nas relações entre o MST e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e daí, se o PT tem relações com o MST, então se conclui que Lula é ligado às Farc. E volta Santo André, a morte do prefeito petista Celso Daniel, propina, caixa paralelo, e Lula, como se tudo tivesse a ver. Não havia, como se vê, nenhuma novidade, mas a velha mídia sempre tenta fazer parecer que tudo é novo.

E Lula, apesar da artilharia pesada, nessa segunda quinzena de setembro de 2002, estava a quase 2% de votos válidos para ganhar no primeiro turno. Daí o desespero e o bombardeio incessante. Que persistiria até o último instante. E que teria o efeito de jogar de fato a eleição para o segundo turno, com Lula alcançando, no dia 6 de outubro daquele ano, mais de 46% dos votos válidos, contra pouco mais de 23% de Serra. Para tanto bombardeio, o resultado foi pífio para o candidato oficial. E olhe que não faltaram mimos, e gordos, para a mídia. E não apenas sob a forma de publicidade.

Vamos ao maior dos mimos. Às portas do primeiro turno, no dia 2 de outubro, o *Diário Oficial* publicava Medida Provisória assinada por Fernando Henrique Cardoso em atendimento a uma reivindicação muito cara à mídia hegemônica: a regulamentação da participação do capital estrangeiro, até o limite de 30%, nas emissoras de televisão e de rádio e, também, nas empresas de mídia impressa. Isso ficou conhecido como Proer da mídia.

Na emergência, a velha mídia foi para cima do governo e conseguiu o que queria. Um toma-lá-dá-cá mais do que conveniente. Se já não havia dúvida quanto ao apoio da mídia a Serra, agora se batia o martelo de modo definitivo. Uma mídia em dificuldades financeiras recebia o socorro de que necessitava.

A ofensiva midiática não surtiu efeito: Lula, no segundo turno, no dia 27 de outubro, obteve mais de 61% dos votos válidos, contra pouco mais de 38% para Serra. Um feito inédito: o primeiro operário eleito presidente da República. Apesar de você...

Foi uma vitória consagradora, uma derrota para o projeto neoliberal e, inegavelmente, uma derrota rotunda para a mídia hegemônica, a provar que o povo brasileiro amadurecera, e resolvendo tomar o país em suas próprias mãos. Começava uma era em que as maiorias raciocinavam por si mesmas, para além do tambor da velha mídia, agora numa depressão monumental e dívidas abissais, quase de pires na mão. Principiava o Brasil da Silva.

E o Silva, Lula, podia dizer, com muita convicção: “Nós vamos melhorar o Brasil”. Dizer que recebia a tarefa como a maior responsabilidade que já tivera na vida porque sabia o tamanho da esperança do povo brasileiro, o que esse povo esperava dele. “Nunca tive medo das coisas difíceis, e acho que vai ser muito bom para o Brasil passar por essa experiência do PT. Nós vamos mudar o Brasil.”

NEM RENÚNCIA, NEM SUICÍDIO, NEM GOLPE

Em sete anos de investigações, o mensalão transformou-se no discurso de um lado só. No Tribunal, cada advogado dos réus teve direito a um discurso de duas horas num julgamento que durou cinco meses. Isso impediu que dúvidas importantes fossem discutidas e resolvidas. (...) Auditorias do Banco do Brasil e do Tribunal de Contas levaram tempo para serem realizadas, conferidas, examinadas de novo. Mas elas negam aquilo que parecia fácil sugerir e sustentar, no início das denúncias, numa mesa da CPI. Mostram que as “evidências” de desvio de “dinheiro público” eram mais fáceis de dizer do que de demonstrar. Serão os juízes do TCU, os auditores do Banco do Brasil, os agentes da Polícia Federal, todos incapazes, ineptos ou coisa pior?
Paulo Moreira Leite³²

Começo este artigo pensando no terrível ano de 2005. E digo terrível porque não sou um observador a distância. Senti tudo aquilo de perto. Vivi os tormentos, as angústias daqueles meses. Um projeto político foi colocado sob cerco implacável, comandado indiscutivelmente pela mídia hegemônica, mais do que pela oposição. Esta, como se sabe, surfou no trabalho da mídia, e teve uma visibilidade aparentemente surpreendente. Aparentemente porque a associação, a cumplicidade entre uma e outra era algo à vista, sem que fosse possível qualquer escamoteação. As pautas eram combinadas, os vazamentos

32. LEITE, Paulo Moreira. *A outra história do mensalão – As contradições de um julgamento político*. São Paulo: Geração Editorial, 2013, p. 341.

acertados. A revista *Veja* e a Rede Globo, malgrado não serem exceções entre os meios de comunicação hegemônicos, deitaram e rolaram.

Esses meses, período que recobre maio de 2005 até o segundo turno das eleições de 2006, me fizeram refletir sobre os escândalos políticos midiáticos, cujo significado já me ocupou bastante nos tempos de universidade. Os meios de comunicação, há algum tempo – e hoje mais do que ontem –, alteraram inteiramente a visibilidade da política e modificaram as relações entre a vida pública e a privada, atualmente entrelaçadas quase que inteiramente. Esses escândalos, obviamente, não são, penso, fenômenos apenas midiáticos: estão inscritos em processos de luta política, travadas no território simbólico. Diria: são parte da luta de classes da sociedade; e a mídia, regra geral, intervém, como parte interessada, como protagonista do território político. Mais ainda no caso brasileiro, cuja mídia imprensa deixa evidente a cada instante sua natureza partidária, *lato sensu*.

Claro que, dito assim, provoco alguma reação. Até porque há casos em que os escândalos políticos surgem como irrupções, e nem que a mídia pretenda, não há jeito de contê-los. Mas, é inegável que há uma zona de silêncio extremamente volumosa, e que decorre dos interesses da própria mídia. Revela o que interessa. Esconde o que a incomoda. Ela não atua apenas como ente noticioso, como quem revela o mundo naturalmente, como às vezes pretende uma visão idealizada da mídia, mas como parte, primeiro, da vida econômica. Especialmente se pensamos primeiro nos monopólios, nas poucas famílias que a controlam – no caso brasileiro isso é escandaloso. E, segundo, como ator político, como quem tem um programa ancorado numa específica visão de mundo, e quanto ao Brasil isso é por demais evidente.

Diria que o escândalo político midiático que ocupou 2005 e se seguiu até o final de 2006, e cujos desdobramentos de alguma forma persistem até hoje, é parte da luta política no Brasil. A articulação da mídia hegemônica e sua intervenção nesse episódio não foge de sua tradição, da qual tenho tratado nessa série que se inicia em 1954, quando se construiu o episódio conhecido como *Mar de Lama*, que levou Getúlio Vargas ao suicídio.

A partir de maio de 2005, começara a luta sucessória: uma feroz, incansável operação midiática destinada a barrar a continuidade do projeto político iniciado em 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em declaração que ficou famosa pela sinceridade demonstrada, a presidenta da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Judith Brito, dirigente do Grupo Folha, chegou a dizer, no início de 2010, que como a oposição no Brasil era muito fraca, a mídia devia fazer o papel dela. Não só a *Folha de S. Paulo* como todo o monopólio midiático tem seguido à risca a recomendação,

e muito antes que ela gritasse a palavra de ordem a plenos pulmões. Melhor dissesse que a mídia hegemônica devia sempre defender os interesses das classes dominantes, os seus incluídos, e combater também quaisquer governos que porventura os contrariassem. Melhor dissesse ser uma extensão histórica da casa-grande, defensora de privilégios seculares, e contra quaisquer políticas que beneficiem os mais pobres, a classe trabalhadora, os excluídos, os negros, os índios, os homossexuais.

Tem sido essa a trajetória de nossa mídia hegemônica, e não é um acaso que ela combata tão ferozmente o projeto político decorrente do resultado das eleições de 2002. O escândalo político midiático de 2005-2006 não foi um raio caído num dia de céu azul. E o PT, que assumira a hegemonia do país a partir de 2003, devia ter alguma consciência do papel dos meios de comunicação tradicionais no Brasil. Mas, não tinha.

Creio que houve, para fazer uma breve digressão, alguma ingenuidade no PT. Acreditou, quem sabe, ancorado momentaneamente em águas tranquilas, que seu projeto não enfrentaria turbulências maiores e o escândalo midiático de 2005-2006 pegou o governo e o partido PT de surpresa. Por isso, desorientou alguns dirigentes e parlamentares do próprio partido, muitos dos que estavam no governo Lula. Era como se o mundo tivesse desabado.

Diria que foi a consciência de Lula, sua têmpera de combatente, acostumado a duras refregas, sua sensibilidade política e a firmeza de significativos setores do partido que evitaram qualquer espírito derrotista, que descartaram hipóteses de rendição. O bombardeio das manchetes negativas que se repetiam a cada dia criou, durante alguns meses, um clima de desânimo e perplexidade em boa parte do PT, modificado com a realização das eleições diretas para os dirigentes partidários, no segundo semestre de 2005, quando milhares e milhares de militantes foram às urnas e recobram o ânimo.

A ofensiva da direita brasileira em relação ao projeto iniciado em 2003 iniciou-se em maio de 2005, com a gravação em vídeo do funcionário Maurício Marinho, dos Correios, recebendo uma propina de R\$ 3 mil. Mais tarde, soube-se: a filmagem fora feita por um preposto do bicheiro Carlinhos Cachoeira, que mais tarde se revelará quase como um editor da revista *Veja*. A partir daí, iniciou-se o turbilhão. O escândalo ganhou mais ainda intensidade ainda com a denúncia feita pelo deputado Roberto Jefferson (PTB) de que os deputados recebiam uma mensalidade para votar a favor de projetos do governo. Construiu-se uma crise política de grande dimensão, envolvendo denúncias de corrupção dentro e fora do governo.

Independentemente da indiscutível necessidade de cobertura jornalística, da existência de fatos e declarações a serem apurados, a mídia hegemônica

esmerou-se numa cobertura nitidamente negativa. Aparecera o pretexto de que a imprensa necessitava para desencadear uma operação destinada, se levadas às últimas consequências, a algum tipo de golpe político.

Permito-me apenas outra breve digressão. O chamado mensalão, nome com que foi alcunhado o escândalo de 2005-2006, não foi outra coisa senão o famoso e lamentável caixa dois de todas as campanhas brasileiras, procedimento ancorado no câncer da vida política brasileira, o financiamento privado. O resultado do julgamento da Ação Penal 470 já foi exaustivamente discutido e criticado por suas incongruências, pelo profundo desprezo às provas. Há inúmeros artigos, ensaios, trabalhos jornalísticos variados, que desmontaram os ritos e decisões seguidos pelo STF. Lembro apenas dois autores: Paulo Moreira Leite e Raimundo Rodrigues Pereira, jornalistas respeitados, que escreveram consistentemente para demonstrar o quanto de equívocos e erros graves ocorreram nesse processo.

A registrar que não houve uma única acusação de enriquecimento de dirigentes do PT envolvidos no processo, o que por si só indicaria que, se crime houve, foi o de caixa dois. O que enfatizo, além de tudo, é a necessidade urgente de uma reforma política profunda, sem o que conviveremos com o financiamento privado, fonte de todos esses escândalos. E constato que, ao que tudo indica, ela só virá com pressão de baixo. O Parlamento, com sua atual constituição, não permitirá qualquer mudança fundamental nas regras do jogo.

Volto à operação golpista que se inicia em 2005, com a participação decisiva da mídia. Recordo que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, impulsionado pelo estrondoso barulho da mídia, começou a cortejar a possibilidade de Lula não ser candidato à reeleição. Propôs, ainda em 2005, com o escândalo no auge, que Lula anunciasse que não seria mais candidato, e tudo ficaria no melhor dos mundos. Era o acordo oferecido pela oposição.

Vendo que Lula não aceitava a ideia, o ex-presidente radicaliza, rasga a fantasia: se crime de responsabilidade houve, sigam-se as regras estabelecidas na Constituição, com todas as consequências. Fernando Henrique Cardoso, ao falar em crime de responsabilidade, estava se referindo a Lula, flertando ostensivamente com o *impeachment*, querendo para o presidente-operário o mesmo destino de Collor. O ex-presidente-sociólogo embarcou de malas e bagagens na aventura golpista. Não era, no entanto, uma manobra fácil.

Fernando Henrique Cardoso, timoneiro do golpe, ciscou pra lá, ciscou pra cá, conversou, avaliou as possibilidades do *impeachment*. A aposta, sabia, era arriscada demais. Mas, não custava tentar, esticar a corda ao máximo que pudesse. Afinal, Lula não aceitara desistir da candidatura à reeleição. O depoimento do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios, em 11 de agosto

de 2005, jogou lenha na fogueira da aventura golpista ao admitir ter recebido dinheiro de caixa dois no exterior. Essa verba vinha como pagamento de seus trabalhos na campanha de Lula.

Fernando Henrique Cardoso sentia, e escrevia sobre isso nos jornais que lhe garantem coluna fixa, que a *opinião pública* até ali não se sensibilizara ao ponto de ter alguma ressonância uma proposta de *impeachment*. Chegou a teorizar que a *opinião pública* sempre reage lentamente. Apostava em antiga tese elitista, segundo a qual, em ondas sucessivas, as camadas dominantes esclarecidas iam passo a passo convencendo as classes do andar de baixo. Isso com a ajuda decisiva da mídia hegemônica, que nunca faltou às elites e nunca deixou de jogar-se de corpo e alma em aventuras golpistas.

Acontece, no entanto, que querer não é poder. O pensamento desejoso nem sempre corresponde à realidade. Em reuniões com seus pares, o ex-presidente foi alertado que as ruas não estavam prontas para a proposta. O senador tucano Arthur Virgílio jogou a pá de cal na tese do *impeachment*. Foi claro: não havia clima político para tanto. Se pedido de *impeachment* tivesse que haver, teria que vir da sociedade, que não estava sensibilizada. Ao contrário, continuava ao lado do presidente Lula.

Não sei se Lula chegou a dizer, mas sua ação indicou isso: com ele, não haveria suicídio, como Vargas. Não haveria renúncia, como Jânio. E não haveria golpe, como em 1964. Certamente, tinha consciência profunda de sua ligação com o povo brasileiro. Também tinha noção da existência de um Estado democrático relativamente consolidado. Sabia do impacto da opinião midiaticizada, mas sabia também que, mesmo caindo nas chamadas pesquisas de opinião como decorrência daquela ofensiva, o povo brasileiro não o abandonaria – como não o abandonou. A impressionante ofensiva midiática não fora suficiente para afastá-lo da população, especialmente dos trabalhadores e dos mais pobres.

E a rua cresceu, as mobilizações se sucederam. Não contra Lula, mas a seu favor. “*Mexeu com Lula, mexeu comigo*” era a palavra de ordem, lançada pela CUT no momento mais agudo da crise, que se repetia pelas manifestações país afora. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, então, e toda a oposição, muito pequena, compreenderam que o descarte do *impeachment* recomendava mudança de posição. E partiram, então, para a tática dos cangaceiros: *sangrar o adversário até morrer*. Com isso, e numa articulação óbvia com a mídia hegemônica, acreditavam erodir a imagem e a aprovação do presidente junto ao povo de modo que ele chegasse fraco no momento da eleição.

A oposição sabia ter um aliado confiável, sabia, insista-se, que face à unidade programática e de interesses, a mídia não lhe faltaria e seguiria até o

fim *sangrando* Lula. No fim dessa operação, restaria um presidente frágil, sem forças para reagir. Restaria também um vasto campo favorável às forças neoliberais, prontas para voltar ao poder. Seria fugaz a presença transformadora do PT e seus aliados. Esta era a presunção, o pensamento desejoso da mídia e da oposição. Só faltou combinar com o povo.

VITÓRIA DA OPINIÃO PÚBLICA, DERROTA DA OPINIÃO MIDIÁTICA

As grandes empresas de comunicação não se contentam em tentar substituir as instituições de ação política. Cada vez mais, pretendem exercer o papel que cabe aos organismos de representação política: partidos, organizações, associações, sindicatos e centrais sindicais e populares. Cada vez mais a imprensa procura apresentar-se como a “verdadeira” intermediação entre a sociedade civil e o Estado, dizendo ao governante o que ele deve fazer para o povo e dizendo ao povo o que ele pode pedir ao governante.
Perseu Abramo³³

Foram muitas as leituras em torno do escândalo político-midiático em geral e sobre o denominado mensalão. Destaco, no entanto, a contribuição de Venício A. Lima, notável pesquisador da mídia no Brasil. Duas de suas obras – uma voltada ao estudo da crise política e de poder no Brasil, outra, com vários autores, destinada à análise da mídia nas eleições de 2006 – foram essenciais para a elaboração deste capítulo, embora Lima, por obviedade, não tenha nada a ver com as interpretações que o autor faz a partir dessas leituras.

A mídia, como se sabe, constrói discursos e estes nunca são inocentes. Desde 2005, a mídia hegemônica brasileira pretendeu dar quase a impressão de que a corrupção nascera com o governo Lula, como tentara dar a mesma impressão em relação ao governo Vargas. O eixo da narrativa midiática, inclusive quando do julgamento da Ação Penal 470, é o de que “*nunca houvera tanta corrupção no Brasil*”. Não fora este o comportamento da mídia quando dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, e não por falta de

33. “Problemas e desafios do jornalismo”. Palestra proferida na Semana de Jornalismo da PUC-SP, em outubro de 1995, publicada em *Um trabalhador da notícia* – Textos de Perseu Abramo. Bia Abramo (org.), São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 326.

matéria-prima, como se sabe. O livro *A privataria tucana* (2011) está aí para confirmar o que digo.

Na esteira do bordão *nunca houve tanta corrupção no Brasil*, um novo vocabulário espalhou-se pelas redações, revelando a disposição de fazer o escândalo tornar-se patrimônio do senso comum: *mensaleiros*, *partidos do mensalão*, *pós-mensalão*, *valerioduto*, *silêncio dos intelectuais*, *homem da mala*, *doleiro do PT*, *conexão cubana*, *operação Paraguai*, *conexão Lisboa*, *república de Ribeiro Preto*, *operação pizza*, *dança da pizza*, *dólares na cueca*, entre outras expressões, muitas delas com nítida inspiração policial, todas nada ocasionais.

Apesar de nunca ter sido provada a existência de algum tipo de mensalidade paga a deputados, *mensalão* particularmente tornou-se uma espécie de selo de toda a cobertura jornalística, rótulo de que se valiam os diversos veículos da mídia hegemônica. Essa utilização maciça da expressão tornou-a também de uso rotineiro no meio do povo, incorporou-se efetivamente ao senso comum para as mais variadas situações.

No caso da *Folha de S.Paulo*, a palavra *mensalão* tornou-se uma seção fixa. Isso por largo tempo, no decurso do escândalo político-midiático de 2005-2006. A *Folha*, aliás, podia lembrar que caso provado mesmo dessa coisa de *mensalão* era o do governo Fernando Henrique Cardoso, quando parlamentares confessaram que o projeto de reeleição tinha sido assegurado por R\$ 200 mil a cada um. Como disseram dois deputados do Acre, na edição de 13 de maio de 1997 da própria *Folha*, ao jornalista Fernando Rodrigues.

Curiosamente, ou explicavelmente, a mídia, então, não pediu CPI, não insistiu em apuração e a reeleição teve curso tranquilo. Fernando Henrique, reeleito, continuou a governar o Brasil, com as consequências conhecidas, inclusive estrangendo o país a recorrer ao FMI novamente, em janeiro de 1999, quando o Brasil *quebrou*.

O escândalo político-midiático foi sendo alimentado conscientemente desde maio de 2005, às vezes com material requentado, e tinha a pretensão evidente de alcançar as eleições de 2006. Qualquer análise mais detida pode constatar a existência de um jornalismo errático em todo esse período, já que o nítido objetivo político – desgastar Lula, o governo e o candidato a presidente – prejudicou enormemente o próprio esclarecimento dos fatos. Mais semeou confusão do que ajudou a esclarecer.

A velha mídia deixou o jornalismo inteiramente de lado, abandonou o trabalho de investigação, recolheu o que podia das CPIs em andamento, e tudo se transformou num festival de denúncias vazias, irresponsáveis, como a famosa matéria de *Veja* sobre os dólares cubanos que teriam financiado o PT. Inúmeras matérias, muitas delas querendo-se reportagens, flertavam com uma ficção de

baixíssimo nível, sem nenhuma preocupação com fatos, ou com verificações, checagens, essas coisas elementares – e diria, sadios – do jornalismo liberal.

Na construção da narrativa para aquele específico escândalo político, a mídia usou e abusou do adjetivo *suposto*. Como se com esse artifício estivesse anistiada para fazer todo tipo de acusação sem se comprometer, como se pudesse. Produziu inúmeras denúncias vazias, insinuou, acusou, fez ilações, generalizações, lançou suspeições a torto e a direito, desde que alcançassem sempre dirigentes do PT e membros do governo Lula.

Com isso, construiu quase que uma cláusula pétrea no desenvolvimento de sua cobertura: *a presunção de culpa*. Bastava ter qualquer indício, ou inventá-lo, para em seguida concluir que a pessoa envolvida era culpada. Se inocente fosse, cabia ao acusado correr atrás do prejuízo e tentar provar sua inocência. A mídia hegemônica tornou-se um tribunal de exceção e o cidadão brasileiro restou inteiramente desamparado.

O bombardeio contra o governo e contra o próprio presidente Lula foi intensificado entre os meses de julho, agosto e setembro de 2005, quando parecia que nada mais ocorria no país senão a crise que, naquela dimensão, fora construída inegavelmente pela mídia. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, chegou a ocupar mais de dois terços de seu tempo dedicados exclusivamente à crise. Artilharia pesada – e consciente do alvo a atingir.

Desenhava-se o quadro, insistia-se, de um país paralisado, engolfado numa crise terminal, o que absolutamente não correspondia à realidade. E os desdobramentos políticos demonstrarão isso: o Brasil caminhava, a vida do povo se modificava para melhor e não havia como esconder isso, apesar do tsunami midiático.

Antes mesmo da crise alcunhada *mensalão*, *Veja*, sempre ela, inventou, e não há exagero em dizer isso, a conexão das Farc com o PT em março de 2005. Entre maio de 2005 e janeiro de 2006, a revista produziu, na sua fúria antipetista, pelo menos vinte capas sobre o escândalo político do *mensalão*, todas destinadas ao desgaste do partido, do governo e do presidente Lula. A revista *IstoÉ*, um pouco menos: catorze capas. Dou esses dois exemplos, embora toda a mídia hegemônica tenha seguido na mesma linha. Sangrar e sangrar, até o fim. Ver até quando o cabra aguenta.

E *Veja*, bem, esta rasgou a fantasia. Restou nua, no meio da multidão. Fugiu inteiramente de quaisquer padrões jornalísticos, nem sequer simulou. A partidarição, a raiva contra o PT, contra o governo, contra Lula provocou um afastamento completo de qualquer vestígio de jornalismo, mesmo o liberal – este, como se sabe, reclama algum compromisso com a verdade. Pretende-se que a notícia seja ancorada em fatos, minimamente ao menos.

A revista perdeu qualquer dignidade, deixou de lado qualquer prurido ético: associou o PT a animais como burro e rato, formulou denúncias sem nenhuma comprovação contra familiares do presidente da República, inventou dinheiro ilegal proveniente da Colômbia e de Cuba para campanhas eleitorais do PT. Era o cangaceiro mais ousado e menos dado a considerações morais ou éticas. Levava a peixeira mais afiada. Não se impunha limites. Para ela, tratava-se de um vale-tudo.

O cangaceiro, peixeira em punho, extrapolou. Na edição de 17 de maio de 2006, publicou um falso dossiê com acusações graves contra o presidente Lula e outros integrantes de seu governo. O curioso – e criminoso – era que a própria revista, a evidenciar sua irresponsabilidade e sua fúria contra Lula, reconhece não ter conseguido comprovar o que publicara. Mas publicou.

Lula respondeu duramente ao falso dossiê: “crime, mentira, irresponsabilidade, leviandade, jornalismo de podridão”. Dessa vez, a revista fora longe demais. O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 17 de maio de 2006, condenou *Veja* por *denuncismo*, por ter como objetivo *desintegrar o governo*, e por agredir *as normas éticas*. O *Estadão*, como se sabe, nunca teve simpatia alguma pelo governo Lula. Considerou, no entanto, que *Veja* invadira sinal vermelho.

Para dizer de modo elegante, a mídia hegemônica, na campanha de 2006, evidenciou sua partidarização e, na cobertura, revelou um claro desequilíbrio entre Lula e os demais candidatos. Nessa operação de sangramento, antecipou muito a campanha eleitoral. A fúria moralista e as cobranças éticas feitas ao presidente da República e ao candidato Lula eram obviamente seletivas, uma vez que nem de longe ocorreram dessa maneira durante os oito anos do governo FHC, pródigo em pautas bastante sólidas para uma atitude jornalística investigativa. Nos principais jornais e nas principais revistas semanais de informação houve um número significativamente maior de matérias negativas sobre Lula em relação aos demais candidatos, e essa cobertura negativa atingiu o ápice às vésperas da realização do primeiro turno.

Um delegado da Polícia Federal, Edmilson Pereira Bruno, em São Paulo, fez fotos de dinheiro apreendido em mãos de pessoas vinculadas ao PT que serviria para a compra de um dossiê que incriminaria o PSDB na aquisição fraudulenta de ambulâncias à época em que José Serra era ministro da Saúde. Distribuiu as fotos para jornalistas da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Rádio Jovem Pan*, combinando com eles a versão de que as fotos haviam sido roubadas das mãos dele. Como se vê, uma ação de caso pensado, operação da Polícia Federal destinada a prejudicar o PT, a candidatura de Lula e levar a eleição para o segundo turno.

O delegado foi além: estabelecia como condição que as fotos (23) deviam chegar no mesmo dia ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Crime preme-

ditado. Sabia do impacto da dinheirama exibida na tela da tevê, era algo em torno de R\$ 1,7 milhão. O policial provavelmente integrava o que Leandro Fortes chamou “máquina de moer inimigos” montada dentro da Polícia Federal, sob direção tucana. Essa definição ele dera ao analisar o caso Lunus, operação que destruiu a candidatura Roseana Sarney em 2002. A operação podia resultar, como resultou, em levar a eleição para o segundo turno. Disso provavelmente sabiam o delegado e quem estava por detrás dele, e também os jornalistas, a quem nesse caso não se pode e não se deve dar o benefício da inocência.

Aqui, inocência é uma palavra indecente, ou imprópria, para ser mais elegante. Nessa campanha, de modo muito especial, prevaleceu uma atitude de hostilidade dos jornalistas da grande mídia com Lula, não há como esconder essa realidade. A maioria esmagadora dos profissionais da mídia hegemônica aderiu de corpo e alma ao antilulismo e ao antipetismo.

Não se podia mais acreditar numa ação orquestrada, sobretudo, pelos dirigentes da mídia, como ocorreu em 1989, quando o reportariado era simpático ao candidato Lula – e era constrangido a fazer a cobertura negativa. A partir especialmente de 1998, desenvolveram-se o antipetismo e o antilulismo dos repórteres jovens, características que ganharam intensidade muito maior a partir do episódio denominado *mensalão*, em 2005.

Aqui, o antilulismo e o antipetismo se alastraram viroticamente. Tornou-se modismo entre jornalistas ser contra Lula e contra o PT. A ideologia neoliberal fortaleceu essa moda. Quase não eram mais necessárias ordens vindas de cima para que Lula e o PT fossem combatidos, e para tanto os critérios do jornalismo, como a apuração rigorosa dos fatos, tornaram-se uma espécie de adereço. Mais valia a pauta preestabelecida, o teste de hipóteses, mais valia a versão orientada ao combate.

No primeiro turno, Lula teve 48,61% dos votos válidos, 46,6 milhões; e Geraldo Alckmin, 41,64%, com 39,9 milhões. A eleição foi para o segundo turno, com a ajuda decisiva da velha mídia, com o estardalhaço feito em torno do episódio montado pela Polícia Federal. As manchetes, as fotos, as edições do jornalismo impresso nesse caso guardavam impressionante semelhança. Não havia necessidade de nenhuma combinação prévia para que as edições se parecessem tanto. E a mídia televisiva seguiu na mesma esteira.

No segundo turno, as coisas não andaram como desejadas pela mídia hegemônica. Apesar de todo o esforço para derrotar Lula, este venceu com 60,83% dos votos válidos, 58,2 milhões, contra 39,17% de Alckmin, com 37,5 milhões, surpreendentemente menos votos do que obtivera no primeiro turno. A vitória, além dos aspectos estritamente políticos, evidentemente essenciais, indicava que acontecera, nessas eleições, um evidente descolamento

entre a opinião dominante da mídia e a opinião da maioria dos eleitores. O partido midiático sofrera outra derrota, e isso numa conjuntura em que jogou todas as fichas para derrotar o *seu* adversário: Lula.

A pretensão de que a opinião pública confundia-se com a opinião midiaticizada, dos jornais, tevês e emissoras de rádio, caía por terra de modo acachapante. Houve um evidente crescimento da cidadania, da consciência política da população, inclusive, e quem sabe principalmente, das camadas mais pobres. Estas, de modo especial, não estavam mais submetidas às ondas provenientes das elites pretensamente esclarecidas, tampouco da mídia hegemônica. A teoria da pedra no lago esvaíra-se. Os pobres construíram seu próprio esclarecimento, seus próprios critérios de avaliação, e decidiram a eleição para além da cantilena midiática, embora não apenas eles. Outros setores da sociedade se libertaram do discurso autoritário dos meios de comunicação hegemônicos.

Registre-se que a sociedade civil no Brasil, que viera se desenvolvendo desde a ditadura, cresceu muito com a institucionalização de diversas formas de participação popular fixadas na Constituição de 1988. Se fortaleceu também com o estímulo de tal participação sob o governo Lula, especialmente por meio das conferências municipais, estaduais, regionais e nacionais que mobilizaram centenas de milhares de pessoas e fizeram naturalmente crescer a consciência cidadã crítica de cada uma delas. Possibilitaram e aguçaram uma consciência crítica coletiva, pouco propensa a manipulações midiáticas.

Não se desconheça a importância que passaram a ter os blogs e sites da internet que remavam contra a maré da grande mídia. Esta, por sua partidização, por sua fuga completa de critérios jornalísticos, teve sua credibilidade posta em questão pela população antes mesmo do resultado eleitoral. Uma pesquisa realizada pelo Instituto GlobeScan, em março de 2006, ouvidas mil pessoas de nove regiões metropolitanas, constatou que 55% dos entrevistados não confiavam nas informações obtidas por meio da mídia, 80% afirmaram que a mídia imprensa exagera na cobertura das notícias ruins, 64% concordavam que raramente encontram na grande mídia as informações que gostariam de obter, 45% não concordavam que a cobertura da grande mídia fosse acurada e 44% declararam ter trocado de fonte de informação nos 12 meses anteriores por, simplesmente, ter perdido a confiança. Decididamente, como se vê, não era uma situação confortável.

Num balanço aligeirado, pode-se afirmar que as eleições de 2006 foram marcadas pela vitória da grande política, pela afirmação de um projeto, de um partido, da política de alianças, pela consolidação de uma grande liderança, Lula, pela volta por cima de uma crise político-midiática de grandes propor-

ções, que evidenciou, na sua superação, a visão crítica da sociedade brasileira. Esta recusou a visão *neoudenista* em andamento porque sentiu claramente o efeito positivo das políticas que provocaram mudanças substanciais na vida das maiorias. Compreendeu que a ética da política, desenvolvida pelo governo Lula, era bem maior e mais importante do que o barulho causado pelo escândalo político-midiático que fora colocado à sua frente.

A política do governo favorecia claramente os mais pobres, e era isso que, sobretudo, importava. Mas não bastava. A sociedade estava atenta também aos inegáveis esforços de Lula e seu governo no combate à corrupção, esforços que não deveriam nunca cessar. A ética da política deveria, também, comportar uma política clara de combate à corrupção, com o fortalecimento de todas as instituições destinadas a fiscalizar a aplicação do dinheiro público e a tornar a coisa pública inteiramente transparente. E isso foi feito pelo governo Lula desde o início, especialmente com a criação e fortalecimento da Controladoria-Geral da República.

Nesse balanço não se pode deixar de enfatizar a distância óbvia entre a opinião midiática e a opinião pública. Esta resolveu apostar no projeto político hegemônico pelo PT e liderado por Lula. O Brasil continuaria sua caminhada de mudanças.

2010: DILMA CONTRA OS MILLENARISTAS

Para que Estado, para que governo, para que três poderes, para que partidos e sindicatos, principalmente para que políticos e atividade política, se agora já existe essa maravilhosa imprensa, que pode fazer tudo isso melhor, mais rápido e mais barato, via Embratel e via Internet, e, ainda por cima, ao vivo e em cores? É a lógica política, a lógica do poder, o que predomina agora na orientação básica da imprensa, e não mais apenas a lógica econômica.
Perseu Abramo³⁴

Não creio tivesse Dilma, nos seus mais arrojados sonhos, a pretensão de um dia chegar à Presidência da República. Viera lá de trás, da arrojada aventura – e não se assustem com a palavra aventura, de que gosto muito, por indicar movimento –, da arrojada aventura de lutar contra a ditadura, pondo a vida em risco, enfrentando os dragões da maldade, disposta a tudo, e não se dobrando nunca. “*Se entrega, Corisco, eu não me entrego não...*”. E depois seguira pela estrada, sem se perder na caminhada, sempre à esquerda, contribuindo com seu país.

O susto do anúncio da candidatura feito por Lula em algum momento talvez não tenha sido tão grande. O arquiteto soubera dar sinais da possibilidade, aqui e acolá. Assustadora possibilidade. Dilma ajudara a governar, é verdade. Desde o Rio Grande do Sul. E agora, chefiando a Casa Civil do maior presidente da história do Brasil. Mas presidenta da República? Só da cabeça do Lula mesmo. Reagiu, reagiu e o tempo, tempo, tempo foi mostrando como o sonho podia se tornar realidade. Por insistência do arquiteto, que não era de desistir.

Não fora ele o grande susto da vida política brasileira, após séculos de mesmice, de elites governando? Não fora candidato por três vezes até o sonho

34. Idem, ibidem.

se materializar em 2002, na quarta tentativa, treze anos depois da primeira candidatura a presidente, em 1989? É, treze anos depois, justo o 13, número do partido que fundara 22 anos antes. Não fora ele o primeiro presidente operário da história do Brasil? E agora, pensou Lula, por que não ousar com uma mulher? Sabia-se navegando contra a corrente. Mas, pensou: e quando não fora assim na vida dele?

Em Dilma, a firmeza, a obstinação, aquela mania de perseguir objetivos com determinação, o impressionavam muito. Sabia: o segundo grande susto podia ser Dilma. Primeiro aquele espanto do operário. Agora, o assombro da mulher. Observava as reações. Ninguém se atrevia a muxoxos em sua frente. Pisou no acelerador e transformou-a em candidata depois de quebrar resistências, mostrar o quanto havia de novidade na proposta, de revolucionário, um novo marco civilizatório para o país: uma mulher dirigindo os destinos de uma nação do tamanho do Brasil. Isso nunca acontecera antes.

Não só por ser mulher – mas também por ser mulher. O PT o convenceria ao longo da vida do machismo entranhado na sociedade brasileira. Do predomínio de uma visão patriarcal. Da exclusão das mulheres no terreno da política. Tratava-se agora de ir fundo, de ousar lutar, ousar vencer, derrubar altares, sacudir pilares de uma sociedade mandada, dirigida apenas pelos homens. Dilma presidenta poderia, senão sepultar, ao menos abalar, e profundamente, nossas seculares estruturas machistas.

Além disso, Lula sabia do caráter de Dilma, da lealdade ao projeto político da revolução democrática em andamento. Na Presidência, daria continuidade às mudanças profundas que o Brasil experimentara até ali. Lula refletia sobre o quanto o país havia mudado desde sua eleição em 2002, o quanto havia conseguido de melhorias nas condições de vida do povo, dos mais pobres, especialmente dos mais pobres. Queria só isso: sua sucessora devia continuar todas aquelas políticas cujas repercussões atingiram generosamente a qualidade de vida dos mais pobres. E ele guardava no coração a certeza de que Dilma o faria. Ela era a melhor alternativa de que o PT dispunha. Tinha convicção disso. E não se impressionava com os números iniciais das pesquisas, que indicavam o candidato José Serra como favorito.

Foi só o nome ser insinuado, não propriamente lançado, e as desqualificações tiveram início. Pela mídia, a velha mídia, é claro. Utilizando-se de suas fontes tradicionais. A mídia e suas fontes pretendiam assustar Dilma. É muito provável que os adversários não a conhecessem bem. Talvez estivessem contaminados pela ideologia tradicional sobre a mulher, aquela incapaz de suportar trancos muito fortes, a fraquejar diante do trovejar masculino.

Como diria o velho Brizola, estavam rotundamente enganados. De ainda quase menina, sempre soube da luta. Gosta de um provérbio de larga utilização no Rio Grande do Sul, por onde andou muitos anos: “Não tá morto quem peleia, disse a ovelha, cercada por 50 cachorros”. Nas Minas Gerais deve ter se inebriado com Milton Nascimento: “Nada a temer senão o correr da luta, nada a fazer senão esquecer o medo”.

Em Dilma, coragem é um atributo a socorrê-la sempre nos momentos decisivos. Não se sabe, ninguém sabe, que pensamentos passavam pela cabeça de Dilma ao olhar o cenário. Quem sabe, talvez cotejasse trajetórias – a sua e a de Serra.

Em tese, era possível admitir uma contenda civilizada, de bom nível, discussão de projetos para o país, mesmo diferentes, como haveriam de ser. Afinal, o adversário havia sido ex-presidente da UNE, exilara-se, fora o principal coordenador da organização revolucionária Ação Popular em Santiago do Chile antes de Allende ser deposto pelas armas assassinas do general Pinochet. Ela percorrera caminhos diferentes, pois era de outra uma geração, mais nova.

Esteve na linha de frente do combate direto à ditadura, primeiro no Comando da Libertação Nacional (Colina), depois na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Comeu o pão que o diabo amassou. Presa em janeiro de 1970, torturada por 22 dias ininterruptos, só foi solta no final de 1972. Os dois, cada um a seu modo, percorreram as estradas ásperas do combate à ditadura – as de Dilma muito mais ásperas. Seguiram caminhos diversos após o domínio dos militares. Serra enveredou para a direita, celereamente, encantado com o neoliberalismo. Dilma, sempre à esquerda. Diferentes, muito diferentes. A contenda civilizada era só uma tese. Não aconteceria. O jogo seria duro.

Dilma provavelmente não esperasse uma mídia tão raivosa, tão deliberadamente contra ela, tão preconceituosa, tão capaz de ardis e malabarismos para tentar derrotá-la. Sim, sabia da ofensiva desenvolvida contra Lula, desde 2005, sobretudo, quando explodiu o caso rotulado de mensalão. Mas imaginava uma cobertura minimamente responsável, nem que eventualmente pendesse mais para o adversário. Fosse o que fosse, pensasse o que pensasse Dilma, a mídia hegemônica tinha posições claras a respeito da sucessão. Iria continuar a combater de modo intransigente o projeto político que se iniciara em 2003, com a posse de Lula. Havia sido derrotada duas vezes, não queria um terceiro revés.

A insistência em recorrer a exemplos girando principalmente em torno da *Folha de S.Paulo*, cujo comportamento na eleição de 2010 foi analisado com rigor por Jakson Ferreira de Alencar em *A ditadura continuada: fatos,*

factoides e partidatismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff (2012), não pode e não deve obscurecer o fato da performance quase homogênea da mídia hegemônica, cujo discurso político e práticas têm sido unitários, voltados ao combate ao projeto político em andamento desde 2003. A uniformidade na grande mídia só foi quebrada pelos telejornais da Rede Record e pela revista *IstoÉ*, sem que seja necessário ressaltar a postura independente, já antiga, de *CartaCapital*.

INSTITUTO MILLENIUM

Vamos nos entender: nas eleições de 2010, a mídia hegemônica não atuou de modo espontâneo. Digo isso, e volto: será que o fez em algum momento de nossa história recente? Nessas eleições, atuou de caso pensado, planejado: tratava-se de dar uma ordem unida para um combate sem tréguas ao presidente Lula, ao seu governo e à sua candidata. Claro que os cultores da ideia de que o jornalismo faz “cobertura” dos acontecimentos irão perguntar de onde se tira essa presunção, qual a base para essa afirmação, que fato pode lastrear tal formulação. Vamos então tentar responder a isso para evitar a acusação de visões conspiratórias. Temos defendido ser o jornalismo brasileiro, *lato sensu*, um partido político, tal e qual o pensava Gramsci. O fato ao qual vamos nos referir evidencia isso.

A ordem unida ao partido midiático foi dada em encontro realizado em São Paulo, no dia 1º de março de 2010, denominado pomposamente 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão. Pelo nome, podia até enganar incautos. Pensando bem, difícil o fizesse, especialmente porque se cobrou uma taxa de R\$ 500 por participante. Ali, só foi quem tinha negócio. Promovido pelo Instituto Millenium, cuja autodefinição é a de não ter vinculação político-partidária e ter como objetivo promover a democracia, a liberdade individual, a propriedade privada e a economia de mercado. O encontro pretendeu ditar os rumos de toda a cobertura para o enfrentamento das eleições presidenciais.

A velha mídia rasgou a fantasia. O jornalismo, ora, o jornalismo, fosse mandado às favas. Importante mesmo era derrotar o PT, evitar a vitória de Dilma – se ela vencesse, vociferavam os barões midiáticos, seria o terceiro mandato petista –, um escândalo.

Os anfitriões do encontro: Roberto Civita, da Editora Abril, Otávio Frias Filho, da *Folha de S.Paulo*, e Roberto Irineu Marinho, da Rede Globo, magnatas do oligopólio midiático. Volto: não é que houvesse novidade. No entanto, com o Instituto Millenium, a articulação golpista da mídia assumia uma natureza mais orgânica, mais escancaradamente política. Definia-se, sem

tergiversações possíveis, uma central política e ideológica destinada a fazer um combate sem tréguas ao específico projeto político em curso no país.

Não há dúvida de que o Instituto Millenium flerta abertamente com um passado. Inspira-se no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), ambos financiados pelos EUA a partir do final dos anos 1950, início dos 1960, ambos dedicados a estimular e a articular o golpe de 1964. Toda a ideologia dos dois institutos era fundada no combate ao “avanço do comunismo”. Artigos e informações provenientes do Ipes/Ibad eram publicados em diversos jornais, criando o cenário favorável ao golpe. O Millenium, nitidamente inspirado em seus antecessores, faz um combate organizado contra as experiências dos governos progressistas da América Latina.

Tem obsessão pelo combate a Lula. Como tinha por Chávez quando vivo. Não gosta de Evo Morales, Rafael Correa, Pepe Mujica nem de Cristina Kirchner. De ninguém afinado com ideias progressistas. Constituiu-se numa organização de direita, dirigida por poderosos meios de comunicação dispostos a fazer de tudo para pôr seus propósitos em prática. Esse encontro, de março de 2010, foi a bússola para o que aconteceria durante todos os meses seguintes, até o segundo turno. Deu régua e compasso para a tentativa de construção de um cenário antiDilma.

O Instituto Millenium conta com especialistas, se a estes for possível qualificar assim: José Nêumanne Pinto, Roberto DaMatta, Rodrigo Constantino, para citar alguns. O contingente é comandado por Eurípides Alcântara, diretor de redação de *Veja*, onde semanalmente se reproduz o ideário completo do Millenium. O subcomandante é Antonio Carlos Pereira, editorialista de *O Estado de S. Paulo*. A dupla representa dois dos quatro conglomerados de mídia que formam o quartel-general político-ideológico da entidade: a Editora Abril e o Grupo Estado. Os outros são as Organizações Globo e a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS). Todo ano, o Millenium promove o Dia da Liberdade de Impostos e organiza debates sobre democracia e liberdade de expressão. Para tais promoções, conta com Marcelo Tas, da Band, e Diogo Mainardi e Reinaldo Azevedo, ambos de *Veja*.

No Brasil, as forças de direita não gostam de ser chamadas de direita. Não saem do armário. No entanto, é preciso chamar as coisas pelo seu nome. O Instituto Millenium é uma organização de direita. Alguns dos seus integrantes mais idosos participaram entusiasticamente das Marchas da Família com Deus pela Liberdade que deram base social ao golpe de 1964. Depois, claro, apoiaram a ditadura. Outros, mais jovens, construíram carreiras, principalmente na mídia, e fizeram fortuna com um discurso tosco de criminalização da esquerda, dos movi-

mentos sociais, de minorias, e contra qualquer política social, como Bolsa Família e cotas nas universidades. Uma organização de direita. Melhor se definisse assim. Não precisaria gastar muito latim para se identificar.

O fórum contou com o apoio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap).

Por lá, pelo fórum do Instituto Millenium, andaram figuras conhecidas de nossas noites. Como Jabor, ele, o Arnaldo. Durante sua conferência, travestiu-se de psicanalista-sociólogo, disse conhecer a cabeça dos comunistas, esses seres perigosos, hoje no poder – é porque ele acredita, não sei se seriamente, num PT totalmente aparelhado por comunistas. “Fui do PC, e isso (*cabeça de comunista*) não muda, é feito pedra”. Um nível de fazer inveja a Freud, como se vê. O problema, prosseguiu nosso psicanalista, é que os petistas (= comunistas) “se consideram superiores a nós, donos de uma linha justa, com direito a dominar e corrigir a sociedade segundo seus direitos ideológicos”. E anuncia o apocalipse se a velha mídia não derrotar a candidata Dilma:

Minha preocupação é que, se o próximo governo for da Dilma, será uma infiltração de formigas neste país. Quem vai mandar no país é o Zé Dirceu e o Vaccarezza. A questão é como impedir politicamente o pensamento de uma velha esquerda que não deveria mais existir no mundo (*informação verbal*)³⁵.

Vejam: uma esquerda que não deveria mais existir no mundo. Assume posição de comando, ares de general comandando tropas, definindo diretrizes de atuação, criticando, vejam só, a timidez da imprensa brasileira com os perigosos comunistas do PT – e ainda há quem pretenda ver na velha mídia alguma tentativa *habermasiana*³⁶, republicana, seguidora de mínimos padrões liberais. No caso brasileiro, essa ilusão é fonte de muitos erros, na política sobretudo. Jabor, o Arnaldo, não fala por si. Ecoa vozes ancestrais e atuais, repõe a casa-grande na atualidade, o medo de que esses comunistas possam ser reeleitos pelo zé-povinho que nada sabe:

O perigo maior que nos ronda é ficar abstratos enquanto os outros são objetivos e obstinados, furando nossa resistência. *A classe, o grupo e as pessoas ligadas à imprensa têm de ter uma atitude ofensiva, e não defensiva*. Temos de combater os indícios,

35. Informação dada em palestra de Arnaldo Jabor durante o 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, ocorrido em 1º de março de 2010, em São Paulo.

36. Aqui, pode-se vislumbrar a teoria da ação comunicativa de Habermas, na qual o autor reflete sobre o papel do processo comunicativo. Segundo tal teoria, a comunicação é utilizada pela esfera do poder (na qual estão inseridos o Estado e a política) e do mercado (dinheiro) para gerar comportamentos úteis. Assim, quem profere a comunicação tem por objetivo produzir uma ação em quem é seu interlocutor.

que estão todos aí. O mundo hoje é de muita liberdade de expressão, inclusive tecnológica, e isso provoca revolta nos velhos esquerdistas. Por isso tem de haver um trabalho *a priori* contra isso, uma atitude de precaução. Senão isso se esvai. *Nossa atitude tem de ser agressiva* (IDEM).

Outro deles, Demétrio Magnoli, a quem foi conferida a honra de abrir o encontro, quis dar-se ares de originalidade ao analisar o PT, definido por ele como um aparato controlado por sindicalistas e castristas, a pretender, vejam só o perigo, a retomada e restauração de um programa remanescente dos antigos partidos comunistas. Nada mais distante do PT – seja na sua origem, menos ainda na atualidade. Outro palestrante, a se querer filósofo, Denis Rosenfield, enxerga o PT como uma assustadora ameaça à liberdade de imprensa e como uma organização a favor do stalinismo.

Reinaldo Azevedo chama a tigrada para a luta: “Na hora em que a imprensa decidir e passar a defender os valores que são da democracia, da economia de mercado e do individualismo, e que não vai se dar trela para quem a quer solapar, começaremos a mudar uma certa cultura”³⁷.

Ainda em março de 2010, durante o mesmo evento, a presidenta da ANJ – e superintendente da *Folha de S. Paulo* –, Judith Brito, deu declaração sincera a respeito do papel da mídia hegemônica:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, *esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada* (IDEM)³⁸.

37. Informação proferida palestra de Reinaldo Azevedo durante o 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, ocorrido em 1º de março de 2010, em São Paulo

38. Informação dada em palestra durante o 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, ocorrido em 1º de março de 2010, em São Paulo

OPERAÇÃO TEMPESTADE NO CERRADO

De que liberdade se está falando, afinal de contas? Quem tem efetivamente, liberdade de expressão e de imprensa no Brasil, hoje?

Quem, de fato, goza de liberdade de transmitir o que quer, quando e como quer, do jeito que quer; de escolher, selecionar, resumir ou ampliar – às vezes, distorcer – informações e opiniões? É o conjunto da sociedade, é o conjunto da população, por acaso? Os que querem realmente construir uma sociedade efetivamente democrática precisam lutar para que também a comunicação social seja democrática, de forma que todos, e não apenas algumas minorias privilegiadas, possam informar e serem informadas e manifestar suas opiniões.

Perseu Abramo³⁹

Após o Fórum do Instituto Millenium, foi deflagrada a Operação Tempestade no Cerrado, cujo início se deu já na primeira quinzena de março. A inspiração vinha da “Tempestade no Deserto”, operação desencadeada pelos EUA em fevereiro de 1991 na guerra do Iraque, e cujo número de mortes alcançou cerca de 70 mil pessoas. As redações da Editora Abril, de *O Globo*, do *Estadão* e da *Folha de S.Paulo*, das emissoras ligadas a tais organizações, receberam ordens rigorosas e claras: oposição total ao governo Lula, combate sem tréguas à candidatura de Dilma e ao PT. Aplicar a orientação tirada pelo Millenium.

Houve quem, aqui e ali, nos “aquários” onde os editores receberam as orientações, ponderasse, lembrasse do jornalismo, aquela coisa de dois lados,

39. “Um novo modelo de comunicação social”, artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, de 21 de maio de 1986. Constante do livro *Um trabalhador da notícia* – Textos de Perseu Abramo. Bia Abramo (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 298.

nem que minimamente, algum republicanismo, checar os fatos. Não se aconselhava ser partidário a ponto de sacrificar alguma responsabilidade com os fatos. Que fatos, que nada. Não se admitiam tergiversações. Assim reagiam os chefes dos “aquários”. Era seguir a cartilha. E ponto.

A cartilha, repassada verbalmente, incluía manter permanentemente nos portais informativos da internet qualquer denúncia contra o governo Lula; produzir manchetes de impacto nos jornais e revistas; utilizar fotos que ridicularizassem o presidente e sua candidata; associar Lula a supostas arbitrariedades cometidas em Cuba, Venezuela e Irã; recomendava ainda elevar o tom nos editoriais; provocar o governo ao máximo, e qualificar de censura qualquer reação; selecionar dados supostamente negativos na economia, e isolá-los do contexto para causar impacto; trabalhar os ataques de maneira coordenada com a militância paga dos partidos de direita e com as áreas do Ministério Público alinhadas com a oposição e utilizar ao máximo o poder de fogo dos articulistas. Além de tudo isso, ressuscitar o *Mensalão* de 2005, explorá-lo à saciedade. De quebra, lembrar os *alopradados*.

A Tempestade no Cerrado, no entanto, tem antecedentes. Era uma tempestade anunciada. Que se recorde a atuação da *Folha de S.Paulo*, o mesmo jornal capaz de qualificar a ditadura de ditabranda⁴⁰. Compreensível: todo o Grupo Folha foi defensor ativo da mesma ditadura. Curioso ver arremedos de autocrítica, como o fez a Rede Globo, e também o feito pela própria *Folha*⁴¹.

A *Folha de S.Paulo* entrou de cabeça na campanha contra Dilma, não importando os métodos – os fins justificavam os meios. Os fins eram a vitória de Serra, a derrota de Dilma, o esmagamento do PT e de Lula. Ambiciosos fins, e para tanto, quaisquer meios valiam. A ética jornalística, ora, que fosse às favas. Desempenhou papel de vanguarda das forças conservadoras do país.

No dia 5 de abril de 2009, o jornal publicou longa matéria, com direito a chamada na primeira página, sob o selo, ou retranca, ou chapéu denominado *história* – essa, pobre coitada, sacrificada no altar do partido midiático, mergulhado em sua obsessão de derrotar o projeto político em andamento. A matéria era sobre a ministra Dilma Rousseff. A intenção óbvia era caracterizá-la como terrorista – era muito perigoso, arriscado ter uma presidenta com tal marca, com tal passado, era essa a mensagem não tão cifrada a ser passada.

A longa matéria suaviza a ditadura, fala em dois lados, dando aos generais a legitimidade nunca negada pelo jornal. De um lado, nesse trabalho jornalístico, estava a ordem, fontes militares às quais se dava autoridade, como

40. A *Folha de S.Paulo* usou essa expressão em editorial de 7 de fevereiro de 2009. Na opinião do veículo, o regime brasileiro foi mais brando e matou menos pessoas do que outros praticados na América Latina.

41. “Apoio editorial ao golpe foi um erro”, editorial de *O Globo*, em 31/08/2013, com leitura no *Jornal Nacional* na mesma data. Editorial da *Folha de S.Paulo*, de 30/03/2014, página 2, também ensaia autocrítica, mais tímida do que a do *Globo*.

se tivessem chegado àquelas condições pelo caminho da mais absoluta legalidade. De outro lado, a terrorista, a desordem, o crime. Em síntese, a criminalização da resistência à ditadura. E o gancho da matéria seria a tentativa de vincular Dilma ao planejamento do sequestro do então ministro da ditadura Delfim Netto.

Aí, a *Folha* desdobra suas pretensas armadilhas contra a ministra, sempre com o objetivo de desgastá-la, já conhecendo naturalmente sua condição de possível candidata à Presidência. Planta, e a palavra só pode ser essa, uma ficha falsa de Dilma, dada como proveniente do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) paulista. Com a ficha, tenta vinculá-la à realização de ações armadas, coisa de que a atual presidenta não foi acusada nem pela própria ditadura. Dilma se irrita com o interrogatório da repórter Fernanda Odilla – e não uso “interrogatório” por descuido ou tentação panfletária. Não. A entrevista realizada por ela tem essa característica. E Dilma reage duramente a isso: “Eu nunca fiz uma ação armada e se tivesse ação armada eu estaria condenada por isso” (2009).

A ficha era rigorosamente falsa, como se comprovou depois, sem que a *Folha de S.Paulo* tivesse a dignidade de fazer uma autocrítica séria. Para não ficar sem dizer nada, afirmou que podia ser falsa, podia ser verdadeira. Que jornalismo é este que à guisa de reportar-se à história, pobre história, falsifica acontecimentos, inventa uma ficha, distorce falas, anistia a ditadura, criminaliza a resistência? Antonio Roberto Espinosa, companheiro de Dilma na VAR-Palmares, tentou, de todas as maneiras, mais de uma vez, fazer com que o jornal retificasse o que se pretendia imputar a Dilma por conta de declarações dele, deturpadas grosseiramente pela *Folha*, especialmente no que diz respeito à suposta participação de Dilma no planejamento do sequestro de Delfim Netto, que não ocorreu. Nunca conseguiu.

Essa compreensão geral sobre a ditadura era comum aos demais meios de comunicação. Eles nunca hesitaram em caracterizar a resistência como crime e terrorismo, deixando de lado a origem golpista, ilegal do regime militar, e o seu caráter intrinsecamente violento; aí, sim, terrorista, capaz de prender, torturar, matar pessoas e desaparecer com elas. A mídia foi, no decorrer da ditadura, caixa de ressonância favorável aos crimes cometidos por ela, dando as mortes nas torturas como atropelos, como confronto entre companheiros e tantas outras desculpas sem nexos.

Desse crime a mídia hegemônica nunca há de se livrar. Se essa compreensão geral da velha mídia já é antiga, mais exacerbada se tornou na campanha de 2010. Afinal, a candidata era ex-militante da esquerda armada. Até o pensamento liberal reconhece como legítimo o direito à resistência armada diante

de um regime arbitrário e ilegal, como era nitidamente o caso da ditadura de 1964, originária de um golpe. Mas, para a nossa velha mídia, não. Resistir era crime. Cabia respeitar a ordem. Não importando que ordem.

A ALQUIMIA MIDIÁTICA

Como disse em outras ocasiões, a velha mídia, não tendo fatos novos – e a ela pouco importam os fatos –, vai à sua cozinha, requeenta que requeenta, e traz de volta assuntos já abordados como se novos fossem novos. A revista *Época*, na esteira da matéria da *Folha de S.Paulo*, em 16 de agosto de 2010, já no auge da Operação Tempestade no Cerrado, exhibe matéria sobre a Dilma da luta armada, com apimentada chamada de primeira página: “*O passado de Dilma – Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar, seu papel na luta armada contra o regime*”. Matéria de catorze páginas, não apresenta novidades, mas cumpre a função da caracterização da candidata como perigosa terrorista. Pretende-se, num equívoco completo, transpor o “perigo” por ela representado àquela ordem violenta e autoritária para 2010, a insinuar possa, uma mulher assim, quem sabe, impor uma “ditadura de esquerda” no país.

A caracterização da matéria, desde o título, é essencialmente falsa. Dilma nunca renegou seu passado revolucionário. Nem mudou de lado. Apenas não tem por que viver a relembrar aqueles momentos. Os tempos são outros. A democracia foi conquistada. A custa de muito sangue. Pela luta da população brasileira. Provocada, Dilma tantas vezes denunciou a tortura, relatou o suplício que enfrentou durante 22 dias ininterruptos. Naturalmente, sempre se irritou com o volume de mentiras sobre ela. Participasse de ações armadas contra a ditadura, estaria exercendo o sagrado direito dos povos à resistência a regimes arbitrários. Não o fez, por circunstâncias de seu tempo e de sua organização, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Nesse ano de 2010, na Operação Tempestade no Cerrado, a velha mídia oscilava entre a superestimação do perigo representado por Dilma no combate à ditadura e a subestimação de sua intervenção na vida política do país *a posteriori*. No primeiro caso, malgrado fosse pelo viés negativo, engrandecia Dilma, tornava-a até maior do que efetivamente fora, dirigente de ações não realizadas, cérebro privilegiado da esquerda armada. No segundo caso, era apresentada como *o poste* do Lula, como uma invenção tirada da cartola dele, sem nenhuma vida própria, como se não tivesse continuado a atuar na vida pública – como de fato continuou, depois da derrota da ditadura. Naquele momento mesmo, era a principal figura do ministério do governo Lula.

Na Operação Tempestade no Cerrado, o “mensalão” tornou-se uma

pauta permanente, como continua a ser até os dias de hoje com intensidade. O trabalho da mídia hegemônica, nesse caso, longe de explicar, só confundiu. O esforço dirigiu-se e se dirige-se à ideia de que os réus devem ser condenados e presos. Concentra seu foco naqueles vinculados ao PT, e nesse propósito tem contado ao menos com alguns ministros do STF, declaradamente de posições políticas antagônicas ao projeto político em curso no país.

Curioso observar a mídia hegemônica cobrando do PT cuidado com suas origens, como se fosse advogada de um PT autêntico. Na matéria da *Folha de S.Paulo*, intitulada “Campanha de Dilma não dá espaço para o PT de raiz” (*Folha de S.Paulo*, de 4 de abril de 2010), afirma-se não existirem militantes do PT do tempo de sua fundação na campanha de Dilma. Estes, como a *Folha* gosta tanto de dizer, “teriam sido abatidos pelos escândalos de corrupção do governo”.

No mesmo número, ao lado da matéria crítica sobre o PT, o jornal edita outra sob o título “Serra chama o mesmo grupo que o ajudou quatro anos atrás”. Não são matérias equivalentes, obviamente, embora seja pretensão da *Folha* demonstrar isso. Para o PT, utiliza-se o critério temporal de trinta anos. Para o PSDB, quatro. Não seriam alcançados, assim, os muitos personagens envolvidos em notórios escândalos de corrupção no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Dia seguinte, 5 de outubro de 2010, ainda na *Folha*, tira-se da algibeira assunto de 2006, jogando-se todo o veneno possível: “Juiz diz que ‘aloprado’ levou mala de dinheiro”. E a *Folha* não se envergonha de buscar, no dia 6 de abril de 2010, tudo em sequência como se vê, uma fonte para fortalecer sua posição: “Vamos ressuscitar ‘os alopados’, diz tucano”. A fala é de ninguém menos que o senador Sérgio Guerra, e ganhou manchete do jornal. Um *release* de campanha de Serra não faria tanto.

“Mensalão” e “aloprados” irão se revezar em presenças constantes na velha mídia, na tevê, nas emissoras de rádio, páginas inteiras de jornais e revistas, ocupação de horário nobre. Há uma óbvia unidade entre o discurso do partido midiático e o dos partidários de Serra e do próprio Serra. Marina Silva é tratada com muita indulgência, quase reverência, nada diferente dos dias atuais. Isso também beneficiava Serra: podia garantir segundo turno. A mídia hegemônica, em campanhas, sempre trabalhou fazendo cálculos políticos. E em 2010, insistiu sempre nas divisões do PT e na base aliada. Era como se houvesse um lado, o de Dilma, completamente rachado, e outro, o de Serra, unido e forte, sem rachas ou divisões.

Divergências no PT e na base aliada são próprias da política. Nada, no entanto, que comprometesse a unidade do projeto nem da campanha. Dife-

rentemente da campanha tucana, na qual até as pedras sabiam do envolvimento apenas protocolar do senador Aécio Neves na campanha de Serra. A força de Dilma e a coesão construída implicaram na reunião do maior número de partidos em torno de uma candidatura a presidente desde o fim da ditadura. A mídia brigava com os fatos. Ou tentava construí-los a seu modo.

As confusões da coligação de Serra para achar o vice ideal é um desses exemplos. O PSDB pensou primeiro em Aécio Neves. Houve um particular esforço da mídia imprensa para isso. O mineiro nem quis saber. Tudo certo, então, e José Roberto Arruda, governador de Brasília, do DEM, apareceu como o nome ali por volta de setembro de 2009. Caiu com o mensalão do DEM. Foi parar na prisão. Refugiu-se em Álvaro Dias. Caiu com a pensão que recebia, de ex-governador.

O PSDB acabou então por escolher Índio da Costa, decisão que Jânio de Freitas definiria como o ato mais irresponsável de toda a sucessão presidencial. Afinal, o jovem político não tinha quaisquer credenciais de talento especial ou maior competência, e era reconhecido como atrabiliário e violento. Para dizer o mínimo, é amigo íntimo do deputado Jair Bolsonaro, a dispensar quaisquer outras referências. E, para a mídia hegemônica, tudo se deu na mais absoluta normalidade. Na leitura particular feita pela imprensa, confusão era no território da candidata Dilma.

A DISTORÇÃO DOS FATOS

Merval Pereira, incansável militante oposicionista, tentava colar em Dilma o título de “laranja do Lula”. Era a tentativa de desqualificar a candidata. O povo sempre simpatizou com a ideia de continuidade do projeto encabeçado por Lula. Valia pouco a tentativa, de eficácia zero. Falar de Dilma como ligada a Lula só a fortalecia. E, ao mesmo tempo, a população ia percebendo as qualidades da candidata. A cartilha do Millenium continuava sendo seguida à risca. Uma técnica antiga – repetir uma mentira muitas vezes até tornar-se verdade, à Goebbels⁴² – era utilizada por muitos colunistas do Millenium, diretamente associados ou não.

Tais colunistas chegavam a exageros na distorção dos fatos. Em 2 de maio de 2010, a *Folha de S. Paulo* – e ela nunca estava só, é importante ressaltar, o que vale para ela também vale para os demais – apresentava uma Dilma em dificuldades, caminhando de tropeço em tropeço. Em contrapartida, a matéria dava um Serra como “muito provavelmente numa linha ascendente”. Quando não pode afirmar, quando não pode recorrer a fatos – e estes normal-

42. Ministro da propaganda nazista, foi um dos responsáveis por todo o aparelhamento e uso dos meios massivos na divulgação das ideias e da ideologia de Hitler.

mente pouco importam à mídia hegemônica, como tenho insistido –, há o recurso ao “provavelmente”. É a covardia do texto, o sujeito evadindo-se dos fatos. Não sendo verdadeiro, o autor poderá argumentar não ter afirmado categoricamente. Elio Gaspari, neste comentário, ironiza: “Ganha uma viagem de ida a Cuba quem puder escrever 20 linhas sobre o tema ‘O que ela traz de novo’”. Desrespeito, deboche, desqualificação da mulher, tudo junto.

A mídia batia noutra tecla: o despreparo para os debates. Quando dos debates, mais tarde, Dilma vai desmontar Serra e mostrar que não tinha medo de cara feia e, mais ainda, estava preparada para qualquer tipo de debate.

No lançamento de Serra, em 11 de abril, é destacado como tendo uma cara só (ele caracterizava Dilma como tendo muitas caras), defensor de um Estado ativo, mas “enxuto”, com capacidade de investimento, e como quem não iria acabar com o Bolsa Família – que agora não seria besta de dizer o contrário. Tudo isso está na *Folha de S.Paulo* de 11 de abril. O jornal insiste no tema luta armada: lembra o passado de Serra como presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas como quem não participou da luta armada – tudo acertado, combinado, tudo na linha do Millenium.

Diferente o comportamento quando da convenção de lançamento da candidatura de Dilma. A *Folha de S.Paulo* de 14 de junho traz manchete sintomática da linha adotada: “*À sombra de Lula, Dilma promete ‘alma de mulher’*”. Dilma, apenas uma sombra do presidente Lula. E na matéria ainda arriscava uma opinião de Lula, tirada ninguém sabe de onde, sobre a incapacidade de Dilma de empolgar.

Curioso observar o tratamento carinhoso, superlativo com as obras e os planos de expansão do metrô de São Paulo até 2014, como faz a *Folha de S.Paulo* em 25 de maio. O mesmo metrô que há pouco ocupou o noticiário pelo volume inigualável de recursos desviados dos cofres públicos – e só ocupou graças ao esforço, insistência, dedicação da revista *IstoÉ*.

A campanha ainda surpreenderia com a tentativa recorrente de envolver Dilma em assuntos religiosos. Seguidamente, ela era questionada sobre sua convicção religiosa – dissera pertencer à Igreja Católica – diferentemente da atitude frente ao candidato Serra, a quem se dá o benefício da certeza de sua fé cristã.

Nada feito por Dilma, mesmo positivo aos olhos do cidadão comum, aparecia como tal para a mídia, cuja cobertura, se é possível chamar assim, sempre esteve envenenada pela decisão política da Operação Tempestade no Cerrado. A *Folha de S.Paulo*, em 15 de maio, estampa o título: “*Mães de santo abençoam católica Dilma*”. Em seguida, no subtítulo: “Presidenciável do PT vai a uma missa pela manhã e ao dia de Oxalá à noite”. Como se fosse erro um

candidato estar presente em diferentes solenidades religiosas, atitude própria de qualquer político consciente da natureza laica do Estado.

No repositório de fontes, a mídia busca as identificadas com seus objetivos. A vice-procuradora-geral eleitoral Sandra Cureau era sacada a todo instante – afinal nunca fez questão de esconder sua posição nitidamente partidizada, contra o PT e contra o governo do presidente Lula e, por extensão, contra Dilma. Em matéria de 25 de maio, também da *Folha de S. Paulo*, a procuradora ocupa lugar no *lead*: “A candidatura da ex-ministra Dilma Rousseff caminha para ter problemas já no registro e, se eleita, na sua diplomação”. Parafraseava Carlos Lacerda do início dos anos 1950: “O senhor Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”. Nenhum dos dois viu seus vaticínios cumpridos.

A TERCEIRA VITÓRIA

Eles cruzam e recruzam seus monopólios e oligopólios vertical e horizontalmente, multiplicam ilimitadamente suas empresas, repassam impunemente as concessões recebidas, de pais para filhos, parentes, apaniguados, sócios e terceiros, como se fossem proprietários do espaço hertziano. E, não contentes, se valem de todo esse poder para arrancar mais e mais concessões do Estado. É indispensável transformar radicalmente essa situação. (...) Devem ser estabelecidos mecanismos ágeis e eficazes de efetivo controle social, público, democrático, sobre o desempenho da imprensa. (...) A sociedade deve, sim, pressionar o Legislativo e principalmente o Executivo para que promovam a democratização da comunicação, mas em benefício de toda a população, e não apenas de alguns poderosos grupos oficiais ou privados.

Perseu Abramo⁴³

Seguramente, a mídia hegemônica ficou à beira de um ataque de nervos a partir de pesquisa de opinião divulgada na edição da *Folha de S.Paulo* do dia 21 de agosto de 2010. Dilma abria 17 pontos de vantagem sobre José Serra. Com tal resultado, a candidata podia ganhar no primeiro turno. Raiva, desapontamento, ranger de dentes. Como é que um *poste* inventado por Lula ultrapassava tão largamente o candidato tão mais bem preparado, tão mais experiente que na visão anterior dela, mídia, quase não havia cometido erros?

Nesse momento, a mídia imprensa distribui bordoadas sobre a condução da campanha de Serra, dizendo dos graves erros cometidos, agora desco-

43. “Comunicação democrática”, artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 30 de maio de 1995, presente no livro *Um trabalhador da notícia* – Textos de Perseu Abramo. Bia Abramo (org.), São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 306.

bertos. Claro, dizia a mídia dizia, era possível um milagre, uma reviravolta, e ela quase prometia a Serra e seus coordenadores de campanha: quanto a nós, não se preocupe; faremos de tudo e um pouco mais para propiciar o milagre, tudo ao nosso alcance continuará a ser feito e com maior intensidade ainda para prejudicar a candidata Dilma.

Acrescentava-se: lembrem-se do que dizíamos na reunião de março do Millenium: “Eles não podem passar, não podem continuar”.

Se era possível, e era, a partir daí a atividade político-partidária da mídia devia crescer de intensidade. E cresce o tom contra Dilma. E acentuam-se e os temas considerados negativos para ela. Menções negativas a Serra são excluídas do noticiário, dos comentários, do que seja, em todos os níveis, da mídia hegemônica contrária à candidatura de Dilma. Havia um demônio à vista: *o poste* de Lula. Tudo haveria de ser feito para operar o milagre de ao menos levar a campanha para o segundo turno. O cenário de uma vitória de Dilma no primeiro turno tinha de ser revertido.

Logo depois de 21 de agosto, outro escândalo construído: o caso do dossiê com dados sigilosos da Receita Federal de pessoas vinculadas ao candidato José Serra, encomendado por petistas, de acordo com o tucano. Nesse momento, já surgia outra pesquisa, que apontava Dilma 20 pontos à frente. Começava, com o dossiê, outra campanha jornalística. A *Folha de S.Paulo*, de modo especial, debruçou-se diligentemente sobre o caso, construindo suítes durante dezesseis dias contínuos e por outros tantos, intercalados, até o segundo turno. Se assuntos negativos fossem escassos para a candidata Dilma, naquele momento, se fazia necessário apostar a maior parte das fichas no dossiê.

Sinteticamente, o *esquentamento* do caso resumia-se ao fato de a investigação da corregedoria da Receita Federal ter descoberto a quebra de sigilo de mais três pessoas do PSDB, além do vice-presidente do partido, Eduardo Jorge: Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ricardo Sérgio e Gregório Marin Preciado. E digo *esquentamento* porque já havia matérias anteriores, desde junho. Todo o esforço da direção da campanha de Serra e dele próprio era jogar o dossiê no colo da candidata Dilma. A mídia e Serra caminham de mãos dadas na perspectiva de responsabilizar a petista. No entanto, o texto às vezes é traiçoeiro. Na *Folha de S.Paulo*, de 27 de agosto, o jornal se trai e lá pelo interior de uma matéria, afirma-se que o PSDB tenta reeditar o que ocorreu em 2006, “quando o escândalo dos aloprados garantiu o segundo turno presidencial”.

No que publica em torno do dossiê, a mídia vale-se do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, e do presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, sabidamente adversários do projeto político iniciado em 2003 no Brasil. Na *Folha*, a partir do início de setembro, o dossiê passa a contar com vinheta

própria: “Escândalo da Receita”, procedimento que sempre adotaram para manter o assunto em alta. Mais tarde, vai se descobrir a ausência de quaisquer novidades nas chamadas quebras de sigilo: tudo havia sido levantado pelo jornalista Amaury Ribeiro Júnior, autor do livro *A privatária tucana*, que sairá no final de 2011, um dos mais vendidos por muitas semanas. O leitor, se quiser, terá ali muito mais do que as breves referências sobre as tais quebras de sigilos de todos os personagens que ocuparam as manchetes de 2010. Descobrirá como se articulou uma das maiores redes criminosas de apropriação do dinheiro público exatamente com aqueles que a mídia tentou transformar em vítimas.

Se não bastasse essa constatação, conhecida de todos e feita à época – não pela velha mídia, naturalmente –, a Polícia Federal informou não haver relação entre a quebra de sigilo em unidades da Receita Federal e a campanha presidencial de 2010. As provas evidenciavam que o jornalista Amaury Ribeiro Júnior começara a fazer o levantamento para seu livro desde o final de 2008, e naquele momento trabalhando para o jornal *Estado de Minas*. O material inicial era de interesse de Aécio Neves, que reagia a ataques feitos por Serra. A mídia hegemônica fez ouvidos de mercador.

Mas, com a notícia aparecendo nos blogs progressistas, Serra percebe as balas ricocheteando. A participação dele na privatária tucana aparecia. E, como num passe de mágica, o assunto, a partir de 10 de setembro, evaporou, sumiu, escafedeu-se. Havia necessidade de outro escândalo, urgente. O dossiê tivera sua validade vencida. Por falta de substância. E aí veio o caso Erenice Guerra, ministra da Casa Civil. Acusação: o filho dela, Israel Guerra, teria intermediado contratos entre empresa privada e governo. Começou pela revista *Veja*, e como sempre se espalhou como um rastilho de pólvora pelo resto da mídia, urubus em carniça. E a ênfase obviamente seria deslocada para o fato de a ministra ser *o braço direito de Dilma*, como insistentemente a mídia passou a se referir a Erenice Guerra. Qualquer escândalo devia levar a Dilma – está na cartilha do Millenium, repita-se. No dia 16 de setembro, a ministra é afastada.

No desenvolvimento do escândalo, era óbvia a articulação entre a velha mídia e o programa eleitoral de José Serra veiculado pela TV. As manchetes da *Folha*, de *O Globo* e de *O Estado de S. Paulo* eram alimento essencial do programa do candidato do PSDB. Uma reforçava a outra. A mídia hegemônica, com seu trabalho, dava ares de verdade a tudo que Serra dizia. Não importa que muitas das denúncias que envolviam Erenice Guerra não se revelaram verdadeiras, como comprovado pela Controladoria-Geral da União. Nem importa que, *a posteriori*, ela tenha sido inocentada pelo Tribunal Federal da 5ª Região.

O processo contra Erenice Guerra por suposto tráfico de influência foi arquivado em 2012 por recomendação do Ministério Público Federal, acatada pelo juiz Vallisney de Souza, da Justiça Federal. Quem paga pelo assassinato da reputação de Erenice? Quem paga pelas tantas mentiras? Ninguém. A mídia julga-se no direito de fazer o que quer e bem entende.

Claro, a Operação Tempestade no Cerrado, como se disse, tinha o claro objetivo de levar a eleição para o segundo turno. E quem sabe, então, sobreviesse o milagre tão esperado e Serra se tornasse presidente da República. Haveria de produzir algum resultado o insistente martelo da mídia, a construção dos escândalos, a retroalimentação noticiosa dos veículos entre si e destes com a campanha de Serra. E a maior parte da mídia hegemônica, quando percebe a tendência de subida de Marina, passa a incensar a candidata, acreditando pudesse ela ser um fator a mais para garantir a passagem da oposição para o segundo turno, como de fato foi. Dilma, no primeiro turno, 3 de outubro, teve em torno de 47,6 milhões de votos (46,91%). Serra, cerca de 33,1 milhões (32,61%), e Marina, 19,6 milhões (19,33%). A Tempestade no Cerrado alcançara seu objetivo.

GUERRA RELIGIOSA

Agora, no segundo turno, previsto para 31 de outubro, era somente Dilma contra Serra. A mídia lutaria pelo milagre. Que não veio. Ela se esforçou muito, no entanto. E contou com aliados importantes, como as igrejas – não só evangélicos fundamentalistas, como a própria Igreja Católica. O debate religioso ganhou intensidade, sobretudo por conta do tema aborto. Dito de outra forma, a partir do tema mulher, a quem a religião pretende suprimir a autonomia sobre o corpo, que era e continua sendo a questão.

Durante toda a campanha, entre um escândalo e outro, deu-se *a guerra religiosa*. Já se falou nisso, mas compensa voltar. Ao menos para mostrar como a irresponsabilidade e a agressividade podem crescer numa campanha. Mônica Serra, mulher de Serra, numa caminhada em Nova Iguaçu (RJ), quando um eleitor evangélico confessou voto em Dilma, afirmou: “Dilma é a favor do aborto”. Quis dar ênfase: “Ela é a favor de matar as criancinhas”. Isso se deu no dia 14 de setembro de 2010, divulgado no mesmo dia pela Agência Estado. Mônica não contava com a verdade: uma de suas alunas na Unicamp no início dos anos 1990, Sheila Ribeiro, dia 10 de outubro, já, portanto, sob o clima do segundo turno, reagiu forte e decentemente ao hipócrita ataque:

– Com todo o respeito que devo a essa minha professora, gostaria de revelar publicamente que muitas de nossas aulas foram regadas a discussões sobre o aborto, sobre o seu aborto traumático. Mônica Serra fez um aborto.

Mônica Serra, sem saber o que dizer, sem ter o que dizer, arrumou as

malas e seguiu para o Chile no dia 13 de outubro. Desmoralizada. Não pelo aborto, mas pela hipocrisia. Só voltará no dia da derrota do marido, 31 de outubro, segundo turno. Não se sabe se arrependida.

A guerra religiosa ganharia contornos mais agressivos. Chamaram o papa para a batalha. Ou ele, por iniciativa própria, chamou-se para a linha de frente do combate. Ele mesmo, Benedictus XVI, o inquisitorial, conservador Joseph Aloisius Ratzinger, sucedido pelo suave Francisco. Ao receber um grupo de bispos do Maranhão, resolveu ajudar abertamente a candidatura de Serra. Condenou o aborto e recomendou aos bispos que orientassem seus fiéis. Por orientar os fiéis, leia-se votar na candidatura tucana.

Que papa, não? Por que envolver-se assim numa disputa eleitoral? Por que tomar partido a favor de uma candidatura? Por que correr o risco de ser derrotado? Claro que, diante disso, a mídia fez o alarde que pôde. Quem sabe não viesse daí o milagre, quanto mais se a palavra vinha de Sua Santidade. O milagre não veio. Nem recorrendo ao papa.

Sabe-se do caso, por universal. Ocorreu na manhã de 20 de outubro, no calçadão do Campo Grande (RJ). Havia ali uma manifestação do sindicato dos mata-mosquitos, de funcionários da Fundação Nacional de Saúde, cuja lembrança de Serra era amarga: demitira quase 6 mil deles em 1999, quando ministro de FHC. Um deles amassou um pedaço de papel até transformá-lo num projétil capaz de atingir o alvo. Serra, atingido na cabeça, sentiu o triscado e seguiu a caminhada.

Houve, no entanto, um telefonema que certamente o orientou para fazer do episódio, quem sabe, a salvação da lavoura, o milagre procurado. Entrou numa Van, foi para um hospital, foi anunciada uma tomografia jamais divulgada e a bolinha de papel transformou-se em outro projétil, conforme Serra e sua assessoria: uma bobina de fita crepe, uma “coisa grande” – o vice Índio da Costa avaliou a “coisa grande” em dois quilos, Serra reduziu para meio quilo. E o episódio, então, como qualquer um seria capaz de prever, ganhou estatuto de atentado petista, no *Jornal Nacional* da Rede Globo, que assumiu a tese da contundente “bobina de fita crepe”.

Só que o SBT não embarcou nesse jogo: exibiu, também em horário nobre, a bolinha de papel, ela mesma, com sua consistência insignificante, batendo na cabeça de Serra: ele nem se altera, somente olha para o chão tentando descobrir a razão do triscado. Serra virou piada mundial na internet. Junto com ele, a Rede Globo e a montagem da farsa. O milagre não viera. Bolinha de papel não podia ser a bala de prata que os serristas e a mídia viviam

alardeando estar na algibeira.

Dilma então vence as eleições com 55,7 milhões de votos (56,05%) e Serra tem 43,7 milhões (43,95%). Como fora em 2002, com a vitória de Lula, o retirante-operário nordestino assumindo a Presidência da República, agora era a mulher vinda da dura luta contra a ditadura que assumia o comando da política nacional. A derrota da oposição fora, inegavelmente, mais uma vez, a derrota da mídia millenarista. Não se acredita, insista-se, em qualquer mudança de posição da mídia imprensa hegemônica por conta dessa derrota: ela seguirá combatendo o projeto político iniciado em 2003. Já arregaçou as mangas e tentava, de todos os modos, desconstruir o cenário de favoritismo de reeleição da presidenta Dilma. A ver.

O GOLPE DE *VEJA* NA ELEIÇÃO DE 2014

Nos últimos anos, a maioria dos brasileiros, sem desertar de suas convicções democráticas, mas, mesmo em razão delas, já construiu amplamente um diagnóstico crítico do modo de funcionamento do atual sistema político no Brasil e anseia por reformas políticas. Há muitas evidências de que já se está firmando em um número cada vez maior de brasileiros a consciência de que também o sistema de comunicações de massas, privatizado, altamente concentrado e oligopolizado, não serve à democracia do país e precisa ser regulado a partir de princípios republicanos e pluralistas.

Venício A. de Lima,
Juarez Guimarães e Ana Paola Amorim.⁴⁴

Golpes midiáticos na América Latina não constituem novidade, especialmente depois que golpes militares entraram em desuso. O mais espetacular deles ocorreu na Venezuela em 11 de abril de 2002, encabeçado pela RCTV. Durou poucas horas, devido à impressionante revolta popular contra a deposição do presidente Hugo Chávez. Este, desde sua chegada ao poder, em 1998, enfrentou sempre a ferocidade dos principais meios de comunicação do país, entre os quais as outras emissoras privadas de televisão – Venevisión, Globovisión, Televen e CMT – e nove dos dez maiores jornais impressos do país, como *El Universal*, *El Nacional*, *Tal Cual*, *El Impulso*, *El Nuevo País* e *El Mundo*. Os monopólios privados venezuelanos contrários ao presidente Chávez detinham 95% da audiência.

Esses monopólios midiáticos substituíam, na prática, os partidos políticos de oposição tradicionais, cuja força era pequena – qualquer semelhança com o Brasil não será mera coincidência. Foi com base nesse poderio e na liberdade de imprensa existente que a RCTV sentiu-se à vontade para dar o

44. LIMA, Venício A. de; GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola (orgs.). *Em defesa de uma opinião pública democrática – Conceitos, entraves e desafios*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 9.

golpe. Só não mediu a monumental reação popular, que frustrou a tentativa. Dia 13 de abril, Chávez estava de volta ao poder. A partir desse retorno no dia 13, cunhou-se uma expressão agora usual na Venezuela: “Cada 11 tem seu 13”. Os monopólios analisaram mal a correlação de forças, não mediram a popularidade, o carisma de Chávez, o enraizamento que seu programa político tinha entre as camadas exploradas da sociedade venezuelana. Golpes midiáticos, assim, não são inéditos na América Latina.

O “ODIOJORNALISMO” DE *VEJA*

Veja sempre foi adversária do projeto político vitorioso em 2002 no Brasil. Nunca escondeu isso. E seu jornalismo, vá lá, sempre se viu contaminado por essa visão. Sempre combateu ferozmente o PT, Lula e agora, Dilma. Em todas as quatro eleições vencidas pelo PT e pelos partidos que apoiam o projeto político em curso, não poupou esforços para derrotar primeiro Lula, depois Dilma. O fato é que *Veja* tem um programa político, defende o projeto neoliberal, encampa as posições mais conservadoras do país. Faz um jornalismo obscenamente partidário, nunca teve o mínimo da isenção pensada pelo jornalismo liberal, distorce os fatos, inventa-os se considerar necessário.

Na eleição de 2014, no entanto, se superou. Tentou, sem meios-termos, um golpe midiático, que fracassou. Não se desconheça, no entanto: a iniciativa de *Veja* retirou alguns milhões de votos da presidenta Dilma. Se vitoriosa, teria fraudado uma eleição. O que fez está a anos-luz do jornalismo, ao menos de um jornalismo que se paute na boa apuração, na credibilidade e diversidade das fontes, no respeito aos fatos. Não estamos nos referindo ao conjunto da cobertura de *Veja* durante as eleições de 2014, toda ela voltada ao combate sistemático e feroz à presidenta Dilma e a sua reeleição.

Feroz, tão feroz, a ponto de levar a professora Ivana Bentes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a classificar o jornalismo de *Veja* como “ódiojornalismo”, próprio também da “tropa de choque” conservadora da imprensa brasileira, da qual fazem parte, entre outros, Arnaldo Jabor, Diogo Mainardi, Merval Pereira, Dora Kramer, Reinaldo Azevedo e Demétrio Magnoli. É uma coisa só, expressão exacerbada da demonização da política, prática cotidiana, persistente, recorrente de toda a mídia hegemônica. Vale a pena citar Ivana Bentes (2014):

Essa demonização da política tornada cultura do ódio se expressa por clichês e por uma retórica de anúncio de uma catástrofe iminente a cada semana nas colunas dos jornais e que retroalimentam, com medo, insegurança, ressentimento, uma subjetividade francamente conservadora de leitores e telespectadores.

Tais opiniões foram expostas pela professora em entrevista à revista *IHU On-Line*, postada em 5 de novembro. Para Ivana Bentes, “essa pedagogia para os microfascismos e a educação para a intolerância podem ser resumidos na retórica que desqualifica e aniquila o outro como sujeito de pensamento e sujeito político, o que fica explícito na fala de alguns colunistas” (Idem).

“Um exemplo muito claro, inclusive no seu cinismo”, detalha a professora, “é este trecho de uma coluna do Arnaldo Jabor de 28 de outubro de 2014, pós-eleições. Com uma argumentação pueril e assujeitante que coloca eleitores, nordestinos e nortistas, pobres como ‘absolutamente ignorantes sobre os reais problemas brasileiros’ em um cenário pós-eleições em que ‘nosso futuro será pautado pelos burros espertos, manipulando os pobres ignorantes. Nosso futuro está sendo determinado pelos burros da elite intelectual numa fervorosa aliança com os analfabetos’”.

Paremos aqui nossa breve e necessária digressão.

CABEÇA DE PONTE DO GOLPE

Além, no entanto, da cobertura semanal de *Veja*, absolutamente coerente no combate ao projeto político em curso desde 2003, quero aqui concentrar esforços na análise da cabeça de ponte do golpe midiático tentado pelo Grupo Abril contra a reeleição de Dilma Rousseff, a edição 2397 da revista *Veja*, datada de 29 de outubro de 2014, cuja capa e trecho inicial da reportagem “Eles sabiam de tudo” – *eles* são Dilma e Lula – foram postados no site da revista no dia 23 de outubro, quinta-feira, às 20h19. Às 21 horas, a coluna de Ricardo Setti, Política & Cia, do site de *Veja*, também reproduz capa e texto que abre a reportagem, mesmo procedimento adotado pelo blogue de Reinaldo Azevedo, às 21h10, e pelo programa *Aqui entre Nós*, da TV*Veja*, às 22h19.

Não há equívoco em afirmar que o golpe iniciou-se na noite de quinta-feira, presumivelmente com a ideia de que, antecipando o lançamento da revista já na quinta, ao menos *on-line*, haveria tempo para reverter a vantagem de Dilma Rousseff, localizada pelas pesquisas daqueles últimos dias, e quem sabe possibilitar a vitória de Aécio Neves. *Veja* iria disparar a bala de prata da direita brasileira, e seria secundada pelo restante da mídia hegemônica. Que ninguém se iluda quanto a isso, nem queira tergiversar.

Esse mapeamento de postagens foi feito de modo meticuloso pela campanha da presidenta Dilma, logo que foram percebidos os primeiros movimentos da tentativa golpista. O levantamento foi denominado “Operação Abril”, e permitiu um monitoramento passo a passo. Esse passo a passo, devidamente sistematizado, serviu para os advogados da campanha pedirem providências à Procuradoria-Geral da República, de modo a que

esta, considerando a propriedade das informações, pudesse produzir provas para a instauração de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije). Isso ainda está em curso.

Na mesma quinta, às 21h49, a coligação da candidatura Dilma entra com ação no TSE contra a divulgação da capa de *Veja* no Facebook. O Ministério Público dá parecer favorável, mas o ministro-relator, Admar Gonzaga, não concede a liminar e o processo é arquivado. Imediatamente é apresentada uma segunda ação “inibitória de publicidade”. O Ministério Público de novo se manifesta favoravelmente e o ministro-relator, então, concede a liminar – como concedeu liminarmente direito de resposta à coligação liderada por Dilma. *Veja*, por decisão do TSE, teria de suspender qualquer tipo de publicidade em torno da capa em *outdoors*, cartazes, banners e na internet, certamente uma das armas do golpe midiático.

A revista não cumpriu a decisão e, além disso, a campanha de Aécio, nos momentos seguintes, distribuiu milhares de reproduções da capa em manifestações, nas ruas, distribuição que o TSE não vetou. Os efeitos que o Grupo Abril pretendia estavam se fazendo sentir. O tanque midiático se colocou nas ruas, com toda a força que podia. O intenso esforço jurídico da campanha de Dilma resultou em algum constrangimento para a revista, mas obviamente teve poucos efeitos práticos, seja pelo desrespeito de *Veja*, seja porque a eleição se daria dali a poucas horas. Luis Nassif mostra como os sucessivos pedidos de direito de resposta da coligação liderada pela presidenta foi “arquivado pelas Cortes” (“*Como o direito de resposta de Dilma na Veja foi esvaziado*”, Luis Nassif Online). Um golpe deflagrado pela internet na quinta-feira, a revista posta nas ruas na sexta e a eleição marcada para domingo. A ofensiva era poderosa demais e a guerrilha jurídica podia pouco naquelas circunstâncias, embora necessária.

Há quem afirme ter havido alguma relutância de parte da mídia hegemônica em entrar imediatamente na “Operação Abril”, por sua natureza fantasiosa, sem a devida comprovação, sem base em fatos. Faltava-lhe um pretexto sólido que fizesse com que toda ela embarcasse na canoa golpista, com gosto, na primeira hora. E o pretexto apareceu. Divulgada como articulação de jovens da União da Juventude Socialista (UJS), vinculada ao PCdoB, a manifestação defronte a sede da Editora Abril, em São Paulo, na sexta, forneceu o argumento para que toda a mídia hegemônica fizesse coro com *Veja*. Se é que de fato ela necessitava disso.

Entre os que conhecem bem as famílias dominantes da mídia, há os que asseguram que elas não ficariam de fora dessa ofensiva de modo nenhum – se relutaram na sexta, embarcariam no sábado de todo jeito, com ou sem pre-

texto. A relutância não decorreria, portanto, da busca de pretexto algum. As famílias teriam resolvido esperar o sábado apenas porque isso não daria tempo à campanha da presidenta para qualquer medida jurídica. Ao entrar o faziam como jogo da casadinha – fazer de conta que estavam simplesmente “repercutindo”. O argumento foi o ataque a um órgão de imprensa, que não podia deixar de ser noticiado e, de complemento, vinha o mais importante, que era a repercussão da capa-matéria de *Veja* – “*Eles sabiam de tudo*”. Se houve acordo entre as famílias da mídia hegemônica, este foi cumprido. Se não houve, a inegável convergência política garantiu a unidade, para além de quaisquer acordos negociações prévias.

A *Folha de S.Paulo*, no sábado 25, estampa o título “*Doleiro acusa Lula e Dilma, que fala em terror eleitoral*”. Na linha de apoio, escreve “Ambos sabiam de desvios na Petrobras, diz delator; para Aécio, caso é ‘extremamente grave’”. Ou seja, assume o que *Veja* noticiara. Laconicamente, diz que “a afirmação foi publicada pela revista *Veja* e confirmada pela *Folha*”. Não oferece maiores explicações sobre como confirmou, com quem, nada. E cumpriu bem seu papel de se colocar sob a direção de *Veja*.

O jornalista Rodrigo Vianna (“*O golpismo midiático segue em marcha: Veja e o JN*”, postado em 25 de outubro) afirma que a *Folha de S.Paulo*, com tal matéria de endosso à *Veja*, deu base para que a Rede Globo entrasse de peito aberto no assunto: “virou fato jornalístico”. No mesmo sábado, às 13 horas, a emissora abre o *Jornal Hoje* com o episódio da manifestação contra a *Veja* do dia anterior. Depois, segue a matéria na linha sempre do “segundo a *Veja*” para também acusar Lula e Dilma de saberem de tudo o que ocorria na Petrobras. À noite, o *Jornal Nacional* praticamente repete a matéria. A casadinha cumpria sua trajetória rotineira. Na opinião do jornalista, a Rede Globo não entrou pra valer na sexta por uma razão simples: havia o debate à noite nos estúdios da emissora e Dilma poderia denunciá-la no ar, acusá-la de golpista, como fez com *Veja*. Melhor esperar que alguém a ajudasse, e a *Folha* apressou-se em fazê-lo. Vianna, que trabalhou na *Globo*, diz ter recebido a informação segura de um jornalista amigo, com mais de trinta anos de experiência: o roteiro está pronto, jogo combinado, da *Veja* para a *Globo*, com endosso da *Folha*. Tudo acertado, tudo feito de acordo com o *script* traçado. *Veja* nunca ficou solitária no esforço golpista. Casadinha combinada, casadinha cumprida.

PARÊNTESES PARA UM MIX DE REALIDADE E IMAGINAÇÃO

Certamente, nas possíveis discussões realizadas pelo Grupo Abril para a consecução da tentativa de golpe, os prós e os contras foram devidamente dimensionados. Ao construirmos agora nosso raciocínio, esclarecemos que

ele se desenvolve com base na realidade e que os buracos eventualmente são preenchidos com a imaginação. Esses buracos decorrem da ausência de fatos mais transparentes sobre o desencadeamento da “Operação Abril”, muitos deles ainda sob o manto da obscuridade, querendo-se clandestinos. Sabia-se da delicadeza da iniciativa, mas pressupunha-se com alguma razão que o adversário teria pouco tempo para reagir. O ataque levava o efeito-surpresa como seu maior trunfo.

É provável que alguém tenha dito ser muito arriscado fazer aquela tentativa golpista, a mais ousada até agora desfechada pelo conglomerado. Certo, houvera outras, mas mais amenas, menos fantasiosas. Um ou outro deve ter argumentado ser muito difícil tirar 8 ou 9 pontos de diferença em tão pouco tempo. Valia a pena correr todos os riscos implícitos na operação? – teria perguntado outro. Quem sabe um espírito jornalístico menos partidário tenha dito que o material em mãos era muito frágil para ser noticiado, quanto mais em se tratando de um ex-presidente e uma presidenta. Ainda há jornalistas em *Veja*. Retraídos, é verdade. Quase submersos na clandestinidade. De vez em quando, externam opiniões.

Não deverá ter faltado, no entanto, entre os defensores da iniciativa, quem dissesse ser aquela a única e última cartada para tentar evitar a quarta vitória do petismo. E não terão faltado lembranças sobre outras iniciativas fantasiosas que tiveram impacto – como aquela inimaginável matéria que acusava o PT de ter recebido US\$ 3 milhões vindos de Cuba – e não repercutiram negativamente para a revista. Quase uma coisa na linha de o crime compensa.

No Brasil, para a imprensa tudo é permitido. Isso aqui não é a Inglaterra, teria refletido um dos interlocutores. Aqui Murdoch desfilaria impune e seus meios de comunicação sobreviveriam tranquilos, teria acrescentado aquele editor. A Inglaterra pegou a doença bolivariana, chegou a brincar um editor. No Brasil, acrescentou, não há esse negócio de regulação de mídia e de há muito que o direito de resposta não funciona, e nem tempo haverá para isso.

O Grupo Abril não podia era ficar de braços cruzados diante da ameaça real da quarta vitória petista, que punha seriamente em risco a sobrevivência do conglomerado e contrariava frontalmente seu programa político para o país. Afinal, o grupo tinha um candidato e tudo devia ser feito para evitar a vitória do petismo. Tudo era tudo. Não propriamente pelos caminhos estritos do jornalismo. E algum outro, do núcleo dirigente, pode ter alertado que o candidato Aécio estava inteiramente de acordo com a operação. Por isso, não podia haver vacilação.

“Às favas o jornalismo”, pode ter dito algum dos interlocutores da nossa história, parafraseando o então ministro Jarbas Passarinho, em dezembro de 1968, que diante da proposta do AI-5 dirigiu-se ao ditador Costa e Silva

dizendo: “Às favas, senhor presidente, todos os escrúpulos de consciência”. Qualquer semelhança não será mera coincidência. Pode ter ocorrido toda essa discussão. Difícil acreditar que a mais ousada tentativa de golpe de um grupo de mídia contra uma candidatura no Brasil tenha se dado sem algum debate, por restrito fosse o núcleo dirigente. Como toda unanimidade é burra, não se acredita todos tenham concordado. Mas, em todo caso, pode-se admitir a ausência de discussão. Pode-se. Sempre é possível. Quem sabe possa ter vindo simplesmente uma ordem do céu, com um “cumpra-se”. E cumpriu-se. Afinal, o céu, por todas as razões, é bem informado. Quanto mais o céu da Abril. Um dia, e não deve demorar, tudo isso virá à tona e a conta-gotas já está vindo. Contado como de fato se deu. Golpes não podem ficar à sombra, inclusive os midiáticos. Não devem. Para que não se repitam.

O ADVOGADO FALA STRÃO

Na mesma quinta-feira, *O Globo Online*, às 22h13, como ocorre nos casos das “casadinhas”, produz repercussão relativamente longa da matéria de *Veja*. “Casadinhas”, insista-se, constituem uma espécie de acordo entre os meios de comunicação em que um pauta o outro, e *Veja* tem sido uma pauteira essencial dos outros meios, até porque a mídia hegemônica tem pontos de vista políticos absolutamente coincidentes. Os monopólios se entendem. A concorrência vai pro espaço. E em casos tão essenciais como esse, em que está em jogo o destino político do país, dane-se a concorrência. Toda a mídia hegemônica queria Aécio. Toda ela estava contra Dilma.

Só que *O Globo Online* deixa escapar uma primeira declaração do advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, que irá jogar lama na “Operação Abril”, pôr dúvidas sobre sua consistência – que é nenhuma, de fato. “Eu nunca ouvi nada que confirmasse isso (*que Lula e Dilma soubessem do esquema de corrupção na Petrobras*). Não conheço esse depoimento, não conheço o teor dele. Estou surpreso”, registrou *O Globo Online*. O advogado disse mais, de acordo com a matéria: “Conversei com todos da minha equipe e nenhum fala isso. Estamos perplexos e desconhecemos o que está acontecendo. É preciso ter muito cuidado porque está havendo muita especulação”.

Ao jornal *Valor Econômico* de 30 de outubro, passadas as eleições, portanto, Basto nega participação no que chamou de “divulgação distorcida”. “Asseguro que eu e minha equipe não tivemos nenhuma participação nessa divulgação distorcida”. Certamente, ele já tinha conhecimento da abertura de inquérito para apurar “o acesso de terceiros” ao conteúdo do depoimento prestado por Alberto Youssef a delegados da PF e a procuradores da República, determinada pelo superintendente da Polícia Federal no Paraná, delegado

Rosalvo Ferreira Franco. Basto disse querer uma “apuração rigorosa”. Ele já integrou o conselho da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) no início dos anos 2000, a convite do PSDB, mas negou qualquer tipo de envolvimento com partidos políticos atualmente, tendo se desligado daquele conselho em 2002, segundo informou ao *Valor Econômico*, na mesma matéria.

Veja, na matéria fantasiosa, afirma que a declaração de Youssef teria ocorrido no dia 22 de outubro. O advogado é taxativo nas declarações ao *Valor Econômico*: “Nesse dia, não houve depoimento no âmbito da delação. Isso é mentira. Desafio qualquer um a provar que houve oitiva da delação premiada na quarta-feira”. Diz ser falsa a informação de que houvera depoimento, na quarta-feira, para que acontecesse um “aditamento” ou retificação sobre o que o doleiro afirmara no dia anterior, 21. “Não houve retificação alguma. Ou a fonte da matéria mentiu, ou isso é má-fé mesmo”.

Parece tudo muito claro, e nessa matéria não há hesitações do advogado. Ele só hesitará diante do site de *Veja*, na sexta-feira 24, às 13h16: “Eu acho que as minhas declarações estão sendo usadas politicamente. Não posso me manifestar sobre um fato que é sigiloso. Nunca desmenti a reportagem da revista. Eu não posso desmentir um fato sobre o qual não posso me manifestar”. Uma no cravo, outra na ferradura, talvez se vacinando com relação ao inquérito instaurado pela Polícia Federal. Parece, no entanto, muito mais consistente sua fala ao *Valor Econômico*, em que nega até a oitiva da quarta-feira 22, utilizada por *Veja* como “prova”.

Da verdade mesmo, nesse caso, não sabemos tudo ainda. Jânio de Freitas, no mesmo dia 30 de outubro, na *Folha de S. Paulo*, em artigo denominado “*Um fato sem retificação*”, informa que a Polícia Federal suspeita que Youssef foi induzido a acusar Dilma e Lula numa operação para influir na eleição do ano. Jânio de Freitas, do alto de sua longa experiência e de seu olhar atilado, a par de registrar a competência crescente da Polícia Federal, não revela esperança em qualquer resultado efetivo em relação ao inquérito que pretende investigar o vazamento. Porque nunca houve resultado em casos anteriores de tentativas de influir em eleições. “Não se espere por exceção”, conclui o jornalista. A ver como os acontecimentos se desdobram.

A CAPA-PANFLETO

O exemplar chegou às bancas na sexta 24 de novembro, fora da rotina: sempre chega aos sábados. Não há dúvida de que *Veja* pretendia entregar munição ao candidato Aécio Neves e pautar o restante da mídia, cuja maior parte nunca regateou esforços para eleger o tucano. Era uma operação destinada a derrotar Dilma, pouco importando a veracidade da informação. E a revista em

si era já um acréscimo, uma vez que a notícia estava devidamente divulgada, viralizada na internet, potencializando toda a carga de ódio e intolerância presente nas hostes aecistas. O Grupo Abril tinha absoluta consciência dos seus resultados.

A capa, certamente pensada e repensada pelos editores, é um primor de criação golpista: criminaliza Dilma e Lula da forma mais abjeta possível. Quem lida com jornalismo sabe que cada momento da edição tem vida própria. A capa é essencial a qualquer revista – e fala por si. Essa, a do golpe, esticou a corda no limite em sua editorialização e tentou de todo modo investir em seu apelo estético-emocional. Foi preparada para servir de munição, para caminhar com as próprias pernas, servir à campanha adversária, como serviu.

Reproduzida amplamente – milhões de exemplares chegaram a diferentes pontos do país como resultado de uma produção centralizada –, a capa tornou-se um eficiente instrumento em mãos de militantes aecistas. Produção centralizada sem que se identifique onde era esse núcleo central. Ainda há de ser revelado, que a verdade tarda, mas não falha. E o jornalismo, façamos uma pausa para dizer isso, tem o condão de fazer acreditar que lida com a verdade. Parece verdade. Mesmo quando seja a mais deslavada mentira, mesmo quando mistificação. Não é fácil à sociedade distinguir o quanto de real existe em cada matéria, em cada reportagem, em cada texto, e às vezes, quando se dá conta, os resultados pretendidos já foram alcançados.

A capa passava de mão em mão como verdadeira, vinda de um ente poderoso, um órgão de comunicação, não era (não?) proveniente da direção da campanha de Aécio. Não aparecia como tal. Podia – e creio que foi – ser recebida como expressão da verdade e influir decisivamente no resultado eleitoral, em especial no contingente dos indecisos. Inocência, aqui, não cabe. Sabe nada, inocente. Tudo foi meticulosamente pensado e organizado pelo Grupo Abril, numa operação político-midiático-golpista, não custa insistir.

Há um lado gráfico tenebroso, apelativo. Há o fundo turvo, em meio ao qual surgem as fotos tensas, de Dilma e de Lula, escolhidas a dedo, pouco mais da metade dos rostos de cada um, como se surgissem das trevas. Ao preenchermos buracos, nossa imaginação vê o editor dando ordens: “Pegue aí as piores fotos que temos no arquivo”. A foto de Dilma, parece, foi repaginada, para bem pior. O “selo”, acima da chamada, é “Petrolão”. E a chamada, caprichada para a incriminação: “O doleiro Alberto Youssef, caixa do esquema de corrupção na Petrobras, revelou à Polícia Federal e ao Ministério Público, na terça passada, que Lula e Dilma Rousseff tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal”. E logo abaixo a manchete propriamente dita, em vermelho: *“Eles sabiam de tudo”*.

Veja caprichou. Sabia que a capa era o principal instrumento a ser colocado nas ruas. A melhor peça publicitária da campanha de Aécio. De graça. Nem em nossos exercícios de imaginação dá pra especular se Aécio chegou a ver a capa antes de ser disparada. Os dirigentes da campanha do tucano não podiam querer algo melhor, isso é possível dizer com segurança. Senão nos detalhes, com certeza tinham conhecimento do que viria. Uma operação dessas não surge assim como uma tempestade em dia de céu azul, sem uma concertação. Afinal, tinha o objetivo político de ajudar uma candidatura, que precisava ser avisada para tomar as providências, sobretudo a providência da distribuição da capa. Que poderia ser oferecida pelos próprios organizadores do golpe midiático, mas isso não se pode afirmar porque não confirmado. A imaginação, nesse caso, se contém.

Mais que o texto interno, importava a capa, a manchete “*Eles sabiam de tudo*” e a composição, vá lá, artística, incriminatória de Lula e de Dilma, de modo, insista-se, a interferir numa eleição em que as pesquisas davam a presidenta com coisa de 8 ou 9 pontos à frente. A operação golpista pretendia, já se disse, tirar essa diferença e dar a vitória a Aécio, candidato da revista e de toda a mídia hegemônica. O jornal *O Globo* do sábado, 25, dá título esclarecedor, revelador da importância da capa como instrumento publicitário da campanha tucana. “*PSDB distribui panfletos com capa de revista em todo o país*” é o título da matéria de Cristiane Jungblut, enviada especial a Belo Horizonte para acompanhar manifestação tucana. Um subtítulo esclarece: “Campanha de Aécio aposta que reportagem de *Veja* vai desgastar Dilma”.

Atos semelhantes, organizados pelos tucanos, com distribuição massiva da capa de *Veja*, foram realizados também em São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. No vão do Masp, em São Paulo, é colocado um *banner* da capa da revista com cerca de 5 metros de altura. Milhões de exemplares da capa espalharam-se pelo país. O golpe caminhava. A campanha de Aécio e a revista *Veja* uniam-se nas ruas, numa ousadia sem limites. E sem nenhuma preocupação de dissimular a unidade político-midiática: *Veja* e o restante da mídia hegemônica na luta para derrotar a candidata Dilma Rousseff.

GOLPISMO E VACINAS

Antes de seguir adiante, convém dar uma olhadinha no restante do material de ataque a Dilma e Lula, *Veja* número 2397. Na Carta ao Leitor (“*Choque de realidade*”), seu editorial, *Veja*, sem ter demonstrado nada, sem ter nada à mão, salvo sua especulação, dá como certo que o material que incrimina Dilma e Lula “logo estará nas mãos do juiz Sérgio Moro, responsável pelo caso, em que passam a contar como suspeitos um *ex* e uma atual e, quem sabe, futura presidente da República”. Já sentenciou, já decidiu que “eles”

serão arrolados como suspeitos, vejamos só. Acentua, numa linguagem conhecida, que diante do que vem sendo revelado “as consequências do escândalo são difíceis de mensurar”. Que consequências? Golpe? *Impeachment*? Deixa no ar, claro. A jornalista Tereza Cruvinel, no artigo “*Oposição perde a segunda arma do impeachment*”, no *Brasil 247* é explícita. Fala do golpe da revista *Veja* – usa a palavra golpe, não faz rodeios –, mostra que não aconteceram os resultados eleitorais nem os desdobramentos institucionais pretendidos, mas ressalta: “serviu para colocar a palavra *impeachment* em circulação”. Tem razão.

Veja, no número golpista, faz uma espécie de “vacina” ao final da Carta ao Leitor, tendo consciência da operação que está realizando, consciência da tentativa de interferir claramente no processo eleitoral: “*Veja* publica essa reportagem às vésperas do turno decisivo das eleições presidenciais” – começa assim o parágrafo final, mas anote a observação final, tão criteriosa – “obedecendo unicamente ao dever jornalístico de informar imediatamente os fatos relevantes a que seus repórteres têm acesso”. E termina solene: “Basta imaginar a temeridade que seria não trazê-los à luz para avaliar a gravidade e a necessidade do cumprimento desse dever”. Trata-se de um texto claro, quase uma confissão de culpa, envergonhada. Quase dizendo aos leitores “é, tivemos de fazer isso, mas, vejamos bem, o fizemos em nome do bom jornalismo”. Ora, ora. Uma boa parte da consciência crítica brasileira sabe o *modus operandi* de *Veja*. Não precisava se explicar. Está tudo revelado. Os fatos em sequência revelaram o golpe midiático, felizmente frustrado.

Na abertura da “matéria-bomba”, na página 58, outra vacina reportando-se novamente à Carta ao Leitor. “*Veja* não publica reportagens com a intenção de diminuir ou aumentar as chances desse ou daquele candidato” – quase uma confissão enviesada da tentativa golpista. “*Veja* publica fatos com o objetivo de aumentar o grau de informação de seus leitores sobre eventos relevantes que, como se sabe, não escolhem o momento para acontecer” – vejamos, os fatos não escolhem momento para acontecer, podem acontecer a poucas horas de uma eleição presidencial, quer *Veja* explicar, candidamente.

O material interno da revista é muito pobre, porque fantasioso. O núcleo do escândalo montado resume-se a escassas cinco linhas, essenciais para a tentativa do golpe midiático, na página 61, em que o doleiro teria declarado que Lula e Dilma sabiam de tudo o que ocorria na Petrobras, sem que até agora a revista tenha apresentado uma única, escassa prova de que, de fato, Youssef tenha declarado o que a revista revela, sem que uma única fonte tenha falado para comprovar. Não respeita sequer alguns critérios do jornalismo meramente declaratório, sabidamente um recurso que sempre reclama complemento, confirmação, checagem.

Só para argumentar, ainda que o tal doleiro tivesse afirmado o que *Veja* diz, poderia um órgão de imprensa, que levasse a sério a profissão, aceitar manchetar isso sem nenhuma busca criteriosa da verdade? Lembro-me dos meus tempos de *Estadão*: a orientação era tomar furo se não confirmássemos seriamente o que tínhamos em mão. Estou me referindo ao *Estadão*, reconhecidamente um jornal secularmente conservador. Para *Veja*, o que importa são seus objetivos. E, nesse caso, não há sequer a comprovação de que o “jornalismo declaratório” de *Veja* tivesse respaldo.

E, convenhamos, algo envolvendo um ex-presidente da República e a atual presidenta da República não mereceria cuidados bem maiores do que simplesmente confiar num delator – e isso, lembrando, na hipótese, ainda não comprovada, de ele ter de fato dito o que a revista revela? Não caberia trabalhar mais, checar por todos os lados, ouvir outras fontes, como recomenda qualquer manual de redação, especialmente se naquelas horas se estava decidindo quem seria o próximo presidente da República?

Claro: *Veja* sabia bem o que fazia. Tinha consciência de que os critérios em que se assentava sua, vá lá, matéria estavam a anos-luz do que se conhece como jornalismo. Tanta consciência que lá pelas tantas, depois de ter soltado as cinco linhas de acusação gratuita que deu, vá lá, sustentação à sua capa, lá pelo meio, sem nenhum destaque, sem nenhum “olho”, ela diz, outra vacina:

“Obviamente, não se pode condenar Lula e Dilma com base apenas nessa narrativa”. É isso mesmo, *Veja* diz que não se pode condenar Lula e Dilma, mas é o que faz com sua capa espetacular. Quase inacreditável, só possível numa operação golpista. Antes, na matéria, já havia admitido que “o doleiro não apresentou – e nem lhe foram pedidas – provas do que disse”. O jornalismo admite isso? Evidente que não. Jornalismo quer provas, fatos, dados consistentes.

Uma leitura atenta do texto evidencia a possibilidade de desconstrução do exercício cheio de imaginação de *Veja*, todo ele voltado à tentativa de incriminar Lula e Dilma, não importando a inexistência de bases reais para tal incriminação, como ela própria acaba dizendo. Qualquer estagiário de jornalismo daria zero à matéria. Por inconsistente. Por fantasiosa. Por não respeitar os mínimos critérios éticos do jornalismo.

Há um certo quê de ironia involuntária no fato de *Veja*, no mesmo número, em “Datas”, na página 44, registrar a morte, aos 93 anos, de Ben Bradlee, ex-editor executivo do *Washington Post*, o jornalista que coordenou a cobertura do caso Watergate. Essa cobertura ficou como um exemplo para o jornalismo mundial. Nada se publicava sem checagem segura, por todos os

lados. Não bastavam as informações do “Garganta Profunda”, agora revelado como Mark Felt, ex-diretor assistente do FBI que contribuiu decisivamente para a deflagração em 1972 do escândalo que derrubou Nixon.

Bradlee exigia que seus notáveis repórteres, Bob Woodward e Carl Bernstein, buscassem outras fontes que as confirmassem, sem as quais não permitia que nada fosse publicado – sobre Felt, consulte-se livro de Bob Woodward, de 2005, *O homem secreto*, no Brasil publicado pela editora Rocco, dedicado, aliás, a Ben Bradlee. *Veja* não separa sua vocação conservadora, sua posição política vinculada aos ideais neoliberais, do jornalismo. Sua atividade editorial – difícil chamá-la de jornalismo – é inteiramente permeada de ódio, e nessa visão tudo se justifica, tudo aquilo que o jornalismo liberal reclama se sacrifica, inclusive a verdade ou, ao menos, a busca da verdade. Nunca, com esse olhar cheio de ódio, conseguirá seguir o conselho de Bradlee, publicado por ela mesma ao registrar a morte dele: “Faça o melhor e mais honesto jornal que você puder hoje. E um ainda melhor no dia seguinte”. *Veja* consegue sempre ser pior no dia seguinte.

E o número golpista não se restringe à “matéria-bomba”. *Veja* vai à sua cozinha, e requeenta vários escândalos, com maior, menor ou nenhum grau de verdade, todos eles ligados ao “governo do PT”. A manchete: “*A década dos escândalos*”. Naturalmente, não houve escândalos sob Fernando Henrique Cardoso no olhar partidarizado de *Veja*. Em seguida, longa matéria também sobre “*Os 10 ataques que envenenaram a campanha*”, título destacado na página 68. A chamada, na mesma página, esclarece o objetivo: “O PT distorceu fatos, falsificou a história e manipulou eleitoralmente a divulgação de informações, jogando o nível da disputa na lama”.

Olhando-se com atenção de que ataques fala *Veja*, tem-se a impressão (impressão?) de que os textos foram redigidos a quatro mãos – redação da revista e assessoria do candidato tucano. É a tentativa de demonstrar, nos dez pontos levantados, que a campanha petista, e apenas ela, envenenou a disputa eleitoral, e distorceu e falseou fatos sobre o adversário e suas teses, e inventou ainda teses a favor da presidenta Dilma. Como se houvesse, de um lado, um candidato cheio de veracidade e, além de tudo, um *gentleman*, e de outro uma candidata pronta para atacar ao rés do chão. Não tomou cuidado, em nenhum momento, de revelar ao menos alguns dos violentos ataques do candidato Aécio Neves, que chegaram ao nível do desrespeito pessoal à presidenta. A matéria é outra peça de campanha de Aécio, uma defesa apaixonada de seu programa, tentativa de desmontar tudo o que a campanha de Dilma e a própria presidenta diziam sobre a natureza neoliberal das propostas do adversário.

DILMA BATE DURO: FOI CRIME

É provável que nas discussões em torno da tentativa de golpe midiático, e aqui voltamos a um certo grau de imaginação, tenha havido os que não considerassem a possibilidade do uso do horário eleitoral pela presidenta Dilma para responder à revista. Seria arriscado atacar um órgão de imprensa, poderia parecer um desrespeito à liberdade de expressão, como costuma raciocinar *Veja* – liberdade de expressão para ela é o direito de a revista dizer o que quiser e bem entender sem nenhuma obrigação para com a verdade.

Sabe-se que a campanha petista descobriu, ainda na quinta, que *Veja* preparava alguma coisa contra Dilma. Não sabia exatamente o quê. Depois, vazou a capa. Conhecendo como conhecia a revista e seus métodos, sabia que nas páginas internas haveria pouco além daquilo. No horário eleitoral do meio-dia, na sexta-feira 24, Dilma reagiu fortemente, com a consciência de que aquela deveria ser a única resposta, deixando o programa da noite, o último, para um término em alto estilo. Assim foi feito. E Dilma falou:

“Todos os eleitores sabem da campanha sistemática que a revista move há anos contra mim. Mas, desta vez, *Veja* excedeu todos os limites. Desde que começaram as investigações sobre ações criminosas do senhor Paulo Roberto Costa eu tenho dado total respaldo à Polícia Federal e ao Ministério Público. Até a sua edição de hoje, às vésperas da eleição, em que todas as pesquisas apontam minha vantagem sobre o adversário, *Veja* tentou insinuar minha omissão diante dos fatos. Isso já era um absurdo, uma tremenda injustiça.

Hoje, a revista excedeu todos os limites da decência e da falta de ética, pois insinua que eu teria conhecimento prévio dos malfeitos da Petrobras e que Lula seria um dos articuladores. A revista comete essa infâmia sem apresentar nenhuma prova. É um crime. É mais do que clara a intenção malévola de *Veja* de interferir de maneira desonesta e desleal nos resultados das eleições. A começar pela antecipação da edição semanal para hoje, sexta-feira, quando normalmente chega às bancas no domingo.

Mas, como em outras vezes, em outras eleições, *Veja* vai fracassar em seu intento criminoso. A única diferença é que desta vez ela não ficará impune. A Justiça livre deste país seguramente vai condená-la por este crime. Ela e seus cúmplices tampouco conseguirão sucesso em seu intento de confundir o eleitor. O povo brasileiro tem maturidade para discernir entre mentira e verdade. O povo sabe que nunca compactuei com corrupção. Sou uma defensora intransigente da liberdade de imprensa, mas a consciência livre da Nação não pode aceitar que, mais uma

vez, se divulguem falsas denúncias, em meio ao processo eleitoral. Os brasileiros darão respostas nas urnas. E eu darei minha resposta a eles na Justiça⁴⁵.

O texto é claro: tratou-se de uma tentativa de golpe midiático, embora não seja exatamente essa a expressão utilizada por Dilma. Trata-se de um crime, ela diz, a intenção malévola de interferir de maneira desonesta e desleal nos resultados das eleições. Afirmo que *Veja* já fez isso em outras eleições, e de fato exemplos não faltam. E que recorrerá à Justiça para que ela pague pelo crime cometido. Desta vez, *Veja* foi longe demais, embora nunca se possa prever qual será a posição do Judiciário face às iniciativas da presidenta para fazer com que a revista pague pelo crime.

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, em 29 de outubro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, criticou duramente os vazamentos seletivos e mirou, sobretudo, o advogado de Alberto Youssef, Antonio Figueiredo Basto.

Estava visível que queriam interferir no processo eleitoral. O advogado do Alberto Youssef operava para o PSDB do Paraná, foi indicado pelo (governador) Beto Richa para a coisa de saneamento (Conselho de Administração da Sanepar), tinha vinculação com partido. O advogado começou a vaziar coisa seletivamente. Eu alertei que isso deveria parar porque a cláusula contratual diz que nem Youssef nem o advogado podem falar. Se isso seguisse, eu não teria compromisso de homologar a delação (FOLHA DE S.PAULO, 2014).

Não bastasse a tentativa do golpe midiático de *Veja*, localizou-se ainda um episódio de nítida inspiração golpista – a exploração do internamento hospitalar do doleiro Alberto Youssef. Qual o centro da articulação que transformou tal internação em envenenamento, ninguém sabe ainda. Isso também teve natureza essencialmente midiática, só que centrada na rede mundial de computadores. A internet foi invadida pela notícia de que o doleiro estava internado em hospital de Curitiba, na UTI, envenenado por organofosforado. Uma queda de pressão arterial foi convertida em envenenamento e o boato foi se transformando numa verdade indiscutível, que se prolongou até o meio do dia da própria votação, domingo, mesmo que a Polícia Federal já o tivesse desmentido.

O fato só foi devidamente esclarecido, ao menos oficialmente, na noite de sábado pela Polícia Federal. O doleiro havia passado mal no final da manhã, tivera uma forte queda de pressão em decorrência do uso de medicação contínua no tratamento de doença cardíaca crônica, e fora levado no início da

45. Partido dos Trabalhadores. Propaganda eleitoral gratuita, 24 de out. 2014. Duração: 10 min. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=JFR2xZr9Ti0>>. Acesso em junho de 2015.

tarde para a UTI do Hospital Santa Cruz por agentes da Polícia Federal. Até uma falsa página do G1 no Paraná foi inventada para sustentar a mentira, com o óbvio propósito de ligar o fato a uma “queima de arquivo” por parte do PT. A manchete da falsa página era categórica: “*Doleiro Youssef é achado morto em hospital de Curitiba*”, e foi ao ar às 10 horas de domingo, de modo a que as especulações prosseguissem e pudessem influenciar o resultado eleitoral.

Não creio possa essa iniciativa de *Veja* ser retirada de um contexto mais amplo. A história nos ensina que não devemos. Que nos recordemos do Ipês, do Ibad, da preparação golpista contra Goulart. Que liguemos tudo isso ao Instituto Millenium, de hoje. Que entendamos que a mídia não age solitariamente. Que está vinculada a uma perspectiva política, que conforma o que Gramsci chamava, lá trás, de partido político em amplo sentido – e partido conservador. Que substitui e impulsiona o partido da direita no Brasil, não importa o nome que a ele se dê.

E não se deve ignorar que a mídia não parou de trabalhar depois da eleição da presidenta Dilma. Trabalhar incansavelmente para desestabilizar o governo dela e, no limite, se reunir forças, chegar ao *impeachment*. Está certa Tereza Cruvinel ao dizer que, para além da tentativa golpista naquele momento, *Veja* conseguiu colocar a palavra *impeachment* no mercado de ideias, palavra que foi abraçada pelos gatos pingados golpistas que foram às ruas até agora e pelos partidos de oposição, inclusive por alguns de seus principais líderes. O problema não está nas ruas. Está na tentativa ideológica, bem pensada, de naturalizar a ideia do *impeachment*, perigosamente.

Estamos a léguas da possibilidade de golpes militares nos dias de hoje na América Latina. Mas não de outro tipo de golpe. Paraguai e Honduras nos ensinam. Nossa realidade é outra. Dilma foi eleita com 51,64% dos votos dos brasileiros. Temos um movimento social capaz de se mobilizar, como se comprovou na campanha. Mas, para contrapor, o principal partido do país está sob um ataque virulento, demonizado, como se fosse um partido de bandidos. E o PT, por mais erros que tenha, e os tem, é a mais importante e ampla organização partidária que o Brasil já conheceu. Só não se sabe quais as consequências que o partido experimentará diante de fogo tão cerrado. As operações que correm no Judiciário, por mais verdadeiras que possam ser, têm uma natureza obviamente seletiva, visando ao PT e minimizando quaisquer impactos que atinjam os partidos de oposição, especialmente o blindado PSDB. E essa seletividade, essa criminalização do PT, é claramente dirigida pela mídia, incansável nesse objetivo.

Será possível seguir avançando na democratização da sociedade brasileira se a mídia não for submetida às determinações constitucionais, se não es-

tiver sob o jugo da lei? Será possível possa continuar como um cavalo desembestado, sem freio, ciente de que pode tudo, ao arrepio da lei, inclusive tentar golpes, como o fez recentemente, nas eleições de 2014? Mais do que nunca, creio estar na ordem do dia a regulação da mídia, que assegure o pronto direito de resposta, o cumprimento dos dispositivos constitucionais, não permita os monopólios, que fortaleça os meios de comunicação comunitários, dê força às empresas públicas e estatais de comunicação, às empresas da sociedade civil, horizontalize a propriedade.

Sem regulação da mídia, viveremos o sobressalto permanente das tentativas de golpe, de desrespeito às urnas, às decisões soberanas das maiorias, de destruição de reputações, irresponsabilidade no exercício do jornalismo. O jornalismo é uma atividade nobre e não pode continuar nas mãos de quatro, cinco famílias que se acreditem capazes de fazer o que lhes der na telha para garantir o privilégio de uns poucos. Minoria que se dá ao direito de sempre na nossa história colocar-se partidariamente contra quaisquer governos progressistas em nosso país.

NAVALHA NA CARNE

De nosso lado, nós, petistas, precisamos começar a mudar nossa atitude diante da grande imprensa. Perder um pouco a ingenuidade, a bisonhice que às vezes caracterizam nossas relações com ela. Não imaginar que a grande imprensa esteja acima do bem e do mal, acima dos interesses de classe. Uma entrevista, uma reportagem, uma cobertura, um debate – na TV, no rádio, no jornal ou na revista – não é um ato puro de comunicação que se dá no limbo. É uma batalha política. Com estratégia, táticas, armas e recursos logísticos. (...) Se a grande imprensa acha que é seu dever atacar o PT, o PT deve entender que é de seu dever resistir e contra-atacar. Principalmente num ano eleitoral.
Perseu Abramo⁴⁶

Concluo aqui. Digo duas ou três palavras. Não foi por acaso que iniciei esta série com o episódio do suicídio de Getúlio Vargas. Uma leitura me impactou de modo muito especial, me emocionou: o texto de Flávio Tavares – “Getúlio, Rio, mar e lama”. Trata-se do segundo capítulo do livro *O dia em que Getúlio matou Allende*, vai da página 31 à 98, leitura indispensável a quem queira compreender aqueles dias.

São muitas as tragédias daquele agosto de 1954. Não só pela coragem de Getúlio – sempre resisti a qualquer subestimação quanto ao suicídio em algumas circunstâncias. Tenho discutido isso neste ano de lembranças dos 50 anos

46. ABRAMO, Perseu. “A imprensa e o PT: uma batalha”. Texto de 1988 também presente no livro *Um trabalhador da notícia* – Textos de Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 307-308

do golpe militar de 1964. Aqueles que na resistência à ditadura se suicidaram o fizeram num gesto de coragem – não de covardia.

Getúlio tinha a exata dimensão de seu gesto, sabia ser uma atitude política, a única possível para abortar o golpe em andamento. Ele, na solidão, toma a decisão surpreendente.

A carta-testamento evidencia a clareza do ator político. Tudo pode ser dito, vá lá, de um ângulo psicanalítico, análise descartada aqui, por impróprio para os limites deste texto. É inegável, no entanto, a coragem presente no gesto, a convicção quanto ao significado histórico, a “vingança” absolutamente inesperada face a seus algozes, quaisquer fossem.

A correlação de forças se alterava com o gesto. Sair da vida para entrar na história, como registraria no texto inesquecível, memorável e preciso em seu vaticínio.

Tinha noção do impacto do gesto.

No íntimo, Getúlio certamente carregava a convicção de que o sangue derramado levantaria o povo, o levaria às ruas, enfurecido, em busca de seus algozes. Como ocorreu. Conhecia o povo brasileiro.

O golpe foi adiado por dez anos.

Mas, a mim, impressionou-me outra característica daquele momento – as manobras golpistas eram conduzidas pela mídia de então, a mesma mídia que vai reincidir e ser vitoriosa em 1964. Identifiquei um DNA golpista bastante anterior aos dias atuais.

E me impressionou também a tragédia pessoal de um jornalista – Pompeo de Souza, cérebro e mentor principal da “República do Galeão”, onde o golpe, à guisa de apurar a morte do major Vaz, caminhava a passos largos. Tratava-se de transformar o atentado que resultou na morte do oficial da Aeronáutica “em motivo para uma modificação política”, como confessou o coronel Adhemar Scaffa Falcão, condutor do inquérito, ao historiador Hélio Silva, trinta anos depois daqueles acontecimentos.

Pompeo de Souza acampou na “República do Galeão”, e de lá orientou toda a operação midiática destinada a criar o cenário favorável ao golpe. Chefe de redação do *Diário Carioca*, foi repórter, pauteiro, chefe de reportagem, ideólogo de todas as manobras golpistas, aceito pelo restante da mídia, que acolhia tudo o que saía daquela inusitada república golpista.

Quase o vejo diante do espelho, barbeando-se, ao ouvir a notícia vinda pelas ondas do rádio e, então, a reação, o choro convulsivo, descontrolado, a vida passada a limpo. E ele, no momento mesmo em que as lágrimas inundavam seu rosto, sentia sumir para sempre em seu coração qualquer raiva contra Getúlio. A catarse veio com a navalha na carne.

Getúlio não era o covarde que ele e Lacerda haviam construído. Tomava consciência disso no exato momento do passar da navalha ao ouvir a notícia.

Chorava de raiva de si próprio.

Contou isso a Flávio Tavares.

Era um homem íntegro, e acreditava fazer o bem ao combater o getulismo. Tavares o define como respeitado, correto e moderado. Católico e filiado ao Partido Socialista. Difícil pensar nele, com tal perfil, envolvido na tarefa antigetulista, cumprida com rigor e consciência até o momento do tiro no coração. Será senador em 1986, eleito pelo PMDB, ao lado de forças políticas próximas ao ideário getulista.

O suicídio do adversário foi sua Estrada de Damasco.

O antigetulismo fora uma “ideologia” plantada na sociedade brasileira, ao menos em parte dela. E a *plantação*, por obviedade, fora feita por uma mídia raivosa, inconformada com a presença do getulismo na cena brasileira, especialmente contra aquele novo Getúlio nascido das urnas em 1950, pronto a prosseguir um projeto ousado de nação, industrializante e, de alguma forma, preocupado com as reivindicações dos trabalhadores, um governo determinado a melhorar as condições de vida do povo, ao menos do proletariado urbano.

Um governo reformista. Não, com esse projeto reformista, ou com quaisquer outros vindouros, a mídia não concordava, e não vacilou em manchar as mãos de sangue para tentar contê-lo. Nesse caso, deu com os burros n’água. Em 1964, participará decisivamente da articulação e concretização do golpe que mergulhou o país numa noite de terror por 21 anos. Nesse caso, podia considerar-se vitoriosa.

Penso no drama pessoal de Pompeo de Souza, testemunhado por Flávio Tavares, em seus conflitos de consciência, vividos depois do suicídio de Getúlio. Soube recompor-se e situar-se no leito democrático. Quantos jornalistas hoje filiados ao combate sem trégua ao projeto político em andamento no Brasil teriam a dignidade de rever suas posições nos dias atuais? Não creio existirem. Não são capazes de passar a navalha na carne.

É quase cômico, não fosse trágico, ler autocríticas envergonhadas, tímidas, da mídia hegemônica. Vergonha da mídia hegemônica por ter apoiado, colaborado, construído um regime de terror e sangue – a ditadura militar implantada em 1964. Tanto o editorial de *O Globo*, de 2013, quanto o da *Folha de S.Paulo* ficaram a meio caminho, e terminam rigorosamente por justificar a ditadura, muito longe de dizer erramos com todas as letras e pedir perdão ao povo brasileiro por terem sido cúmplices ativos da ditadura. Como disse Mino Carta, no editorial publicado por *Carta Capital* de 11 de setembro de

2013, o editorial de *O Globo*, pretensa autocrítica, é “obra-prima de tibieza, hipocrisia e mediocridade”. Como o da *Folha de S. Paulo*, de 30/03/2014.

Por tudo isso, pela hipocrisia e mediocridade, pela continuada defesa dos privilégios seculares que ainda nos atormentam, não vimos e pelo visto não veremos na mídia hegemônica quaisquer gestos como o de Pompeio. Repórteres, colunistas, pauteiros, editores navegam no antipetismo com muito gosto, dando à sociedade brasileira a sensação de oscilarem entre o objetivo político e o gozo sádico – isso ficou muito evidente no processo da AP 470, impropriamente denominado “processo do mensalão”, quando a mídia hegemônica condenou os réus previamente, pouco se importando com a verdade dos fatos.

Ostensivamente, deliciou-se com a perversidade cometida contra os réus, particularmente contra José Genoino e José Dirceu. No momento em que escrevo, Dirceu cumpre ainda pena em regime fechado, contrariando decisão do julgamento draconiano a que foi submetido, que o condenou em regime semiaberto. E Genoino, que estava em prisão domiciliar por conta de cardiopatia grave, foi devolvido ao presídio da Papuda, coincidentemente no 1º de Maio, um feriado, tal como a prisão deles fora decretada noutro feriado, 15 de novembro. São decisões que reclamam auxílio da ciência política, mas não dispensam, por obviedade, o concurso da psicanálise.

No final de abril passado, numa visita de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ao Presídio da Papuda – onde Dirceu cumpria pena em regime fechado, repito, mesmo que condenado ao semiaberto –, a mídia, longe de lembrar dessa ilegalidade, deu voz a dois parlamentares da oposição, que consideraram privilégio ter uma televisão na cela. Ou chuveiro quente, notícia falsa. Ou um micro-ondas, notícia falsa. E fossem verdadeiras? A posição da mídia é que prisão deve ser sempre uma tortura.

Voltando ao centro de nosso tema: há um trabalho metódico, consistente, orientado politicamente, para desgastar o PT. Pior, para destruí-lo. A pretensão é eliminá-lo da cena política brasileira pelo simples fato de que o projeto político em andamento, hegemonizado pelo partido, mudou a composição de classes de nossa sociedade, ao fazer ascender milhões à condição de cidadãos. É um discurso único, sem fissuras. E, nesse momento, o discurso visa a construir um sentimento de ódio contra o PT, justo o partido que hegemonizou o maior processo de mudanças que o país já experimentou.

A par disso, a mídia trabalha conscientemente no sentido de criar um clima de pessimismo no país, desconhecendo o fato inegável de que o Brasil é um dos poucos países do mundo que soube enfrentar a crise econômica iniciada em 2008, ao garantir o emprego da classe trabalhadora, ao não permitir que o mundo do trabalho pagasse o preço de tal crise, como obviamente ocorreu na Europa, por exemplo.

Vai construindo o clima de que “tudo vai mal” – mesmo que os dados apontem o contrário, mesmo que o emprego esteja em seu melhor nível na história (ao menos no momento em que escrevo), que o salário mínimo tenha experimentado ganho real superior a 70% nos anos dos governos petistas, que milhões de brasileiros tenham ascendido a melhores condições de vida por conta das políticas públicas desenvolvidas pelo governo brasileiro nos últimos onze anos. A realidade, ah, pouco importa. O que interessa à mídia é construir, pela ação cotidiana, persistente, um cenário pessimista que facilite o caminho das oposições conservadoras, às quais está intimamente ligada.

No início do primeiro governo Dilma, houve uma tentativa de louvar a presidenta, dada como aquela predestinada a consertar o “legado negativo” de Lula. Pretendia, a mídia hegemônica, provocar fraturas entre o ex-presidente e ela. Não conhecia Dilma. Não conhecia Lula. Nem sequer tinha noção de que se trata de um projeto político, e não apenas de personalidades. Quando se deu conta da impossibilidade de separá-los, a velha mídia investiu duramente contra a presidenta, em especial pelo fato de na primeira fase de seu governo ter começado a baixar os juros, política que abandonou, quem sabe, exatamente pelo ataque cerrado a que foi submetida, como o é até hoje. Distribuem-se críticas a Lula e a Dilma, indistintamente. Críticas emanadas de seus colonistas e do material de reportagem, pouco importando, como sempre ressaltou, a materialidade dos fatos, pouco importando a realidade.

A mídia brasileira, desde os anos 1950, recorte sobre o qual me debrucei nesta série, tem uma clara posição política conservadora, alinhada com as teses da direita, com a defesa de privilégios, e por isso mesmo nunca admitiu, como já dito, governo algum que tendesse a promover reformas a favor dos mais pobres. Queria eliminar o getulismo. Quer eliminar o petismo. Ela é a expressão contemporânea do ideário da casa-grande.

O antigetulismo e o antipetismo, construídos pela mídia, são irmãos siameses. São a continuada reação termidoriana diante de qualquer tipo de transformação política à esquerda, tímida que seja. E se nos anos 1950, quando houve a tentativa golpista contra Getúlio, e mesmo em 1964, quando participa da deposição de Goulart, a mídia era fundada principalmente nos meios impressos e radiofônicos, hoje é, sobretudo, baseada num impressionante e complexo aparato eletrônico audiovisual, com destaque para a televisão. O mundo impresso, em franca decadência.

O poder de fogo da mídia atual em construir cenários se ampliou desmesuradamente. E maior ainda se torna, se houver, como há, uma unidade de pontos de vista por parte do reduzido número de famílias que detém a propriedade dos principais meios de comunicação, monopólios e oligopólios.

Como já o disse em diversos momentos neste conjunto de textos sobre a mídia, esta atua como um partido político. Inegavelmente, constitui-se atualmente no principal partido de oposição, e nem aspas cabem aqui – é a pura expressão da verdade. Fosse o caso, poderíamos lembrar o que disse o presidente Barack Obama, dos EUA, ao referir-se à Rede Fox como um “partido político de oposição”. Poderíamos recorrer a Gramsci, qualificando os jornais italianos do início do século XXI, em seu conjunto, como um partido político. Ou Octávio Ianni nominando a grande mídia como “Príncipe eletrônico”. Não creio necessário estender-me, dadas as evidências.

No momento em que escrevo, constrói-se o escândalo da Refinaria de Pasadena, não importa seja requeitado, tenha acontecido muitos anos antes. Da cozinha da mídia hegemônica brasileira, do caldeirão midiático sai o que interessa ao combate político contra o projeto político atual. Thompson (2000) escreveu um clássico sobre o escândalo político, sobre como o escândalo tornou-se um fenômeno absolutamente usual na cena contemporânea. Creio, no entanto, acrescer à compreensão geral desse fenômeno a contribuição singular da mídia brasileira: há uma nítida, inequívoca seleção dos escândalos.

Estes, se provenientes de personalidades políticas do PT, não importando o que de verdadeiro exista, devem ser potencializados ao máximo e permanecer por longo tempo nas manchetes, com o maior número de suítes possíveis. Não se trata, portanto, apenas de uma tendência geral da mídia à utilização do escândalo como motor da existência da era midiática. No Brasil, com sua partidarização escancarada, com a evidente posição política de direita encarnada por ela, há uma claríssima hierarquização do escândalo. Há muitos episódios merecedores de manchetes, com fatos à mão-cheia, sobre os quais se joga o manto do silêncio simplesmente porque atingiriam forças políticas alinhadas com o partido midiático.

Estão certos os pesquisadores Jeffrey M. Berry e Sarah Sobieraj (2014 apud BENSON, 2014) ao qualificar a mídia atual como a “indústria do ultraje”, que teria tornado ultrapassadas as regras civilizadas que, na opinião deles, regiam outrora o debate público. Essa “indústria do ultraje”, no entanto, tão em voga no caso brasileiro, tão em voga, tem endereço, e não recai indistintamente sobre todos os atores políticos. Ela dirige sua artilharia para a destruição de políticos vinculados ao projeto político hegemônico em curso no Brasil, – e não a quaisquer atores políticos.

Se existe o trabalho cultural e ideológico da mídia em desqualificar a política, e existe, é para afirmar o conceito de que cabe à mídia a função também de representação política, malgrado sem nenhum voto para tanto. Qualquer estudo recente, de 2003 para os dias de hoje, para além dessa disputa pela re-

apresentação revelará que escândalos foram construídos e que alvos perseguiram e, também, a imensa zona de silêncio que cobriu outros tantos, guardados a sete chaves pela mídia hegemônica. Em relação a estes, às vezes se levanta a ponta do tapete. Só a ponta, no entanto.

O fogo pesado contra a presidenta Dilma, evidente nos dias que escrevo estas linhas finais, longe de diminuir, recrudescerá. À medida que o principal partido de oposição, a mídia hegemônica, sinta, como vem sentindo, que os efeitos da artilharia estão provocando reflexos, nem que lentos, na popularidade da presidenta, a tendência é o recrudescimento do ataque, e isso poderemos constatar na sequência – e gostaria muito de estar errado. Uma mídia assim partidarizada é inaceitável.

Por tudo, constitui um risco à democracia essa mídia fortemente concentrada nas mãos de poucas famílias. Concentrada, partidarizada e desregulada. Não há uma legislação capaz de colocá-la sob o jugo da lei, apenas isso que seja, pretensão simples em Estados democráticos. Tampouco de garantir o direito à comunicação, sonogado simplesmente porque somente um seletivo grupo oligárquico dita o que pode ser conhecido pela população, e segundo sua específica interpretação.

Não há fatos em estado bruto postos à disposição do jornalismo – há sempre uma construção simbólica deles, uma particular interpretação, a construção social da realidade. Há sempre um jogo político da mídia hegemônica, consciente ou inconsciente. No caso brasileiro, absolutamente consciente, e desde muito longe. Nossa mídia nunca deixou de ser um ator político.

Contra Getúlio. Contra Juscelino. Contra Jango. Conivência com a ditadura. Criou as condições para a eleição de Collor. Defenestrou-o quando ele não servia mais aos seus interesses. Enamorou-se de Fernando Henrique durante os oito anos de mandato. E nunca descansou um único dia de combater o projeto político iniciado em 2003, com a posse de Lula. Dilma, no momento em que escrevo, recebe um impressionante bombardeio cotidiano, sem que haja preocupação alguma com a veracidade dos fatos.

Inegavelmente, a sociedade brasileira está diante de um desafio essencial: democratizar a mídia. É um desafio político, e não se pode postergá-lo indefinidamente. Mas não creio possa ser enfrentado senão pelo caminho da mobilização das forças políticas e sociais verdadeiramente interessadas em dar um significativo passo adiante na afirmação da democracia em nosso país. A mídia hegemônica, com sua natureza profundamente conservadora, elitista, defensora de privilégios, é um sério obstáculo à democracia, sempre se coloca contra ela, se a pensamos substantivamente.

Trata-se de definir o que pretendemos, porque a cada momento em que isso é dito, os monopólios midiáticos colocam todo o seu arsenal discursivo

para dizer que regulação é censura. Nós insistimos: somos os maiores defensores da mais ampla liberdade de expressão da sociedade brasileira. Fizemos isso quando da ditadura. E agora lutamos por uma mídia diversa, capaz de expressar os mais diferentes mundos culturais desse Brasil continental.

O povo brasileiro sofre interdições cotidianas, limitações em sua liberdade de expressão, ao se encontrar impossibilitado de ter à mão meios de comunicação capazes de expressar seus mais variados pontos de vista, oriundos de tantas e tão diversas expressões culturais. E políticas, por que não?

As tentativas de interdições, de censura, provêm da mesma mídia hegemônica que acusa o campo democrático e progressista de querer fazê-lo. Seja pela específica interpretação que faz dos acontecimentos, sempre na linha conservadora mais extremada, a mídia hegemônica intervém limitando o debate, impondo o silêncio ou censurando mesmo. E o faz também seja pelo silêncio em torno de fatos, que na opinião dela não devam ganhar o terreno público, seja pela censura direta ordenada pelos poderosos *managers* das redes, a mídia hegemônica intervém limitando o debate, impondo o silêncio ou censurando mesmo. Quer algo mais escandaloso do que o episódio recente sobre a entrevista que o ex-presidente Lula concedeu no primeiro semestre de 2014 aos blogueiros progressistas?

Considerada a impressionante repercussão alcançada pela entrevista, certamente inesperada para a mídia hegemônica, sempre arrogante, ela botou o reportariado atrás dos jornalistas que participaram do encontro, a pretender, com suas perguntas inquisitoriais, desqualificá-los, querendo presunçosamente fossem estranhos ao meio, não fossem profissionais. O jornal *O Globo* foi o ponta de lança da operação. Fez perguntas assemelhadas a um inquérito policial.

Foi brigar com quem não conhecia – recebeu respostas duríssimas de vários deles, sem vacilação, confrontando a arrogância e defendendo o direito a outra visão, múltipla, do Brasil. Tais respostas demonstraram o quanto aqueles jornalistas respeitavam o ex-presidente, combatido cotidianamente pelas famílias controladoras da mídia hegemônica. O respeito não impediu fosse Lula questionado sobre todos os assuntos, inclusive aqueles pautados pela mídia hegemônica, e a tudo respondeu sinceramente.

O Brasil é talvez o único país do mundo onde o ex-presidente é combatido como se no poder estivesse. Também a ele querem destruir, eliminá-lo da cena política. A mídia dominante acha que pode tudo. Não pode. No entanto, não deve ser subestimada.

Quando se fala em regulação, a mídia quer fazer acreditar que tal pretensão não encontra acolhida nos países democráticos. Como explica Franklin Martins, no prefácio ao livro *Para garantir o direito à comunicação*, lançado

pela Fundação Perseu Abramo (2014), as sociedades democráticas nunca se esquivaram de enfrentar o problema, e todas têm legislações a regular os meios de comunicação, especialmente televisão e rádio, objetos de concessão por parte do Estado.

Nos EUA, a regulação é principalmente econômica – é proibida a propriedade cruzada. Com isso, grupos de comunicação não podem possuir simultaneamente emissoras de televisão, emissoras de rádio e jornais numa mesma cidade ou estado. Uma política destinada a favorecer a diversidade de meios à disposição da cidadania.

Em países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, a regulação não se limita apenas à vedação da propriedade cruzada. TVs e emissoras de rádio têm de observar princípios: a busca do equilíbrio e da imparcialidade, o respeito à privacidade e à honra dos cidadãos, a garantia de espaço à cultura nacional e às produções locais. Tudo isso é assegurado pela presença vigilante de agências reguladoras. Em caso de excessos, o direito de resposta deve ser exercido rapidamente, em espaço proporcional ao agravo. Um autoritarismo completo, certamente argumentaria nossa mídia.

Nesse livro, organizado por Venício A. de Lima, expõe-se a Ley de Medios argentina, o Relatório Leveson (Inglaterra) e o HGL da União Europeia. A lei argentina, aprovada em outubro de 2009, em substituição a um decreto-lei da ditadura militar, de 1981, estabelece que nenhum dos três setores prestadores de serviços de comunicação audiovisual – de gestão estatal, de gestão privada com fins lucrativos e de gestão privada sem fins lucrativos – poderá controlar mais de um terço das concessões, só outorgadas agora por um prazo máximo de dez anos.

Lima afirma que, com isso, impede-se a concentração da propriedade e garante-se a liberdade de expressão de setores antes excluídos do “espaço público da mídia” – povos originários, sindicatos, associações, fundações, universidades, ou seja, entidades privadas sem fins lucrativos. Garantem-se cotas de exibição para o cinema argentino, para a produção independente nacional, para o fomento à produção de conteúdos educativos e para a infância, e o acesso à transmissão de eventos esportivos.

Novas concessões e renovações terão de enfrentar audiências públicas. Uma Autoridade Federal de sete membros e um Conselho Federal de quinze integrantes zelarão pelo cumprimento da lei. Tudo isso foi sacramentado em 29 de outubro de 2013 pela Suprema Corte argentina, que declarou a constitucionalidade de todos os artigos questionados pelo Grupo Clarín, que detinha mais de 240 licenças de TV aberta e TV a cabo. Enfim, consagra-se a liberdade de expressão na Argentina, consequência de uma iniciativa governamental impulsionada por amplas mobilizações da sociedade do país vizinho.

O Relatório Leveson responde às inquietações da sociedade inglesa diante dos crimes cometidos especialmente pelo grupo Murdoch, com o grampeamento de telefones sem nenhuma base legal, à semelhança do que aconteceu no Brasil no caso de Carlinhos Cachoeira articulado com a revista *Veja*.

Tal relatório deu base para a Carta Régia de outubro de 2013, assinada pela rainha Elizabeth II, criando-se um marco regulatório para a imprensa escrita. Isso mesmo, marco regulatório para a imprensa escrita – repita-se. Isso até agora nem sequer chegou a ser cogitado no Brasil. Nele, se estabeleceram penalidades duríssimas para os meios impressos que invadirem a privacidade dos cidadãos, desrespeitarem as leis ou usarem de má-fé no tratamento das notícias.

Comprovaram-se práticas criminosas de oligopólios privados protegidos pelo discurso da liberdade de imprensa, com a cumplicidade da polícia e, em alguns casos, com o conhecimento e envolvimento direto ou indireto de políticos dos altos escalões do poder. A principal recomendação do Relatório Leveson, acatada, foi a criação de uma agência reguladora independente e pública, que substituirá a agência autorreguladora Press Complaints Commission.

A nova agência poderá aplicar multas de até 1 milhão de libras (cerca de R\$ 3 milhões) ou até 1% do faturamento das empresas midiáticas, adotar medidas gerais para a proteção do cidadão comum, obrigar jornais, revistas e sites com conteúdo jornalístico a publicar correções de matérias e pedidos de desculpa. O novo órgão regulador, amparado por uma Carta Real, só pode ser modificado pela maioria de dois terços nas duas câmaras do Parlamento britânico. Rádio e televisão já são regulados pelo OfCom.

O terceiro documento apresentado pelo livro é um relatório comissionado pela União Europeia, cujo trabalho iniciou-se em outubro de 2011 e foi concluído em janeiro de 2013. Preparado por um grupo de alto nível, o documento denominado “Uma mídia livre e plural para apoiar a democracia europeia” faz trinta recomendações que assustariam nossa mídia hegemônica, entre as quais a introdução da educação para a leitura crítica da mídia nas escolas secundárias, o monitoramento permanente do conteúdo da mídia por parte de organismo oficial ou por um centro independente ligado à universidade e a publicação regular de relatórios a serem encaminhados ao Parlamento para eventuais medidas garantidoras da liberdade e do pluralismo.

Mais: neutralidade da rede, na internet, fundos estatais para o financiamento da mídia alternativa inviável comercialmente e essencial ao pluralismo, existência de mecanismos garantidores da identificação dos responsáveis por calúnias e a garantia da resposta e da retratação de acusações indevidas. E todos

os países da União Europeia devem ter “conselhos de mídia independentes” com poderes legais para impor multas e até cassar *status* jornalístico.

De arrepiar os cabelos de nossa mídia hegemônica, e o pior: vindo da União Europeia, cuja tradição democrática é bastante conhecida. Àqueles países não se pode imputar o rótulo de autoritários. Nossa mídia, desconhecendo tudo o que ocorre no mundo atual, pretende que tudo continue como dantes no quartel de Abrantes. *Eppur si muove*. “Apesar de você”, no mundo democrático a mídia é regulada, e uma regulação que acompanha a realidade, que se renova permanentemente.

E o Brasil? Para onde vamos? Sem dúvida, tem crescido a consciência em favor da criação de um cenário garantidor do direito à comunicação. Há a mobilização de setores organizados e há a ampliação dessa consciência para populações mais amplas. A I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, foi um momento alto de intervenção da sociedade civil na defesa da democratização da mídia no Brasil. Convocada pelo governo e aberta à participação de organizações da sociedade civil, empresariais inclusive, produziu um rico debate, e não contou com a participação das Organizações Globo, que não aceitam debate algum que fuja ao *script* determinado por elas.

Entre as reivindicações mais presentes nas manifestações de junho de 2013 estava a de uma mídia sem catraca. Tão forte que a mídia hegemônica não teve condições de cobri-las *in loco*. Foi obrigada a recorrer às alturas – seja dos prédios em torno delas, seja de helicópteros, seja solicitando às pessoas que enviassem imagens pelos celulares. A população vai se conscientizando da natureza antipopular da mídia hegemônica, embora ainda tenhamos muito que caminhar para que ganhe mais e mais força.

Não é uma luta fácil. Entidades da sociedade civil sabem disso, e lutam por um projeto de iniciativa popular que consiga levar o país a uma legislação democrática e contemporânea. Temos uma das legislações mais defasadas do mundo. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, já chegou a mais de meio século. Não responde a mais nada.

A sociedade civil sabe que o Congresso Nacional, com sua atual composição – e mesmo com a que virá – não aprovaria uma lei de meios que respondesse ao desafio da democratização da mídia. Nosso projeto político, capaz de impressionantes transformações nas condições de vida do nosso povo, ainda não teve forças, nem quis testar se tinha, para levar à frente um projeto contra esse obstáculo à plena democratização do país.

Corrijo: houve um esforço na etapa final do segundo mandato de Lula. O então ministro Franklin Martins elaborou um anteprojeto sobre a regulação da mídia audiovisual, mas não houve tempo para seu envio ao Congresso

Nacional. Sob o governo da presidenta Dilma, também não andou. No 14º Encontro Nacional do PT, realizado em São Paulo no início de maio de 2014, o ex-presidente Lula, dirigindo-se à presidenta Dilma, disse claramente da necessidade urgente de enfrentar o problema, propondo providências políticas quanto ao marco regulatório das comunicações.

É impossível não localizar na mídia hegemônica uma força política a atuar ostensivamente no combate ao projeto político em curso no país. Fosse apenas o exercício do jornalismo, nos padrões liberais, e tudo bem. Fosse um jornalismo que obedecesse aos manuais de redação que os próprios meios da mídia hegemônica elaboram, e tudo bem. Não é. E não se trata de qualquer pretensão de eliminar atores políticos, insista-se. E sabemos, como temos insistido, da condição de atores políticos dos dirigentes da mídia.

Não se pretende eliminar nenhuma voz da cena brasileira. Pretende-se é acrescentar vozes. Garantir a expressão da diversidade. Assegurar a livre manifestação do pensamento, a liberdade de expressão. Sob que parâmetros?

Penso num país regido por um marco regulatório da mídia fundado em 13 pontos fundamentais quanto aos direitos à comunicação, desculpem o número 13:

- Garantia da liberdade de expressão;
- Respeito ao sigilo da fonte;
- Nada de monopólios ou oligopólios. Impedir a concentração dos meios de comunicação social;
- Garantia da complementaridade nas concessões entre o sistema público, estatal e privado;
- Assegurar o respeito à intimidade, à privacidade, à imagem e à honra dos cidadãos;
- Garantir o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral à imagem, à honra dos cidadãos;
- Assegurar que as emissoras de rádio e televisão darão preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- Meios de comunicação audiovisuais promoverão e defenderão a cultura nacional e as culturas regionais, consideradas as diversidades culturais do país;
- Assegurar o estímulo à produção independente;
- Emissoras de rádio e de televisão deverão ser instrumentos de defesa da família, da criança, do adolescente;
- Meios de comunicação serão instrumento, também, de defesa contra produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente;
- Meios de comunicação respeitarão a legislação que coíbe quaisquer práticas e discursos racistas e discriminações de quaisquer espécies;

■ Serão proibidas concessões de emissoras de rádio e televisão a pessoas que gozem de imunidade parlamentar e foro especial, como parlamentares e juízes.

Nenhuma originalidade nesses pontos. Todos compõem determinações constitucionais. Quem quiser pode consultar a Constituição de 1988, especialmente os artigos do Capítulo V, da Comunicação Social, do 220 ao 224. Podem e devem ser consultados, no caso de dúvidas quanto a esses pontos, o artigo 5º (incisos XIV, X, V, XLII), artigo 3º (inciso IV) e artigo 54 (inciso I). Estes complementam os artigos do Capítulo da Comunicação Social, com propriedade. O jornalista e ex-ministro Franklin Martins tem reiteradamente defendido esta posição: nada além da Constituição. Mas a mídia hegemônica, nesse caso, foge da Carta Magna como o diabo da cruz.

Franklin Martins, no prefácio já citado, relembra a gravidade da paralisia do Congresso Nacional quanto ao assunto. Era tal a natureza absurda da situação que o jurista Fábio Konder Comparato impetrou ação de inconstitucionalidade por omissão contra o Legislativo brasileiro, pedindo fosse fixado prazo para a votação da matéria. Três anos passados, e silêncio do STF. Nenhuma disposição para enfrentar o problema.

De fato, considerando nossa base legal, considerando o Estado de Direito, nada mais seguro do que amparar-se na Constituição. Alguns daqueles itens indicam alguma tentativa de censura? Não, obviamente. Os constituintes de 1988 pensaram em meios de comunicação democráticos, que servissem ao povo brasileiro, concessões públicas que se entendessem como tais. Por isso não se admite que um seleto grupo de famílias, que monopólios e oligopólios pretendam, como até hoje, ser os donos da fala no país. Tolher a fala, no Brasil, é vício antigo. O professor Venício Lima me alertou sobre isso em 2011. E me enviou trecho do Sermão da Visitação de Nossa Senhora, do Padre Vieira, de 1640. Vale a pena a citação:

Bem sabem, os que sabem a língua latina, que esta palavra – *infans*, infante – quer dizer o que não fala. Neste estado estava o menino Batista, quando a Senhora o visitou, e neste permaneceu o Brasil muitos anos, que foi, a meu ver, a maior ocasião de seus males. Como o doente não pode falar, toda a outra conjectura dificulta muito a medicina. (...) O pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala: muitas vezes se quis queixar justamente, muitas vezes quis pedir o remédio de seus males, mas sempre lhe afogou as palavras na garganta, ou o respeito, ou a violência; e se alguma vez chegou algum gemido aos ouvidos de quem o deveria remediar, chegaram também as vozes do poder, e venceram os clamores da razão. (VIEIRA, S.J., Pe. Antônio, 1959).

Até hoje, de alguma forma, persiste a tentativa de tolher a fala do povo brasileiro. É esse o esforço cotidiano de nossa mídia hegemônica. Todo esforço da sociedade civil na luta em defesa da liberdade de expressão não se concentra, para insistir *ad nauseam*, na eliminação de nenhum ator. Quer, e é correto que o queira, ver a Constituição cumprida.

Na Argentina, houve avanços, e os monopólios perderam força. No Equador, da mesma maneira, o setor formulou uma legislação equilibrada para a divisão do espectro eletromagnético: 34% das emissoras de rádio e TV para as comunidades, 33% para os meios privados, 33% para o setor público, tal e qual na Argentina. No Uruguai, projeto de lei foi enviado pelo presidente Pepe Mujica ao Parlamento, e imagina-se seja aprovado brevemente. A América Latina avança. Os EUA já regularam a mídia há muito tempo, a Europa da mesma maneira. E todos o fizeram democraticamente, sob o Estado de Direito. E nós? Até agora, em compasso de espera.

O que se poderia propugnar, e isso me parece muito próprio, e quem sabe acompanhando modelos democráticos argentinos e equatorianos, é a linha defendida por Venício Lima da “máxima dispersão da propriedade”. E não a máxima concentração, como ocorre entre nós até os dias de hoje. O espectro eletromagnético não pode ser um latifúndio ocupado por algumas poucas famílias.

Os movimentos sociais falam em reforma agrária do ar, uma apropriada metáfora. Tal espectro deve ser ocupado pelas mais diversas expressões culturais, sociais e políticas da sociedade brasileira. E para isso, insistindo, basta seguir o disposto na Constituição. Simples assim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADVOGADO de Youssef confirma armação de *Veja*. *Brasil 247*, [S. l.], 30 out. 2014. Disponível em: < www.brasil247.com/pt/247/midiatech/158823/Advogado-de-Youssef-confirma-arma%C3%A7%C3%A3o-de-Veja.htm >. Acesso em: 4 dez. 2014.
- ADVOGADO de Youssef nega participação em “divulgação distorcida”. *Valor Econômico*, São Paulo, A 8, 30 out. 2014.
- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. Prefácio: Mino Carta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; 2007.
- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia*. ABRAMO, Bia (org.) São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997; 2007.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALDÉ, Alessandra. “As eleições presidenciais de 2002 nos jornais.” In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 106-128.
- ALENCAR, Jakson Ferreira de. *A ditadura continuada: fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff*. São Paulo: Paulus, 2012.
- ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 1996.
- ALMEIDA, Jorge. “Serra e a mudança: um discurso fora do lugar de fala.” In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 129-141.
- AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem – a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. *Plim-Plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- ANDRADE, Jeferson (com a colaboração de Joel Silveira). *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- AZENHA, Luiz Carlos. “Novos leitores: mais uma tentativa de assassinato de reputação”. *Vio-mundo*. Acesso em: 20 abr. 2014.
- BARBOSA, Bia. “Grande mídia organizada – campanha contra candidatura de Dilma”. *Carta Maior*. Publicado em 2 mar. 2010
- BENSON, Rodney. “Delírios militantes na imprensa dos Estados Unidos”. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, abril 2014.
- BENTES, Ivana. Polarização e mudança de imaginário. *IHU On-line*, RS, 5 nov. 2014. Disponível em: < www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537080 >. Acesso em: 4 dez. 2014.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

BONIN, Robson. “A década dos escândalos”. *Veja*, São Paulo, ano 47, n. 44, p. 66-67, out. 2014.

BORGES, Altamiro. “O golpe da *Veja*. Processo e fim de anúncio”. *Blog do Miro*, [S. l.], 23 out. 2014. Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2014/10/golpe-da-veja-processo-e-fim-de-anuncio.html>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2011.

BUCCI, Eugênio. “A imprensa estava latindo para o lado errado” – Entrevista com Ricardo Kotscho sobre a Caravana da Cidadania. São Paulo: *Teoria e Debate*, ed. 21, 1º de maio de 1993.

CARRARA, Mauro. “Operação ‘Tempestade no Cerrado’, o que fazer”. *Viomundo*. Publicado em 31 mar. 2010.

CARTA, Mino. “A mídia na ofensiva para salvar Serra”. *CartaCapital*, [S.l.], n. 202, p. 22, 14 ago. 2002.

_____. “A ingratidão da Globo”. *Carta Capital*, São Paulo, n. 765, 11 set. 2013, p. 22/23.

CARVALHO, Aloisio Castelo de. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do Governo Goulart (1961-64)*. Niterói: Editora da UFF e NitPress, 2010.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. “Como se faz e desfaz um ‘fenômeno eleitoral’: o caso Roseana.” In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 142-162.

CHAIA, Vera. “Eleições no Brasil: o ‘medo’ como estratégia política.” In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 29-52.

COLLING, Leandro. “Os estudos sobre o *Jornal Nacional* nas eleições pós-ditadura e algumas reflexões sobre o papel desempenhado em 2002.” In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 53-67.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORREIA, A. R. B. “A relação da revista *Veja* com o governo Lula: uma análise do discurso”. 2005. 93 f. TCC (Bacharel em Comunicação Social) – Faculdade Hélio Rocha, Salvador, 2005.

COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho da. “Resgate às avessas. Os endereços dos reais beneficiários do programa de US\$ 30 bilhões ficam em Nova York e Washington.” *CartaCapital*, n. 203, 21 ago. 2002, p. 26 a 28.

COTTA, Pery. *Calandra – o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DALTRO, Ana Luiza. “Os 10 ataques que envenenaram a campanha”. *Veja*, São Paulo, ano 47, n. 44, p. 68-69, out. 2014.

10 ANOS do golpe: boatos contra Chávez agora partem do Brasil. *Portal Vermelho*, São Paulo, 11 abr. 2012. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/180422-7>. Acesso em: 4 dez. 2014.

DILMA chama *Veja* de criminosa e promete resposta na Justiça. *GGN*, [S. l.], 24 out. 2014. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/dilma-chama-veja-de-criminosa-e-promete-resposta-na-justica>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Josias de. *A história real – trama de uma sucessão*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DINES, Alberto. “Novo surto de vale-tudo no jornalismo brasileiro”. *Blog do Zé*, [S. l.], 18 mar. 2014. Disponível em: <www.zedirceu.com.br/alberto-dines-novo-surto-de-vale-tudo/>. Acesso em: 4 dez. 2014.

DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. *Crime de imprensa: um retrato da mídia brasileira murdoquizada*. São Paulo: Plena Editorial, 2011.

FERNANDES, Bob. “O jogo do milhão”. *CartaCapital*, [S.l.], n. 181, p. 26-32, mar. 2002.

_____. “E a máquina avança”. *CartaCapital*, n. 207, 18 set. 2002, p. 24 a 29.

_____. “Vade-retro”. *CartaCapital*, n. 208, 25 set. 2002, p. 26 a 31.

_____. “Às urnas, sem medo”. Entrevista com Lula, *CartaCapital*, n. 212, 23 out. 2002, p. 24 a 29.

_____. “Brasil da Silva”. *CartaCapital*, n. 213, 30 out. 2002, p. 20 a 29.

_____. “Uma lição para as esquerdas.” Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. *CartaCapital*, n. 213, 30 out. 2002, p. 30 a 32.

FERNANDES, Bob; LÍRIO, Sérgio. “Óleo na máquina.” *CartaCapital*, n. 210, 9/10/2002, p. 18 a 26.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. “Adeus aos moedeiros falsos.” *CartaCapital*, n. 213, 30 out. 2002, p. 38 a 40.

FORTES, Leandro. “Caso Lunus: a verdade dos fatos.” Site de *CartaCapital*, 17 ago. 2010.

FREITAS, J. de. “Um fato sem retificação”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 out. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefrees/2014/10/1540524-um-fato-sem-retificacao.shtml>. Acesso em: 4 dez. 2014.

GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Todos soltos, todos soltos, até hoje. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 out. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogasparsi/2014/10/1534741-todos-soltos-todos-soltos-ate-hoje.shtml>. Acesso em: 4 dez. 2014.

GIALDINO, Irene Vasilachis de. *La construcción de representaciones sociales – discurso político y prensa escrita*. Barcelona, España: Editorial Gedisa, 1997.

GIANNOTTI, V. “Mídia patronal prepara golpe na Venezuela”. *NPC*, [S. l.], 9 jun. 2014. Disponível em: <<http://nucleopiratinga.org.br/midia-patronal-prepara-golpe-na-venezuela/>>. Acesso em: 4 dez. 2014.

GOLPE midiático na Venezuela inspirou levantes na América Latina. *Portal Vermelho*, São Paulo, 12 abr. 2012. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/180532-7>. Acesso em: 4 dez. 2014.

GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do presidente: banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais*. São Paulo: Viamundo, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. *Obras escolhidas: volumes I e II*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação. “Quem são os donos. Estudo inédito mostra que as seis principais redes privadas nacionais”. *CartaCapital*, n. 179, 6 mar. 2002, p. 17 a 19.

JOSÉ, Emiliano. *Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988*. Salvador: Edufba, Assembleia Legislativa da Bahia, 2010.

_____. *Imprensa e poder – ligações perigosas: a CPI do PC, do Collor e do Orçamento orçamento numa análise inédita*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2010. Com depoimentos de Antonio Fausto Neto, Augusto Fonseca, Bob Fernandes, Clóvis Rossi, João Santana Filho.

KOTSCHO, Ricardo *et alli*. *Diário de viagem ao Brasil esquecido*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

_____. *Viagem ao coração do Brasil*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LEITE, Paulo Moreira. *A outra história do mensalão: as contradições de um julgamento político*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

LEMES, Conceição. “Conceição Lemes, 33 anos de estrada: resposta em público a *O Globo*”. Disponível em Viomundo. Acesso em: 21 abr. 2014.

LODI, João Bosco. “A crise da Globo se agrava.” *CartaCapital*, n. 185, 17 abr. 2002, p. 66.

_____. “Um buraco sem fundo”. *CartaCapital*, n. 202, 14 ago. 2002, p. 50.

LEMOINE, M. “Golpe de Estado midiático na Venezuela”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 4 jul. 2012. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/180422-7>. Acesso em: 4 dez. 2014.

LIMA, José Antônio. “PF suspeita de armação em depoimento de Youssef, diz *O Globo*”. *CartaCapital*, São Paulo, out. 2014. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/pf-suspeita-de-armacao-em-depoimento-de-youssef-diz-jornal-3259.htm>. Acesso em: 4 dez. 2014.

LIMA, V. A. de; GUIMARÃES, J.; AMORIM, A. P. (Orgs.) *Em defesa de uma opinião pública democrática – conceitos, entraves e desafios*. São Paulo: Paulus, 2014.

LIMA, Venício A. de; e GUAZINA, Liziane. “‘Responsabilidade Social’: nome novo para o velho oficialismo do Jornal Nacional.” In LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. (org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

_____. (org.). *Para garantir o direito à comunicação: a lei argentina, o Relatório Leveson (Inglaterra) e o HLG da União Europeia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

LÍRIO, Sérgio. “Poder sem controle”. *CartaCapital*, n. 196, 3 jul. 2002, p. 28 a 30.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Antonio. “Venezuela: a orquestração do ‘golpe midiático’”. *Portal Vermelho*, São Paulo, 14 abr. 2013. Disponível em: <www.piratininga.org.br/artigos/arquivo/artigo_martins.htm>. Acesso em: 4 dez. 2014.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *O Capital – crítica da economia política*. Livro Primeiro, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MIGUEL, Luís Felipe. “A descoberta da política – a campanha de 2002 na Rede Globo”. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 91 a 105.

MOTTA, Severino. “Prisões vão levar executivos a abrir o jogo, diz procurador”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2014. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1549171-priso-es-vao-levar-executivos-a-abrir-o-jogo-diz-procurador.shtml>. Acesso em: 4 dez. 2014.

NOGUEIRA, P. “Os jornais defendem o indefensável: as pesquisas eleitorais”. *DCM*, [S. l.], 25 nov. 2014. Disponível em: <www.diariodocentrodomundo.com.br/os-jornais-defendem-o-indefensavel-as-pesquisas-eleitorais>. Acesso em: 4 dez. 2014.

NUNES, Márcia Vidal. “O jornal *Folha de S.Paulo* e a sucessão presidencial de 94”. In: *Textos de Cultura e Comunicação*. Salvador: UFBA, 1995, n. 33.

NUZZI, Vitor. “A caravana do repórter Lula”. São Paulo: *Revista do Brasil*, ed. 80, págs. 24-29.

ODILLA, Fernanda. Aos 19, 20 anos, achava que eu estava salvando o mundo. *Folha de S.Paulo*, 5 abr. 2009. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antecedentes/21183--%60%60aos-19-20-anos-achava-que-eu-estava-salvando-o-mundo%60%60>. Acesso em 10 jun 2015.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTO, Mauro; VASCONCELOS, Rodrigo Figueiredo; BASTOS, Bruna Barreto. “A televisão e o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002. Análise do *Jornal Nacional* e do Horário Eleitoral.” In: RUBIM, A. A. C. (Org.). *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 68 a 90.

POULANTZAS, Nico (Org.). *Estado em crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

RETRATO do Brasil. “A construção do mensalão – Como o Supremo Tribunal Federal, sob o comando do ministro Joaquim Barbosa, deu vida à invenção de Roberto Jefferson”. São Paulo, abril-maio, 2013. Edição Especial.

Revista VEJA. “O marketing da fome”. São Paulo: 12 mai. 1993, págs. 26-28.

RIBEIRO Jr., Amaury. *A privatária Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

ROCHA, Heitor Costa da Lima. Habermas e a teoria do jornalismo: a manipulação ideológica no jornalismo como distorção sistemática da comunicação. Revista Eletrônica Contracampo, n. 16. Programa de Pós-graduação em Comunicação (UFF). Niterói: UFF, 2007.

ROSÁRIO, Miguel do. “Janot confirma: houve golpe eleitoral contra Dilma”. *O Cafezinho* [S. l.], 17 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2014/11/17/janot-confirma-houve-golpe-eleitoral-contradilma/>>. Acesso em: 4 dez. 2014..

ROVAI, Renato. *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. “De Fernando a Fernando – poder e imagem 1989/1994”. Texto apresentado em versão preliminar (e interrogativa) no seminário *Política, Cultura e Mídia*, na mesa-redonda *Mídia e Eleições no Brasil: 1989 e 1994*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 15 de setembro de 1994.

_____. De Fernando a Fernando (II) – “Caleidoscópio midiático-eleitoral 1994”. In *Textos de Cultura e Comunicação*. Salvador: UFBA, 1995, n. 33.

_____. “Visibilidades e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura.” In: RUBIM, A.A.C. (Org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 7 a 28.

RUY, José Carlos. “Raízes do mensalão: nem 1998, 2004 ou 2005; conheça o pontapé inicial”. *Pragmatismo Político* [S. l.], 7 ago. 2012. Acesso em: 22 jul. 2013.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. “O golpe de 2002: a praia Giron da mídia golpista”. *Carta Maior*, [S. l.], 11 abr. 2014. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-de-2002-na-Venezuela-a-praia-Giron-da-midia-golpista/2/27113>. Acesso em: 4 dez. 2014.

SILVA, Vanessa. “10 anos do golpe na Venezuela: cada 11 tem seu 13”. *Portal Vermelho*, São Paulo, 11 abr. 2012. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/180465-7>. Acesso em: 4 dez. 2014.

_____. “Papel higiênico e o golpe midiático na Venezuela.”. *Portal Vermelho*, São Paulo, 16 maio, 2013. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/213809-7>. Acesso em: 4 dez. 2014.

SOARES, L.E. “Pós-modernidade e golpes midiáticos”. *Observatório da Imprensa*, [S. l.], 23 abr. 2014. Disponível em: <http://sender.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed743_pos_modernidade_e_golpes_midiaticos>. Acesso em: 4 dez. 2014.

SOUSA, Paulo Henrique de; LÍRIO, Sérgio. “A mídia se entrega.” *Carta Capital*, n. 167, 28 nov. 2001, p. 28 a 32.

TAUFIC, Camilo. *Perdionismo y luchas de clases*. Akal Ediciones, 1976.

TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERÓN, Eliseo. *Construir el acontecimiento: los medios de comunicación masiva e el accidente de la central nuclear de Three Mile Island*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 1995.

VIANNA, Rodrigo. “O golpismo midiático segue em marcha: Globo entra no escândalo da Veja”. *Portal Forum*, [S. l.], 25 out. 2014. Disponível em: <www.revistaforum.com.br/rodrigo-vianna/radar-da-midia/o-golpismo-midiatico-segue-em-marcha-jn-pode-entrar-hoje-escandalo-da-veja>. Acesso em: 4 dez. 2014.

VIEIRA, S. J., Pe. Antônio. “Sermão da Visitação visitação de Nossa Senhora”. [1640]. In:_____. *Obras Completas completas de Pe. Antonio Vieira: sermões*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1959 (v. III, tomo IX).

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WOODWARD, Bob. *O homem secreto: a história do Garganta Profunda de Watergate*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SOBRE O AUTOR

Emiliano José nasceu em Jacareí (SP), no dia 5 de fevereiro de 1946. É doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor aposentado da Faculdade de Comunicação – onde lecionou por 25 anos –, jornalista de carreira e escritor com dez livros publicados.

A sua carreira jornalística iniciou na *Tribuna da Bahia*, passou pelo *Jornal da Bahia*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e pelas revistas *Afinal* e *Visão*. Na ditadura, escreveu para os jornais alternativos *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. Ainda exerce a profissão e publica artigos e reportagens em sites, revistas e jornais.

Paulista de nascimento e baiano de coração, Emiliano iniciou a luta contra a ditadura militar em São Paulo, como vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes (Ubes). Perseguido, foi obrigado a viver na clandestinidade e se mudou para a Bahia nos anos 1970. Em Salvador, foi torturado e condenado pelos militares a quatro anos de prisão, com suspensão dos direitos políticos. Anistiado (1979) e com seus direitos políticos restabelecidos, foi deputado estadual (1988-1989) pelo PMDB, apoiou o governo democrático de Waldir Pires e destacou-se na Assembleia Constituinte Estadual da Bahia por defender a liberdade religiosa, ensino público gratuito e de qualidade, controle externo do Poder Judiciário e a reforma agrária. Em 1996, recebeu da Câmara Municipal o título de “Cidadão de Salvador”, proposto pela vereadora Yolanda Pires (PT).

Em 2000, eleito vereador de Salvador, foi escolhido como líder da Bancada do PT. Exerceu a presidência e a vice-presidência do PT da Bahia e integrou o Diretório Nacional do partido. Em 2002, foi eleito deputado estadual. Defensor da causa negra, no seu primeiro ano de mandato foi presidente da Comissão Especial para Assuntos da Comunidade Afrodescendente (Cecad).

Entre 2009 e 2014, exerceu mandato de deputado federal, por três vezes. Em 2010, recebeu o título de “Cidadão Baiano”.

Autor de vários livros, entre eles, *Jornalismo de campanha e a Constituição de 1988* (Edufba, 2011); *Marighella: o inimigo número um da ditadura militar* (Casa Amarela, 1997); *Imprensa e poder: ligações perigosas* (Edufba/Hucitec, 1996); *Lamarca: o capitão da guerrilha* (Global, 17ª edição); *Galeria F: lembranças do mar cinzento* (em quatro volumes, Casa Amarela/Caros Amigos, 2000; 2004; 2008; 2012); *As asas invisíveis do Padre Renzo* (Casa Amarela, 2002).

O livro *Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares.

O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e
o miolo em papel Offset 75g.



Neste livro, os leitores e leitoras navegarão por mares da política brasileira e o papel da imprensa durante seis décadas do jogo do poder. Diante dos desafios impostos pela conjuntura, o autor e jornalista Emiliano José nos conduz aqui com maestria ímpar, tornando a obra um instrumento imprescindível de luta.

